



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO
MESTRADO EM TURISMO

ARTEMÍSIA DOS SANTOS SOARES

O ECOTURISMO SOB A ÉGIDE DA SOCIEDADE DO CONSUMO: um estudo das
Unidades de Conservação de uso sustentável do RN

Natal/RN
2011

ARTEMÍSIA DOS SANTOS SOARES

**O ECOTURISMO SOB A ÉGIDE DA SOCIEDADE DO CONSUMO: um estudo das
Unidades de Conservação de uso sustentável do RN**

Dissertação submetida ao programa de pós-graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como pré-requisito para obtenção do Grau de Mestre em Turismo. Área de concentração: Turismo, desenvolvimento e gestão.

Orientador: Prof. Francisco Fransualdo de Azevedo, Dr.

Natal/RN

2011

Catálogo da Publicação na Fonte.
UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Soares, Artemísia dos Santos.

O ecoturismo sob a égide da sociedade do consumo: um estudo das Unidades de Conservação de uso sustentável do RN / Artemísia dos Santos Soares. - Natal, RN, 2011.

111 f.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo.

Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Turismo.

1. Turismo - Dissertação. 2. Ecoturismo - Dissertação. 3. Área de proteção ambiental - Dissertação. 4. Desenvolvimento sustentável - Dissertação. 5. Rio Grande do Norte - RN - Dissertação. I. Azevedo, Francisco Fransualdo de. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 338.4-6:502/504

ARTEMÍSIA DOS SANTOS SOARES

O ECOTURISMO SOB A ÉGIDE DA SOCIEDADE DO CONSUMO: um estudo das Unidades de Conservação de uso sustentável do RN

Dissertação submetida ao programa de pós-graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como pré-requisito para obtenção do Grau de Mestre em Turismo. Área de concentração: Turismo, desenvolvimento e gestão.

Aprovada em: 14 de abril de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Francisco Fransualdo de Azevedo, Dr.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Orientador

Prof^a. Kerlei Eniele Sonaglio, Dra.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Examinadora

Prof. Zysman Neiman, Dr.
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
Examinador

Dedico este trabalho inteiramente ao Senhor Jesus Cristo, merecedor de toda minha gratidão, que por sua infinita graça fez-me alcançar mais esta conquista.

E, por conseguinte dedico à minha família que desde meus primeiros passos me abriu as portas para a busca pelo conhecimento e, sobretudo, para o conhecimento acerca de Deus.

AGRADECIMENTOS

Em especial, ao querido e mui amigo Professor Francisco Fransualdo, meu tenaz orientador que me conduziu a saberes, antes não idealizados, mas alcançados; perseverando, assim, em depositar sua confiança em um potencial acadêmico em permanente construção.

Aos caros mestres do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte que, através de incessantes cobranças, contribuíram para a formação deste trabalho. Vale lembrar também a estimada Juliane, secretária do PPGTUR, sempre pronta a atender às mais variadas solicitações necessárias à caminhada.

Não esquecendo também de meus colegas de mestrado, estes que através de constante intercâmbio de saberes durante as calorosas discussões acadêmicas proporcionaram momentos de abstração e descoberta, em especial à amiga Bruna Raquel Pinheiro, parceira desta conquista, para a qual doou tempo, saber e, sobretudo, amizade.

Aos pesquisadores: Prof^a. Ms. Iracema Miranda (UFRN), Prof. Ms. Hélio Hintze (SENAC/SP), Prof^a Dra. Heloísa Bruhns (UNICAMP), Prof. Dr. Zysman Neiman (UFSCar) e Prof^a. Dra. Marta Irving (Eicos/UFRJ), aos quais tive o prazer de conhecer em meio a eventos acadêmicos e atividades de estágio docência e me proporcionaram reflexões e aprendizado para esta pesquisa através de produtivas discussões.

Aos interlocutores institucionais pela importante atenção e contribuição dadas a este trabalho, em especial aos caríssimos senhores (as): Leonardo Tinoco, Flávio Farias, Ana Marcelino, Maria José e Fátima Rego (Núcleo de Unidades de Conservação/IDEMA).

Aos integrantes dos conselhos gestores da Área de Proteção Ambiental de Jenipabu e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão, pois sem a anuência destes, esta pesquisa não teria sido realizada. Vale mencionar aqui o apoio especial da Turismóloga e empresária Cleide Batista, conselheira da APAJ e do Prof. Iveraldo Xavier (UERN), conselheiro da RDSEPT que não mediram esforços para auxiliar-me na operacionalização da coleta de dados.

Aos entrevistados, aqui destaco mesmo que mesmo anonimamente, por terem sido peças cruciais para o desenvolvimento desta pesquisa. A todos, meu agradecimento por vosso tempo e conhecimento.

Aos meus mui amados amigos Marcos e Déborah, Joab e Angélica, Lídia Gabriela, Bianca Josefa, Damácio Gerlan e ao mais que amigo Antonio Rufino, minha eterna gratidão pelo amor e zelo que a mim dedicam, estando comigo nas lutas e vitórias, em seus corações e em suas orações. Assim também sempre estarão: em meu coração e em minhas orações.

A essência da ciência não se esgota na economia do pensamento e da técnica, ele é desejo de verdade. (HORKHEIMER)

RESUMO

O ecoturismo, face às demandas e discussões ambientais, tem alcançado proeminência no mercado turístico e amplo desenvolvimento mundial, ensejando uma preocupação quanto à necessidade de um aprofundamento científico através de uma abordagem crítica das dinâmicas de consumo e conservação que permeiam essa prática. Este estudo aborda o ecoturismo sob a égide da sociedade do consumo, na qual se percebe que este se constituiu numa prática contestadora da sociedade na qual está inserida, mas que, todavia tem se submetido à lógica do capital através da mercantilização da natureza. Objetivando a compreensão da realidade apresentada, este estudo teve como recorte geográfico duas Unidades de Conservação de Uso Sustentável do estado do Rio Grande do Norte: a Área de Proteção Ambiental Jenipabu (APAJ) e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (RDSEPT). A pesquisa buscou averiguar as relações entre conservação e consumo e suas influências no ecoturismo realizado nas Unidades de Conservação (UCs) de uso sustentável selecionadas para este estudo. Para tanto, realizou-se uma reflexão crítica acerca da relação conservação *versus* consumo constante na prática do ecoturismo em UCs no contexto da atual sociedade, analisando-se o processo histórico de formação das UCs de uso sustentável do RN à luz do par contraditório conservação-consumo, bem como buscando-se apreender a percepção sobre o ecoturismo dos atores envolvidos com esta prática. Teve-se como percurso metodológico uma abordagem qualitativa sob uma perspectiva crítica, baseada em pesquisa bibliográfica e documental e realização de entrevistas semi-estruturadas com três grupos de atores, a saber: gestores/técnicos, comunidade e ecoturistas envolvidos com o ecoturismo nas UCs selecionadas. A análise foi realizada a partir de duas unidades de análise basilares (consumo e conservação) e doze categorias. Para a definição das unidades de análise e categorias foram tomados como referência os autores Santos (1987; 1988; 1994; 2001; 2006), Guerreiro Ramos (1989) e A. B. Rodrigues (1996; 2003), que realizam crítica à sociedade do consumo e descrevem as principais características do meio técnico-científico-informacional predominante; e Diegues (1998; 2000), A. B. Rodrigues (2001), Pires (2002) e Neiman e Rabinovici (2010), que discorrem histórica e cientificamente acerca da ênfase na conservação constante nas origens e no discurso do ecoturismo, descrevendo também suas características fundantes. Os principais resultados revelam que o uso mercadológico do prefixo “eco” tem atuado como uma nova roupagem para o que na realidade ainda se revela antigo, ou seja, usa-se a conservação como justificativa para mais um novo tipo de consumo. Os resultados também evidenciam que apesar da coexistência de intencionalidades mercantis e simbólicas em ambas UCs, é possível observar a predominância de características da sociedade do consumo no processo de criação e nas atividades produtivas da APAJ, enquanto na RDSEPT nota-se a predominância das características conservacionistas apregoadas pelo ecoturismo. Pode-se inferir, portanto, que o turismo realizado na APAJ não pode ser denominado de ecoturismo, enquanto as práticas observadas na RDSEPT evidenciam um alinhamento com as diretrizes do ecoturismo.

Palavras-chave: Ecoturismo. Consumo. Conservação. Unidades de Conservação. APAJ. RDSEPT.

ABSTRACT

Ecotourism, in face to environmental demands and discussions, has achieved prominence in the tourism market and wide global development, occasioning a concern about the need for a scientific deepening through a critical approach of the dynamics of consumption and conservation that permeate this practice. This study addresses the ecotourism under aegis of consumer society, in which is perceived that it constitutes a contesting practice of society in which it is embedded, nevertheless has been subjected to the logic of capital through commodification of nature. In order to comprehend the reality presented, this study had as geographical cutting two Conservation Units of Sustainable Use in Rio Grande do Norte state: the Jenipabu Environmental Protection Area (APAJ) and Ponta do Tubarão State Sustainable Development Reserve (RDSEPT). The research sought to investigate the relationship between conservation and consumption and their influences on ecotourism held in the Conservation Units (UCs) of sustainable use selected for this study. To this aim it was made a critical reflection about the relationship conservation versus consumption constant in the practice of ecotourism in UCs in the context of current society, analyzing the historical process of formation of UCs of sustainable use in RN state under the light of the contradictory pair conservation-consumption, as well as looking to apprehend the perception of ecotourism of the actors involved with this practice. It was adopted a qualitative approach under a critical perspective based on bibliographical and documentary research and realization of semi-structured interviews with three groups of actors, namely managers/technician, community and ecotourists involved with ecotourism in the selected UCs. The analysis was made using two basic units of analysis (consumption and maintenance) and twelve categories. For definition of units of analysis and categories were taken as reference the authors Santos (1987; 1988; 1994; 2001; 2006), Guerreiro Ramos (1989) and A. B. Rodrigues (1996; 2003), which perform critical to society of consumption and describe the key characteristics of the technical-scientific-informational predominant means, and Diegues (1998; 2000), A. B. Rodrigues (2001), Pires (2002) and Neiman and Rabinovici (2010), which discuss historic and scientifically about the emphasis on conservation present in origins and discourse of ecotourism, describing also its founding characteristics. The main results show that the marketing use of the prefix “eco” has acted as a new dress for what in reality is in fact ancient, ie, the conservation is used as a justification for another new type of consumption. The results also show that despite the coexistence of commercial and symbolic intentions in both UCs, one can observe the predominance consumer society characteristics in the process of creation and the production activities of APAJ, while in RDSEPT we note the predominance of the conservationist characteristics proclaimed by ecotourism. It can be inferred therefore that tourism held in the APAJ can not be called ecotourism, while the practice found in RDSEPT show an alignment with the guidelines of ecotourism.

Keywords: Ecotourism. Consumption. Conservation. Conservation Units. APAJ. RDSEPT.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1	Planície de deflação em Redinha Nova, seguida de um campo de dunas	50
Fotografia 2	Campo de dunas móveis de Jenipabu	50
Fotografia 3	Dunas fixas no entorno da Lagoa de Jenipabu	51
Fotografia 4	Estreita faixa de praia na APA de Jenipabu, à frente da planície de deflação	51
Fotografia 5	Superfície plana do tabuleiro costeiro expondo os sedimentos avermelhados do grupo barreiras	51
Fotografia 6	Planície fluvial do Rio Doce, vale encaixado entre o tabuleiro costeiro	51
Fotografia 7	Planície flúvio-marinha associada ao Rio Ceará-Mirim na Praia de Jenipabu e o desenvolvimento da vegetação de manguezal	51
Fotografia 8	Buggys na APA Jenipabu	55
Fotografia 9	Foto aérea da comunidade de Barreiras	61
Fotografia 10	Foto aérea da comunidade de Barreiras	61
Fotografia 11	Foto aérea da comunidade de Diogo Lopes	61
Fotografia 12	Foto aérea da comunidade de Diogo Lopes	61
Fotografia 13	Vista aérea do ecossistema em Diogo Lopes	64
Fotografia 14	Paisagem presente nas comunidades de Mangue Seco, Lagoa Doce I e II	64
Fotografia 15	Embarcação no estuário da Ponta do Tubarão	65
Fotografia 16	Tradicional procissão marítima em homenagem à Nossa Sra. dos Navegantes, padroeira dos pescadores	65
Mapa 1	Unidades de Conservação de Uso Sustentável sob estudo	17
Mapa 2	Localização da APAJ	52
Mapa 3	Unidades Geoambientais da APAJ	53
Mapa 4	Localização da RDSEPT	62
Mapa 5	Unidades Geoambientais da RDSEPT	63
Quadro 1	O turismo alternativo	13
Quadro 2	Sujeitos da pesquisa	19
Quadro 3	Informações básicas das entrevistas	19
Quadro 4	Quadro de análise	21
Quadro 5	Grupos de proteção e categorias de manejo das UCs	43
Quadro 6	Frequência temática da unidade de análise “consumo”	73
Quadro 7	Frequência temática da unidade de análise “conservação”	73
Quadro 8	O turista “em gradações de verde”	77

LISTA DE SIGLAS

ADECODIL – Associação de Desenvolvimento Comunitário de Diogo Lopes

ANPs – Áreas Naturais Protegidas

APA – Área de Proteção Ambiental

APAJ - Área de Proteção Ambiental Jenipabu

ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico

ASPOAN – Associação Potiguar Amigos da Natureza

CA (1 a 6) – Comunidade da APAJ

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica (1999 a 2009); **IFRN** – Instituto Federal do Rio Grande do Norte (hoje)

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONEMA – Conselho Estadual de Meio Ambiente

CONETUR – Conselho Estadual de Turismo do Rio Grande do Norte

CR (4A, 4B e 5A) – Comunidade da RDSEPT

EMPROTUR – Empresa de Promoção e Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Norte

ESEC – Estação Ecológica

FLONA – Floresta Nacional (Estadual ou Municipal)

GRPU – Gerência Regional do Patrimônio da União

GT – Grupo de Trabalho

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDEMA - Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte

IUCN - *International Union for the Conservation of the Nature*

MMA – Ministério do Meio Ambiente

NUC – Núcleo de Unidades de Conservação

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PARNA – Parque Nacional

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PPE – Participações e Administração Ltda.

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RDSEPT - Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão

REBIO – Reserva Biológica

RESEX – Reserva Extrativista

RN – Rio Grande do Norte

RPPN – Reserva Particular de Patrimônio Natural

SEMURB – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal/RN

SETUR/RN – Secretaria Estadual de Turismo do Rio Grande do Norte

SETURDE – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico de Natal/RN

SITS – Seminário Internacional de Turismo Sustentável

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TA (1 e 2) – Turistas da APAJ

TBC – Turismo de Base Comunitária

TG (1A, 1B, 2, 4, 5, 6A, 6B, 7, 8A, 8B, 9, 10 e 11) – Técnicos e Gestores da APAJ e da RDSEPT

TR (1) – Turista da RDSEPT

UCs – Unidades de Conservação

UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

UNESCO - *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

UnP – Universidade Potiguar

WWF - *World Wildlife Fund* (1961); *World Wide Fund For Nature* (hoje)

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO: um convite ao tema	12
2	ECOTURISMO: UMA INTERPRETAÇÃO SEGUNDO AS DINÂMICAS DA ATUAL SOCIEDADE	23
2.1	SOCIEDADE DO CONSUMO E TURISMO	23
2.2	DA NATUREZA INTOCADA À NATUREZA PARA O CONSUMO	31
2.3	ECOTURISMO: uma aproximação teórico-conceitual	39
3	ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL JENIPABU E RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ESTADUAL PONTA DO TUBARÃO: um processo histórico conservacionista?	48
3.1	ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL JENIPABU (APAJ)	49
3.2	RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ESTADUAL PONTA DO TUBARÃO (RDSEPT)	60
3.3	UM HISTÓRICO CONSERVACIONISTA?	69
4	O ECOTURISMO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO APAJ E RDSEPT SEGUNDO A PERCEPÇÃO DOS ATORES QUE NELAS ATUAM	72
4.1	ECOTURISMO E UCS: analisando o texto para entender o contexto	72
5	ECOTURISMO: uma conservação possível na sociedade contemporânea?	93
	REFERÊNCIAS	97
	APÊNDICES	107

1 APRESENTAÇÃO: um convite ao tema

Dentre os diversos segmentos do turismo, o ecoturismo, face às demandas ambientais, tem alcançado proeminência no mercado turístico e amplo desenvolvimento mundial. Entretanto, tal desenvolvimento parece não ser acompanhado por uma prática coerente com os conceitos fundantes do mesmo, ensejando, assim, uma preocupação quanto à necessidade de um aprofundamento científico através de uma abordagem crítica das dinâmicas de consumo e conservação que permeiam a prática.

Nesse contexto, este estudo aborda o ecoturismo sob a égide da sociedade do consumo, onde, por vezes, percebe-se que este se constituiu numa prática contestadora da sociedade na qual está inserida, mas que, todavia tem se submetido à lógica do capital através da mercantilização da natureza.

Afinal, o turismo tem sido discutido como uma atividade tipicamente econômica sobrepondo a preocupação econômica às de cunho socioambiental, priorizando o turista e seus desejos de consumo, em detrimento do meio ambiente e da população receptora dos lugares que estes visitam, ao invés de ser considerada em sua complexidade que também inclui os aspectos sociais e ambientais.

Por isso, seguindo tendências que colocam o consumo e o lazer em relevância, o turismo se configura como uma das atividades mais dinâmicas da economia mundial, inserido em uma sociedade na qual o consumo tem se apresentado como um imperativo e, assim, tornando o suprimento das necessidades e dos prazeres individuais, a circulação, a compra, a venda, a apropriação de bens e de objetos diferenciados, hoje, a linguagem pela qual toda a sociedade se comunica.

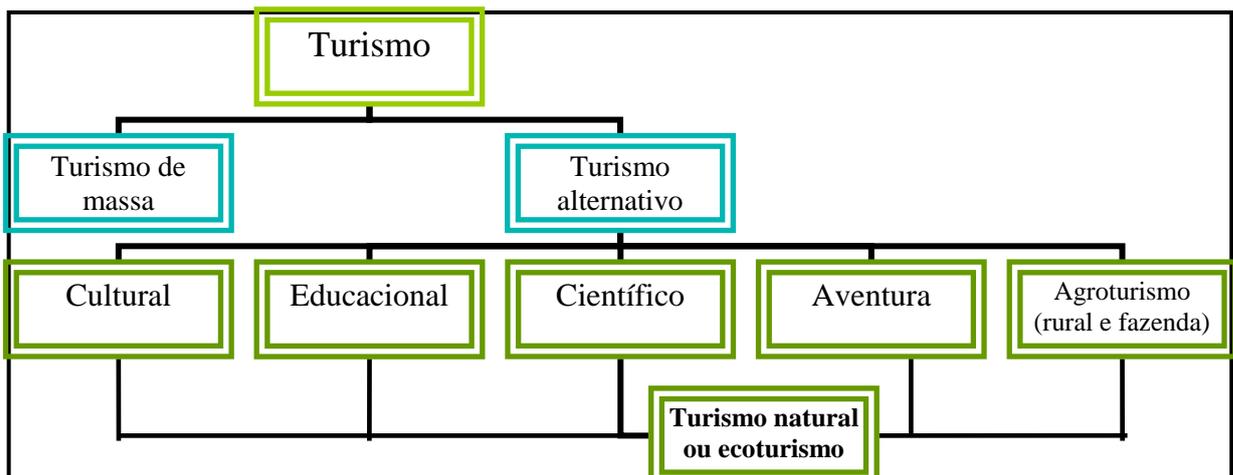
Como alternativa a estas demandas, o desenvolvimento sustentável surgiu ao se notar que o projeto da atual civilização tem gerado variadas formas de consumo e, conseqüentemente, ameaças, tais como o aumento crescente da pobreza, a poluição industrial e o uso predatório de recursos naturais. Assim, a complexa teia de inter-relações homem-meio ambiente tem se inserido no cerne das atenções em todo o mundo.

Nesse sentido, o ecoturismo aparece como um divisor de águas, pois em princípio, este segmento tem como motivação o desejo de ver ecossistemas em seu estado natural, sua vida selvagem, assim como sua população nativa, além de se configurar como uma experimentação alternativa ao modo de vida consumista.

Todavia, o crescimento econômico e a sociedade do consumo que têm sido enfatizados como fatores propulsores do desenvolvimento e do bem-estar social, também têm transformado a natureza em mercadoria. Sob esta perspectiva, as Áreas Naturais Protegidas (ANPs), com seus atrativos naturais e culturais protegidos por lei, tem se constituído como grandes atrações para ecoturistas de todo o mundo.

No Rio Grande do Norte, as estatísticas apresentadas pela Secretaria Estadual de Turismo do Rio Grande do Norte (SETUR/RN) através dos resultados da Pesquisa de Demanda Turística realizada em 2008, o “Turismo ecológico” aparece indicado por pouco mais de dois por cento dos entrevistados como motivação para a vinda ao destino Natal a passeio. Assim, o ecoturismo parece se mostrar pouco relevante no estado. Todavia, isto se deve à forte polissemia¹ do termo e à intensa segmentação mercadológica. Na verdade, se forem somados os segmentos ligados conceitualmente ao ecoturismo apresentados na referida pesquisa, verifica-se que noventa e dois por cento dos turistas pesquisados indicaram as belezas naturais como motivação principal para o passeio ao destino potiguar (SETUR/RN, 2009).

Apesar de haver uma distinção de motivação turística nos dados coletados pela SETUR/RN, entre “Atrativos naturais – Sol e Praia”; “Turismo ecológico”; “Turismo de aventura/esportes”; “Patrimônio histórico/cultural”; “Turismo Rural” e “Serra e Sertão”, todas estas motivações turísticas se relacionam com o ecoturismo por terem características e finalidades em comum, conforme demonstrado no quadro 1. (FACO; NEIMAN, 2010).



Quadro 1: O turismo alternativo.

Fonte: Mieczkowski (1995, p. 459) apud Facó e Neiman (2010, p. 51)

¹ A palavra polissemia indica uma “multiplicidade de sentidos de uma palavra ou locução”. Sua etimologia vem do francês *polysémie* calcado no grego *polúsēmos* e significa “que tem muitos sentidos” (HOUAISS, 2001, p. 2252).

Esta busca pelas belezas naturais do estado do Rio Grande do Norte deve-se à sua posição geográfica, seus mais de quatrocentos quilômetros de costa e à variabilidade de biomas existentes, o que possibilita uma integração regional e mundial ao oferecer suas potencialidades, para uma diversidade de investimentos produtivos (GALVÃO, 2005). No RN, o turismo tem sido o maior responsável pelo aquecimento da economia local, representando mais de vinte por cento do PIB do estado (OLIVEIRA, 2008). No estado, o número de visitantes saltou de 1,2 milhões em 2002 para 2,2 milhões em 2006. A receita proveniente da atividade turística subiu de 216 milhões de dólares em 2002 para 573 milhões de dólares também em 2006. No mesmo período, o número de empregos gerados pela atividade subiu de cerca de cinquenta mil para mais de cento e vinte mil (PSB, 2006).

Sob esta perspectiva, a existência da atividade turística motivada por belezas naturais e contato com a natureza de forma pujante na região, colabora para a criação de novas UCs no estado do RN (e vice-versa) e, conseqüentemente, propicia a prática do ecoturismo, alimentando as estatísticas de cunho econômico, dantes mencionadas. Contudo, vale salientar que na presente dissertação o turismo é interpretado como um fenômeno social complexo, que envolve o deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas por motivos de lazer, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (DENCKER, 2007).

Dada a importância da temática, adotou-se como pressuposto ultrapassar a ideia de que o meio circunda espécies e populações biológicas. Desta forma, o ambiente é tratado como categoria sociológica relacionada a uma racionalidade social, em que estão envolvidos comportamentos, valores e saberes, bem como novos potenciais produtivos. Esta postura propicia o aprofundamento na análise das relações resultantes dos processos históricos de uma transformação da natureza preconizada pela sociedade do consumo.

Este pensamento segue a linha de Santos (1982), para quem somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem, diferentemente da visão científica positivista que enxerga a natureza, primordialmente, sob a ótica de causa e efeito, não atentando para as transformações decorrentes do processo histórico de sua interação com o homem (ENGELS, 1979).

Sendo assim, foi empregada no presente trabalho uma abordagem crítica, visando à identificação das contradições concretas que constituem os movimentos e os processos da realidade. Assim têm-se os pares contraditórios: conservação e consumo, patrimônio natural protegido e mercadoria. Nesse contexto, conserva-se para consumir, vende-se o que não tem

preço. Então, foi através dessa dinâmica que se buscou entender o jogo de forças dos agentes envolvidos na prática do ecoturismo na atual sociedade do consumo.

A existência de um pensamento conservacionista em meio à crescente dinâmica de consumo da atividade turística em áreas naturais, conhecido como ecoturismo propiciou o surgimento de um questionamento que norteou todo o percurso da pesquisa: a prática do ecoturismo nas Áreas Naturais Protegidas se configura como uma contrarracionalidade que visa à minimização dos malefícios das verticalidades inseridas no espaço turistificado ou propicia mais uma forma de consumo através de uma reformulação do turismo massivo com discurso conservacionista? Assim, apesar de ficar demonstrado que a prática ecoturística possui diretrizes conservacionistas, a sua atuação, inclusive no estado do RN, desperta a seguinte problemática: o ecoturismo se constitui em um processo baseado na lógica da sociedade do consumo?

Objetivando a compreensão da realidade apresentada, este estudo teve como recorte geográfico duas UCs de Uso Sustentável do RN: a Área de Proteção Ambiental Jenipabu (APAJ) e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (RDSEPT). Estas duas UCs possuem processos históricos distintos, como também níveis diferentes de uso pelo/para o ecoturismo e repercussão midiática. (Ver mapa 1 para localização das UCs).

Neste contexto, a pesquisa teve como objetivo geral averiguar as relações entre conservação e consumo e suas influências no ecoturismo realizado nas Unidades de Conservação de uso sustentável do Rio Grande do Norte selecionadas para este estudo, isto é, a APAJ e RDSEPT.

Para tanto, teve como objetivos específicos: **(a)** Realizar uma reflexão crítica acerca da relação conservação *versus* consumo constante na prática do ecoturismo em UCs no contexto da atual sociedade; **(b)** Analisar o processo histórico de formação das UCs de uso sustentável do RN, à luz do par contraditório conservação-consumo; **(c)** Apreender a percepção sobre o ecoturismo dos atores envolvidos com esta prática nas UCs de uso sustentável do RN.

A escolha do tema deveu-se ao surgimento do ecoturismo como resposta ao paradigma social dominante que propiciou o incremento econômico dos destinos nos quais foi implementado, mas que sua massificação também resultou em um conjunto de impactos negativos. Isso aguçou a percepção de alguns setores da sociedade, bem como de instituições e organismos ligados ao turismo, fazendo-os empreender as primeiras iniciativas contrárias ao desenvolvimento desordenado do turismo.

Nesse contexto, para maior aprofundamento teórico-crítico acerca do ecoturismo enquanto processo social se tornou crucial a compreensão da visão dos agentes dos quais o

ecoturismo recebe influência, bem como a análise do papel que este exerce na atual sociedade do consumo. Esta análise tem sua importância justificada pela constatação de que nos estudos realizados acerca do ecoturismo existem poucas obras que analisam criticamente estes fenômenos. Como disse Santos (1994, p. 54), “o conhecimento dos objetos e seus processos passa a ser fundamental, para uma ação deliberada e renovadora”.

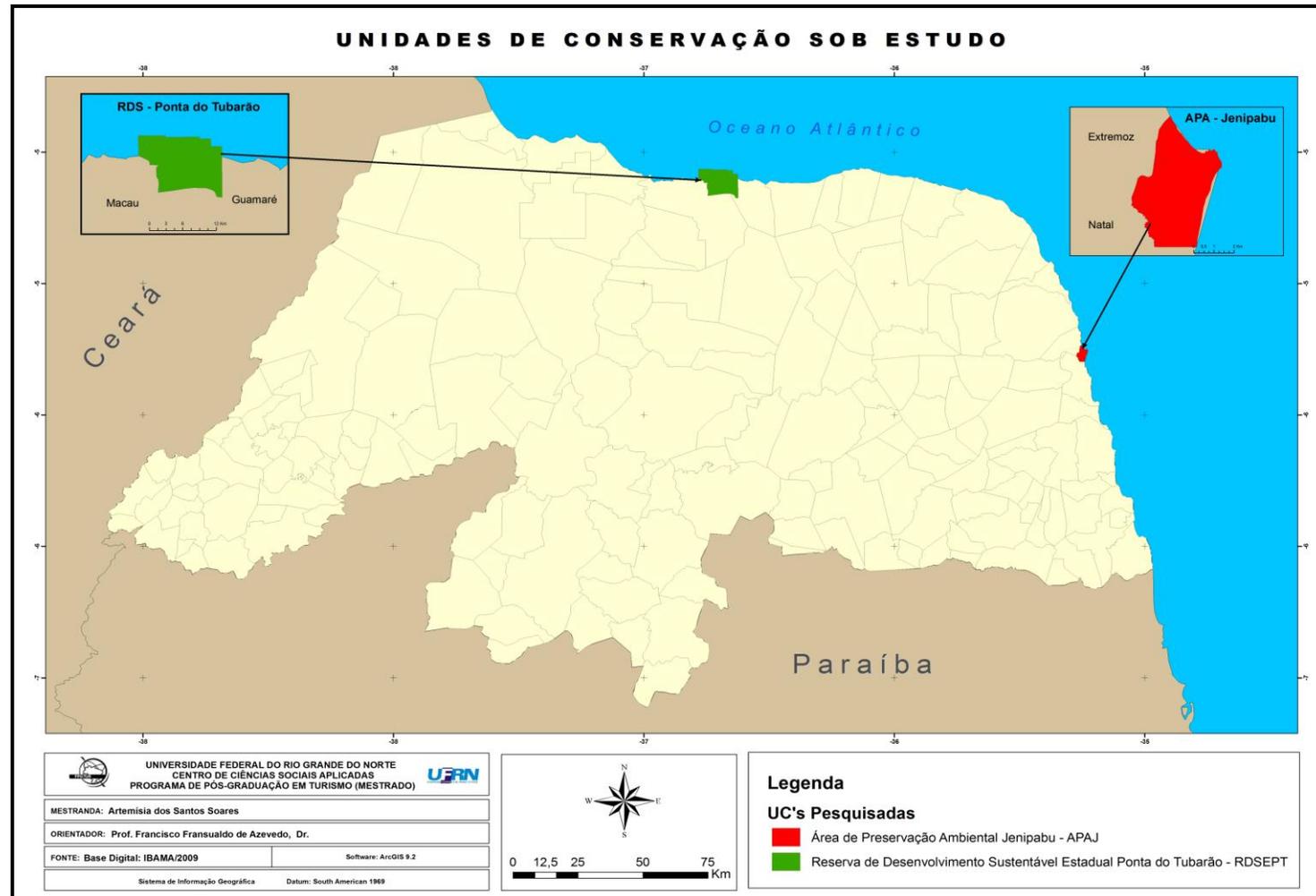
Para tanto se teve como percurso metodológico uma abordagem qualitativa, não definida pelos instrumentos ou pelos dados, mas, sobretudo, pelos processos e pelas formas de construção do conhecimento. Nesse sentido, buscou-se compreender de forma crítica as concepções e consciência dos entrevistados, os quais se constituem atores envolvidos diretamente com tal prática no universo empírico delimitado para a pesquisa.

Portanto, buscou-se neste trabalho uma perspectiva crítica, pois, diferentemente dos positivistas que buscam a invariabilidade das leis na sociedade, com o intuito de mantê-la, a abordagem crítica inclui na apreensão da realidade o princípio do conflito e da contradição como algo constante e que explica os processos e não somente as estruturas (MINAYO, 1999).

Sob esta perspectiva, ao realizar a reflexão acerca das relações entre conservação e consumo que constituem a prática do ecoturismo, a pesquisa fundamentou-se numa abordagem, em sua maior parte, geográfica e sociológica, tendo como ponto de partida a sociedade humana realizando-se, em seu movimento e em sua totalidade. Essa realização, segundo Santos (1994, p. 19), “dá-se sobre uma base material: o espaço e seu uso; a materialidade e suas diversas formas, as ações e suas diversas feições”.

Para este fim, a construção e o aprofundamento da pesquisa perpassou à descrição, pois segundo Gil (1999) as pesquisas descritivas podem ir além de simples identificação da existência de relações entre variáveis, visando à compreensão da natureza dessa relação, ensejando nesse sentido a aproximação da pesquisa descritiva à pesquisa explicativa, na qual se teve como preocupação principal identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos, neste caso das contradições inerentes à prática do ecoturismo.

Para a concretização da pesquisa utilizou-se inicialmente a pesquisa bibliográfica, como também a pesquisa documental que, juntamente com a aplicação de entrevistas semi-estruturadas, de forma integrada, possibilitaram a compreensão da totalidade contraditória do fenômeno do ecoturismo nas UCs selecionadas. A pesquisa bibliográfica e documental envolveu também a análise de contexto sobre a região estudada, bem como as bases legais e



Mapa 1- Unidades de Conservação sob estudo.
 Fonte: IBAMA (2009).

principais documentos relacionados à gestão das UCs estudadas, como o Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE) e o Plano de Manejo. Esta fase trata-se da utilização de fontes bibliográficas como possibilidade de cobertura ampla da realidade constatada, permitindo uma comparação dos dados e resultados com a teoria referenciada, que ampliam as perspectivas de análise.

Já, a estratégia de coleta de dados através de entrevistas se tornou útil para a obtenção de dados descritivos que os sujeitos proporcionaram a partir de sua própria experiência. A entrevista constitui-se no único meio pelo qual é possível se obter opiniões, conhecer atitudes, receber sugestões para a melhoria da instituição e obter outros dados semelhantes (HAYMAN, 1973).

Assim, entre os meses de junho e dezembro de 2010 foram realizadas vinte e três entrevistas com uso de roteiros semi-estruturados (ver Apêndices A, B, C e D), tendo como sujeitos da pesquisa três grupos diretamente ligados às UCs selecionadas para o estudo: técnicos/gestores; moradores inseridos dentro ou no entorno das UCs e (eco)turistas. O material coletado por meio das questões realizadas em cada entrevista foi inserido no texto da dissertação procurando produzir um diálogo entre as afirmações dos entrevistados com os conceitos estudados ao longo do período de desenvolvimento deste trabalho, após analisadas através da técnica da análise de conteúdo (BARDIN, 2010).

A seleção dos interlocutores institucionais para a pesquisa baseou-se em sua relação direta e, ou indireta com a gestão da APAJ e da RDSEPT. Assim, as entrevistas realizadas com os técnicos/gestores incluíram representantes do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN (IDEMA); Secretaria de Estado de Turismo do RN (SETUR/RN); Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal/RN (SEMURB); Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico de Natal/RN (SETURDE) e Secretarias de Turismo e Meio Ambiente das Prefeituras dos municípios de Extremoz/RN, Macau/RN e Guamaré/RN. Vale informar que para a obtenção de relevantes informações acerca do processo de formação das UCs foram entrevistados também pesquisadores e ambientalistas envolvidos no processo histórico das UCs.

Já, para as entrevistas realizadas com os moradores inseridos ou do entorno das UCs e (eco)turistas que as visitam, foi utilizada a amostra não probabilística do tipo intencional. Sob esta perspectiva, foram entrevistados indivíduos que se constituíram como os “sujeitos-tipo²” da população que foi pesquisada (Quadro 2).

² Entende-se por sujeitos-tipos aqueles que representam as características típicas de todos os integrantes que pertencem a cada uma das partes da população (RICHARDSON, 2008, p. 161).

A pesquisa demandou o consentimento livre e esclarecido do entrevistado (Apêndice E), a partir da explicação completa e pormenorizada sobre sua natureza, seus objetivos, métodos, benefícios previstos e potenciais riscos, conforme as diretrizes éticas de pesquisas envolvendo seres humanos da Resolução 196/96. A realização da entrevista foi formalmente consentida por todos os sujeitos da pesquisa. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra.

As entrevistas foram realizadas preferencialmente de forma individualizada e nas próprias instituições. Exceção a essa regra foi a realização de entrevista com a participação simultânea de duas pessoas, em três das instituições e/ou órgãos representativos da gestão das UCs. Como também, em algumas entrevistas com a participação de no máximo três pessoas entre os indivíduos representantes das comunidades.

O quadro 3 mostra a data e as instituições/órgãos/indivíduos com os quais foram realizadas as entrevistas, assim como o tempo de gravação. No total foram 12 horas e 41 minutos de entrevistas.

Cargo/Atividade	Órgão/Instituição
Diretor Técnico do IDEMA	IDEMA/RN
Núcleo de Gestão de Unidades de Conservação	IDEMA/RN
Subcoordenador de Meio Ambiente	SETUR/RN
Secretário Meio Ambiente e Urbanismo Natal/RN	SEMURB
Secretário Adjunto de Turismo e Des. Econômico Natal/RN	SETURDE
Secretário Municipal de Meio Ambiente Extremoz/RN	Prefeitura Municipal de Extremoz/RN
Secretário Municipal de Turismo e/ou Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável	Prefeitura Municipal de Macau/RN
Secretário Municipal de Turismo e Com. Social e/ou Secretário Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Prefeitura Municipal de Guamaré/RN
População autóctone das UCs e/ou entorno	APAJ e RDSEPT
Ecoturistas que estão envolvidos diretamente com a prática do ecoturismo nas UCs do RN selecionadas para a pesquisa	(Eco)turistas

Quadro 2: Sujeitos da Pesquisa.
Fonte: Dados da pesquisa (2010).

Data	Órgão/Instituição	Duração da gravação
23/06/2010	NUC/IDEMA	01h15 min
01/07/2010	DIRETORIA TÉCNICA/IDEMA	35:44

06/07/2010	SETURDE – NATAL/RN	54:01
07/07/2010	SEMURB – NATAL/RN	41:52
08/07/2010	NUC/IDEMA	29:86
14/07/2010	PREF. MUN. GUAMARÉ/RN	46:41
16/07/2010	SETUR/RN	33:53
16/08/2010	PREF. MUN. MACAU/RN	35:01
20/09/2010	PREF. MUN. EXTREMOZ/RN	54:36
06/12/2010	PESQUISADORA	56:55
09/12/2010	AMBIENTALISTA	48:21
11/12/2010	Comunidade APAJ – III	36:59
		40:36
		41:92
18/07/2010	Comunidade APAJ – IV	15:01
		18:01
		22:01
15/08/2010	Comunidade RDSEPT – III	30:06
14/08/2010	Comunidade RDSEPT – IV	19:42
		13:01
17/07/2010	Turistas APAJ	08:43
		09:62
14/08/2010	Turistas RDSEPT	05:28

Quadro 3: Informações básicas das entrevistas.

Fonte: Dados da pesquisa (2010).

Após a transcrição, foi realizada análise de conteúdo, sendo esta técnica de análise utilizada objetivando contribuir para o processo de busca e reconhecimento do conteúdo das mensagens contidas nas entrevistas. Assim, os dados foram cadenciados em unidades menores e, em seguida, reagrupados em categorias relacionadas entre si de forma a ressaltar padrões, temas e conceitos. A interpretação envolve a atribuição de significado à análise, explicando os padrões encontrados e procurando por relacionamentos entre as dimensões descritivas (BARDIN, 2010).

Neste sentido, a partir dos movimentos estabelecidos entre as coisas e os homens (SANTOS, 2006), se tornou possível delinear o caminho de interpretação a ser adotado, o qual priorizou o contrário, o dinâmico, o complexo, a unidade, apresentando, ao final da dissertação, a crítica conceitual acerca das relações entre conservação e consumo no ecoturismo da UCs selecionadas para o estudo (APAJ e RDSEPT).

As informações obtidas possibilitaram uma reflexão crítica acerca da dinâmica de conservação e consumo constante na prática do ecoturismo em UCs, permitindo através dela a análise do processo histórico das UCs deste estudo e a obtenção da percepção dos sujeitos envolvidos quanto a esta dinâmica.

Visando maior praticidade a análise foi realizada por meio de códigos que se referem às categorias de análise obtidas a partir do referencial teórico. Estas categorias foram

utilizadas para análise de conteúdo de todos os dados obtidos, i.e., da pesquisa documental, como também, das entrevistas, após serem transcritas.

O quadro analítico contempla duas unidades de análise basilares (consumo e conservação) e doze categorias, conforme detalhado no quadro 4. Para a definição das unidades de análise e categorias foram tomados como referência Santos (1987; 1988; 1994; 2001; 2006), Guerreiro Ramos (1989) e A. B. Rodrigues (1996; 2003), que realizam crítica à sociedade do consumo e descrevem as principais características do meio técnico-científico-informacional predominante; e Diegues (1998; 2000), A. B. Rodrigues (2001), Pires (2002) e Neiman e Rabinovici (2010), que discorrem histórica e cientificamente acerca da ênfase na conservação constante nas origens e discurso do ecoturismo, descrevendo também suas características fundantes.

UNIDADE DE ANÁLISE	CATEGORIAS DE ANÁLISE	REFERÊNCIAS
CONSUMO	Sociedade capitalista e de mercado	Santos (1988; 2001; 2006); A. B. Rodrigues (2001)
	Consumo de moda	Santos (1994)
	Consumo de massa e para as massas	Santos (1987)
	Transitoriedade das coisas	Guerreiro Ramos (1989)
	Intencionalidade mercantil	Santos (1994)
CONSERVAÇÃO	Ordenamento e limitações	Pires (2002)
	Envolvimento da população	Diegues (1998; 2000)
	Educação Ambiental	Neiman e Rabinovici (2010)
	Interação e convivência	Diegues (2000); A. B. Rodrigues (2001).
	Autossustentabilidade econômica	Pires (2002)
	Participação de atores externos	Neiman e Rabinovici (2010)
	Intencionalidade simbólica	Santos (1994)

Quadro 4: Quadro de análise.

Fonte: Dados da pesquisa (2010).

Diante da descrição do caminho percorrido nesta pesquisa, faz-se necessário sublinhar também os aspectos pessoais que conduziram a pesquisadora a uma pesquisa dessa natureza. Sob esta perspectiva, este trabalho surgiu a partir da necessidade de uma compreensão mais aprofundada dos processos intrínsecos à prática do ecoturismo que tem abarcado variadas formas de consumo, em detrimento dos princípios que norteiam a prática. Assim, mostrou-se relevante ir além da dimensão imediata do ecoturismo, sobretudo buscando a dimensão mediata da prática a fim de apreender as nuances dos processos que não se mostram evidentes.

Cabe frisar, portanto, as primeiras imersões no tema a partir do estágio curricular, ainda durante a graduação, o qual possibilitou a aproximação aos conceitos e conflitos existentes nas questões ambientais ligadas ao turismo, permitindo a compreensão superficial da prática e da complexidade que é a sua investigação científica, culminando com uma monografia que estudou alguns impactos resultantes dos conflitos existentes na praia de Santa Rita, localizada na APAJ. Ademais, a autora é também praticante, mesmo que eventual, do ecoturismo. Tais fatores unidos a outros aspectos quais sejam a sua origem, ou seja, originária do Rio Grande do Norte, estado em amplo processo de turistificação e, sobretudo, a sua preocupação com o desenvolvimento de um ecoturismo condizente com os parâmetros fundantes da atividade, despertou-a para a necessidade desta pesquisa.

Logo, ampliando o escopo das pesquisas que versam acerca da mercantilização do patrimônio natural das UCs, apresenta-se neste estudo uma análise do ecoturismo enquanto totalidade, isto é, um ecoturismo que transcende as UCs e região nas quais a prática se insere, contextualizando-o globalmente, segundo o sistema econômico vigente.

Além disso, vale ressaltar que o tema da presente dissertação de mestrado tem importante rebatimento pelo contexto atual de políticas públicas que visam a proteção da natureza ou privilegiam a expansão da categoria UC de Uso Sustentável, devido às possibilidades de uso, como o nome já indica.

Para tentar refletir sobre as questões mencionadas, a presente dissertação foi estruturada em cinco seções. A primeira seção é esta, na qual é apresentado o tema da pesquisa contendo a problemática, os objetivos, os aspectos metodológicos e a justificativa. Na segunda seção se discute o embasamento teórico que orienta o tema ecoturismo, conforme as dinâmicas da atual sociedade. A terceira seção descreve o processo histórico da Área de Proteção Ambiental Jenipabu e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão. A quarta seção discute os resultados da pesquisa a partir da percepção dos entrevistados acerca do ecoturismo. Na quinta e última seção são apresentadas as conclusões e recomendações para futuras agendas de pesquisa.

A presente investigação seguiu os trâmites legais, previstos pelo Núcleo de Unidades de Conservação do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN (NUC/IDEMA), para autorização da realização de pesquisa em UCs. Assim, a pesquisa foi autorizada na APAJ durante 17ª Reunião Extraordinária do Conselho Gestor daquela UC, realizada no dia 22 de junho de 2010; e na RDSEPT, durante a 45ª Reunião Extraordinária do Conselho Gestor, realizada em 14 de julho de 2010.

2 ECOTURISMO: UMA INTERPRETAÇÃO SEGUNDO AS DINÂMICAS DA ATUAL SOCIEDADE

2.1 SOCIEDADE E ESPAÇO NO CONTEXTO DO FENÔMENO TURÍSTICO

Como indica o título desta seção, a análise do turismo deve se dar em sua complexidade, portanto, enquanto fenômeno e/ou prática social, evitando enxergá-lo tão somente como atividade econômica. Neste sentido, é importante entender a sociedade e o espaço onde tal prática ocorre. Destarte, Santos (1994, p. 90) propõe “entender o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e ações”, como também seus fixos e fluxos (idem).

Contudo, a análise da atual sociedade apresenta uma série de desafios, haja vista as aceleradas mudanças ocorridas diante do processo de globalização. De acordo com Santos (2001, p. 38), a globalização tem “entre seus fatores constitutivos a forma como a informação é oferecida à humanidade e a emergência do dinheiro em estado puro como motor da vida econômica e social”. Assim, o autor considera a globalização como um meio para o crescimento econômico em detrimento da solidariedade e do desenvolvimento social. O autor ainda afirma que

Neste mundo globalizado, a competitividade, o consumo, a confusão dos espíritos constituem baluartes do presente estado de coisas. A competitividade comanda nossas formas de ação. O consumo comanda nossas formas de inação. E a confusão dos espíritos impede o nosso entendimento do mundo, do país, do lugar, da sociedade e de cada um de nós mesmos (SANTOS, 2001, p. 46).

Assim, à medida que ocorre a expansão dos mercados em função da globalização, as ações de cunho econômico têm sido utilizadas como mecanismos destinados a aumentar o consumo, independentemente da sociedade a que pertença e/ou influencie.

Sob esta perspectiva nota-se que o consumo influencia os padrões de sociedades, que de acordo com Guerreiro Ramos (1989, p. 52), tentam “criar um tipo nunca visto de uma sociedade humana associada, ordenada e sancionada pelos processos autorreguladores do mercado”. O autor ainda afirma que

Não apenas o mercado e seu caráter utilitário tornaram-se forças históricas e sociais inteiramente abrangentes, em suas formas institucionalizadas em larga escala, mas também demonstram ser altamente convenientes para a escalada e a exploração dos processos da natureza e para a maximização da inventiva e das capacidades humanas de produção. No entanto, através de todo esse experimento, o indivíduo ilusoriamente ganhou melhora material em sua vida e pagou por ela com a perda do senso pessoal de auto-orientação. A isenção do mercado da regulação política deu origem a um tipo de vida humana associada ordenada apenas pela interação dos interesses individuais (para a autopreservação), ou seja, uma sociedade em que o puro cálculo das consequências substitui o senso comum do ser humano (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 52).

Esta característica da globalização na contemporaneidade torna-se possível devido à sua inter-relação com o acelerado desenvolvimento da ciência e da tecnologia, pois o meio técnico-científico-informacional não se mostra somente pelo modo de fazer e produzir, mas também por introduzir novos valores e comportamentos básicos da atual sociedade (ÂNGELO FURLAN, 2003).

Assim sendo, na fase atual de globalização, o uso da tecnologia passa por uma relevante mudança qualitativa e quantitativa, isto é, o acesso à informação tornou-se amplamente massificado, propiciando uma mudança ideológica nas relações sociais e, sobretudo, econômicas, comprovando-se isto através do papel fundamental desempenhado pela tecnologia no crescimento da economia (CASTELLS, 1999). Todavia, segundo Santos (2001) é em tais condições que se instala a competitividade desenfreada que suplanta a solidariedade civilizadora necessária à sustentabilidade da sociedade.

Nessa perspectiva, Santos (2001, p. 47) afirma que a ciência econômica tem se tornado “uma disciplina da administração das coisas ao serviço de um sistema ideológico” promovendo o exacerbado individualismo que insere novas percepções sobre o valor a ser conferido aos objetos, indivíduos, relações e lugares, “legitimando novas modalidades e novas regras da produção e do consumo”. Como consequência de uma “sociedade tornada competitiva pelos valores que erigiu como dogmas, o consumo é verdadeiro ópio [...] o poder do consumo é contagiante, e sua capacidade de alienação é tão forte que a sua exclusão atribui às pessoas a condição de alienados” (SANTOS, 1987, p. 34).

Esta alienação é denominada por Guerreiro Ramos (1989) como “representação”, e se mostra como uma exigência para a pacificação negociada entre os indivíduos, para habilitá-los a acomodar seus interesses pessoais, assim a sociedade atual não se reconhece como miniatura de um cosmo maior, mas como uma conveniência mútua entre os indivíduos.

Quanto a esta importância dado ao consumo, Santos (2001) afirma que tudo o que resulta dos meandros da globalização tem influência das ideias científicas, desse modo se

tornam tão impactantes, que as ações assim instituídas se impõem como modelos únicos de modos de comportamentos para a vivência em sociedade.

Seguindo este pensamento, vale mencionar a definição de comportamento de Guerreiro Ramos (1989, p. 50), que o vê como “uma forma de conduta que se baseia na racionalidade funcional ou na estimativa utilitária das consequências, uma capacidade que o ser humano tem em comum com outros animais”. Todavia, o autor informa que o comportamento possui como categoria mais importante: a conveniência e, por isso, ele é desprovido de conteúdo ético de validade geral, i.e., é uma espécie de “conduta mecanomórfica, ditada por imperativos exteriores”, isto é, os tais imperativos instituídos impostos à sociedade já antes mencionados por Santos (2001).

Este conceito autoriza inferir que o consumo pode ser classificado como uma das variadas expressões da “síndrome comportamentalista³” de que trata o autor, ou seja, uma prática realizada de acordo com conveniências e novas necessidades demandas pela atual sociedade. Guerreiro Ramos (1989, p. 51) ainda afirma que “homens e mulheres já não vivem mais em comunidade onde um senso comum substantivo determina o curso de suas ações”, mas apenas “fazem pouco mais além de responder a persuasões organizadas”.

Refletindo a esse respeito, Santos (2001, p. 49) caracteriza o consumo como:

“[...] o grande emoliente, produtor ou encorajador de imobilismos. Ele é, também, um veículo de narcisismos, por meio de seus estímulos estéticos, morais, sociais; e aparece como o grande fundamentalismo do nosso tempo, porque alcança e envolve toda gente”.

Vale explicar que o fenômeno do consumo se configura como aspecto fundante de qualquer sociedade, mas, conforme Barbosa (2008, p. 14), “apenas a nossa tem sido caracterizada como uma sociedade do consumo”. Assim, admitindo que o consumo está “preenchendo [...] uma função acima e além daquela de satisfação de necessidades materiais e de reprodução social comum a todos os demais grupos sociais”, adquirindo uma dimensão pela qual torna-se possível refletir questões acerca da natureza da realidade (idem).

Esta sociedade, segundo Guerreiro Ramos (1989, p. 49) se caracteriza como

Um sistema de regras de uma determinada espécie. Se o indivíduo acede em tomar parte nele, reconhece que sua conduta está limitada à órbita de um contrato. O bom cidadão obedece a prescrições externamente derivadas. A verdadeira ação é estranha a suas transações com as outras pessoas.

³ A síndrome comportamentalista, de acordo com Guerreiro Ramos (1989), “é uma disposição socialmente condicionada, que afeta a vida das pessoas quando estas confundem as regras e normas de operação peculiares a sistemas sociais episódicos com regras e normas de sua conduta como um todo”.

Após a afirmação de que o consumo “alcança e envolve toda gente” (SANTOS, 2001, p. 49) pode-se mencionar que uma das principais características da sociedade do consumo é a cultura de massa. Esta, preconizada pela globalização, vale-se de uma série de esquemas para que o indivíduo tenha uma reação, de pergunta-resposta, utilizando como estratégia o apelo permanente ao consumo, segundo os gostos, preferências, necessidades, decisão do consumidor. Inserido nesse contexto, o tempo ocupa uma espécie de lugar privilegiado na sociedade do consumo, sendo o tempo livre considerado o tempo direcionado ao lazer. Assim como a maior parte dos objetos que possuem certo valor de uso, o tempo tem sido submetido às leis do valor e da troca inerentes à nova sociedade informacional (CASTELLS, 1999).

De acordo com Hintze (2008, pp. 34-35) “vivemos no tempo da aceleração da produção, pois é imperativo que se produza mais e mais, numa velocidade cada vez maior. Igualmente podemos perceber a questão da aceleração do consumo e da renovação das necessidades nos consumidores”. O consumo de massa tem provido uma forma de “acelerar o ritmo do consumo não somente em termos de roupas, ornamentos e decoração, mas também numa ampla gama de estilos de vida e atividade de recreação” (HARVEY, 2003, p. 258 apud HINTZE, 2008, p. 35).

Sob esta ótica, na sociedade contemporânea o lazer altera seu sentido de atividade espontânea e passa a ser utilizado para o incremento da sociedade do consumo, transformando o homem num componente passivo e, dando prosseguimento à dinâmica de gerar lucro do capitalismo, tornando tudo mercadoria. Tudo se torna consumível: tempo e experiência, natureza e consciência. A produção de mercadorias é constante; tudo se transforma em produto, venda, negócio, pacote.

Vale informar que o lazer, conforme Teixeira Coelho (2000), se opõe à ideia de recreação, como também do lúdico, pois tais conceitos se relacionam a momentos de pausa entre a ocupação e o descanso, produzindo uma sensação de alívio depois do esforço, para em seguida, haver a retomada da ocupação. Segundo o autor (ibid. p. 144), o “lazer é algo diferente. Tem seu prazer interior, intrínseco, sua completude própria, sua felicidade lhe é inerente”.

Todavia, este conceito de lazer não tem se mostrado suficiente na atual conjuntura de globalização. “O lazer agora permite viver, sobreviver” (TEIXEIRA COELHO, 2000, p. 163). Assim, coexistindo a ocupação, o lazer bom em si mesmo e o lazer para si, este último sendo àquele que cria condições para o próprio lazer, isto é, um lazer que viabilize o ciclo econômico, que gere lucro conforme os ditames da atual sociedade, a qual dita as formas de desenvolvimento/crescimento.

Tal realidade evidencia que esta visão de lazer tem se tornado um imperativo na atual sociedade e, portanto, fazendo surgir nova atividade produtiva, em um novo espaço e/ou novas configurações de uso deste espaço. “A civilização industrial moderna com seu trabalho parcelar suscita uma necessidade geral de lazer e de outro lado no quadro da necessidade, necessidades concretas diferenciadas” (LEFEBVRE, 1941, p. 41 apud CARLOS, 1996, p. 25).

De modo similar, A. B. Rodrigues (2001, p. 109), acena que:

O tempo livre torna-se um tempo social e o lazer torna-se um produto da sociedade do consumo, mercadoria que se vende e se compra. A evolução atual da sociedade industrial mostra que o tempo livre, longe de ser um tempo privado do indivíduo, do seu encontro consigo mesmo, torna-se um tempo social, ou seja, criador de novas relações sociais carregadas de novos valores.

Fica demonstrado, então, que o tempo de lazer se tornou uma representação social para o consumo. Configurando-se como uma mercadoria essencial permeada por momentos de lazer e de férias que são alvo de grande desejo. Desse modo, o consumo passa a ter como objetivo, preencher o tempo livre dos trabalhadores e torna-se “o caminho” para a felicidade. Por conseguinte, o humanismo como vetor do desenvolvimento e do progresso é substituído pelo modelo do consumo voraz.

Nesse processo o espaço possui papel fundamental na medida em que cada vez mais entra na troca, como mercadoria. Sob este aspecto, ficou evidenciado que a atividade do turismo tem uma inquestionável habilidade de transformar os lugares em função dos interesses dos atores hegemônicos⁴ que ordenam a atividade. Logo, denotando que espaços do planeta, antes ociosos, são racionados ao serem introduzidos no processo de comercialização (CARLOS, 1996; CRUZ, 2007).

Partindo desse pressuposto é possível sublinhar que:

[...] conquistam um tempo livre diário, semanal e anual cada vez maior. Esse tempo é expropriado pela sociedade do consumo de massa que cria novas necessidades. A necessidade imperiosa de viajar é fabricada, sendo incorporada mercadologicamente ao rol das necessidades básicas do homem. É o homem urbano que constitui o chamado *Homo turisticus* ou *Homo viajor* (A. B. RODRIGUES, 2001, p. 26).

A atividade turística se caracteriza pelo consumo ou apropriação de atrativos pré-existentes, modificando-os para adaptá-los à recepção dos turistas. Os atrativos turísticos

⁴ Os atores hegemônicos da produção do espaço são o Estado e o mercado (CRUZ, 2007).

referem-se a “locais, objetos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los” (BRASIL, 2010, p. 29). Os bens turísticos podem ser naturais, histórico-culturais, como manifestações e usos tradicionais e populares, realizações técnicas e científicas contemporâneas ou acontecimentos programados.

O mercado turístico comercializa os “lugares e seus atrativos e serviços, além da subjetividade, utilizando-a juntamente com o ambiente, como matéria-prima para a produção de mais uma mercadoria” (SERRANO, 2001, p. 206). Segundo tal tendência, “o turismo é uma das indústrias mais dinâmicas da economia mundial, numa era em que as mudanças para uma economia com ênfase no consumo e no lazer fazem com que o setor de serviços experimente um crescimento inusitado” (RIBEIRO; BARROS, 1997, p. 27).

Sob esta perspectiva, o turismo atua em espaços de rapidez. Segundo Santos e Silveira (2003, p. 263), “os espaços da rapidez serão aqueles onde é maior a vida de relações, fruto da sua atividade econômica ou sociocultural, ou então, zonas de passagem respondendo a necessidades de uma circulação mais longínqua”. E é “a partir do nexo informacional que se instala o nexo circulacional, criando-se o movimento, inclusive do próprio turismo, cujos polos receptores são mais difusos e podem ser menos poderosos que os polos emissores” (ibid.). Assim sendo, “a produção que dinamiza certas áreas tem seu motor primário ou secundário em outros pontos do território nacional ou mesmo do estrangeiro” (ibid.).

Desse modo, o uso e a organização do território permitem as ações dos sistemas políticos e econômicos. O movimento e a estrutura global da sociedade são desvendados pelo uso que os homens e os agentes econômicos fazem do território ao reorganizarem a produção, o que evidencia a disputa entre os diferentes grupos (CATAIA, 2003). Enquanto os atores hegemônicos usam o território como recurso ou mercadoria, segundo seus próprios interesses, os atores hegemonzados, usam-no como abrigo para sobreviver nos lugares em constante mutação.

Nesse contexto, o processo de globalização econômica fundamentado no espaço de fluxo, organiza o mundo contemporâneo em subespaços que são mais interessantes ao capital por meio das redes que atuando seletivamente, incorporam e modernizam porções do território (SANTOS, 1988).

Nesse sentido, a horizontalidade e a verticalidade são recortes espaciais indispensáveis para o entendimento do território usado e das estratégias empregadas pelos atores hegemônicos (SANTOS, 2006). As verticalidades se contrapõem à lógica do lugar, pois se baseiam na lógica que está associada aos interesses das grandes corporações transnacionais,

resultado de uma interdependência hierárquica que é consequência do processo de globalização econômica, fundada no espaço dos fluxos, no domínio da racionalidade. A verticalidade gera informações seletivas e privilegiadas, secretas, propriedades das empresas transnacionais, constituindo-se em poder. Já a horizontalidade corresponde às atividades e ações que estruturam a vida social, resultando no espaço banal, no espaço da vida, do cotidiano compartilhado por todos, isto é, o reino em que todas as expressões de emoções são permitidas e tem como fundamento a contiguidade espacial.

Assim, a solidariedade e o interesse comum são horizontais. Enquanto que nas verticalidades o tempo é único, nas horizontalidades caracterizam-se tempos diversos. A horizontalidade e a verticalidade coexistem e se interpenetram, transformando-se, no tempo e no espaço, em função de seus próprios objetivos.

A guisa deste dinâmico crescimento de verticalidades, o turismo viabiliza uma nova forma de desenvolvimento urbano. Este, centrado no consumo, impõe novas configurações econômicas, culturais e espaciais (LOPES JR., 1997), ou seja, a criação de um “número e diversidade enormes de objetos, isto é, fixos” que geram “um número exponencial de ações, isto é, fluxos” (SANTOS, 1994. p. 17).

Isso indica que, a atividade do turismo produz espaços delimitados e espacialmente destinados a um determinado tipo de consumo através de uma combinação das etapas da exploração do capital, somando bens físicos e serviços num mesmo pacote, os denominados “serviços do turismo”. Assim, enquanto a “indústria do turismo” articula a produção e consumo de um dado espaço, os “serviços” fluem por este mesmo espaço globalizado mediante as ferramentas produzidas pela e para a tecnologia da informação (A. M. RODRIGUES, 1996).

Segundo Santos (2006), esta fluidez é a exigência para a circulação de ideias, mensagens, produtos ou dinheiro de interesse dos atores hegemônicos. A fluidez na atual sociedade é fundamentada nas redes técnicas, que são um dos suportes da competitividade. Daí a busca voraz de ainda mais fluidez, levando à procura de novas técnicas ainda mais eficazes. A fluidez torna-se, então, ao mesmo tempo, uma causa, uma condição e um resultado.

O turismo, neste cenário de sujeição à fluidez tecnicista, comumente é permeado de influências dos atores hegemônicos. Portanto, “esses objetos transmitem valor às atividades que deles se utilizam. Nesse caso, podemos dizer que eles ‘circulam’. É como se, também, fossem fluxos” (SANTOS, 2006, p. 185).

Santos (2006, p. 186), mantendo a linha crítica quanto à fluidez, ainda afirma:

Tudo se passa como se a economia dominante devesse, incansavelmente, entregar-se a uma busca desatinada de fluidez. Aqueles que reúnem as condições para subsistir, num mundo marcado por uma inovação galopante e uma concorrência selvagem, são os mais velozes. Daí essa vontade de suprimir todo obstáculo à livre circulação das mercadorias, da informação e do dinheiro, a pretexto de garantir a livre-concorrência e assegurar a primazia do mercado, tornado um mercado global.

Sob esta perspectiva Guerreiro Ramos (1989, p.56) afirma que a vida cotidiana tem sido permeada por um sentimento de “uma permanente e sem propósito transitoriedade das coisas”, influenciando o modo como a ciência moderna vê a natureza, ou seja, como partículas de matéria em movimento e, portanto, imbuída de efemeridade. Em decorrência desta efemeridade e superficialidade aplicadas à atividade turística, constata-se a incidência de impactos negativos advindos da exploração do turismo com proporções de indústria de massa, atuando de maneira agressiva nos lugares explorados.

Quanto a essa realidade, Rampazzo (2002) afirma que, inicialmente, o meio ambiente mostrava-se em estado de equilíbrio dinâmico até o momento em que as sociedades humanas passaram, progressivamente, a interferir cada vez mais intensamente na exploração dos recursos naturais.

Diante disto, algumas práticas de lazer que tem como pano de fundo o ambientalismo como movimento crítico-social surgiram com características variadas a partir de 1960, no qual a busca pela natureza tem como princípio a contestação dos valores preconizados pelas relações de produção e consumo (BRUHNS, 2009). Afinal, segundo Sousa Santos (2003), em reação à postura consumista da atual sociedade, torna-se premente a defesa de uma utopia ecológica realista, embasada num princípio de realidade referente à contradição crescente entre o ecossistema do planeta que é finito, e a acumulação de capital, tendencialmente infinita. Nesse sentido, não se trata, portanto, de ver apenas as paisagens ou vivenciá-las momentaneamente, mas de compreender esta nova realidade, trazida pelo desenvolvimento tecnológico e pelo novo formato de relações, num mundo tecnocrático e globalizado.

Com esse objetivo tem-se buscado na contemporaneidade aplicar a definição de desenvolvimento turístico sustentável, elaborada pela Organização Mundial de Turismo (OMT, 2003, p. 23) como sendo aquela que “atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro” promovendo o surgimento de formas alternativas de se explorar o turismo, ou seja, este conceito equivale à ideia de manutenção da sobrevivência humana em consonância com as leis da natureza (CAVALCANTI, 1995).

Para alcançar tais intentos tornou-se necessário repensar a organização econômico-ambiental da sociedade, i.e., o uso qualitativo e quantitativo que ela faz de seus recursos naturais (RAMPAZZO, 2002). Neste sentido, o turismo propõe-se a se aprofundar quanto à sua sustentabilidade, instituiu o ecoturismo, prática delineada de acordo com as temáticas sociais, ambientais e culturais realizada em ambientes naturais protegidos (DALE, 2005; PIRES, 2002).

2.2 DA NATUREZA INTOCADA À NATUREZA PARA O CONSUMO

O ecoturismo tem entre seus fatores essenciais, a natureza como atrativo turístico. Nesse sentido torna-se relevante compreender os diferentes olhares dados à natureza no decorrer da história científico-filosófica. Assim, de acordo com Moreira (1990), a expressão natureza (do latim: *natura*, *naturam*, *naturea* ou *naturae*) aplica-se a tudo aquilo que tem como característica fundamental o fato de ser natural, ou seja, envolve todo o ambiente existente que não teve intervenção antrópica. Dessa noção da palavra, surge seu significado mais amplo, i.e., a natureza corresponde ao mundo material e, em extensão, ao Universo físico e toda sua matéria e energia, inseridas em um processo dinâmico que lhes é próprio e cujo funcionamento segue regras próprias (estudadas pelas ciências naturais).

A escala abrangida pela palavra natureza, dentro deste contexto, envolve desde o subatômico até o amplamente universal, como os planetas e as estrelas. Tomando como o recorte a escala do homem, inclui basicamente o meio ambiente natural – definido como natureza virgem - e normalmente exclui o meio ambiente construído, de forma a ser tradicionalmente associada à vida selvagem, aos fenômenos e recursos naturais e aos seus processos e dinâmicas próprios. Há também definições que incluem o meio ambiente alterado pelo homem como elemento da natureza – conhecido como meio rural ou meio urbano (MOREIRA, 1990; BOULLÓN, 2000).

Tuan (1980) afirma que atualmente, referir-se à natureza é aproximar-se do campo e do selvagem, possibilitando recordar a Idade Média quando a natureza era vista como sinônimo de perigo, do incerto ou até mesmo como ameaça, como por exemplo, na teoria do

miasma⁵. Todavia, Marinho (1999, p. 36) acrescenta que “o conceito de natureza tem sido redefinido e multiplicado pelos diferentes usuários, ganhando uma extensa pluralidade”.

Nesse sentido, comumente a natureza é vista como “paraíso”, em uma atitude mítica (legado da cultura judaico-cristã), e outras vezes vista como “agressiva”. Quanto a esta última atitude, observa-se um confronto direto “homem-natureza” inserido na percepção da natureza apartada do homem, visto que, por vezes, assemelhar-se à natureza significa reconhecer “o selvagem” e afastar-se do culturalmente civilizado (BRUHNS, 2009).

O pensamento filosófico da natureza segue padrão semelhante ao longo da história e parece ter oscilado sempre entre duas perspectivas opostas: “uma que pensa a natureza como divina, animada ou como um imenso organismo vivo, e outra que a concebe como uma grande máquina, secularizada e desprovida de alma” (GONÇALVES, 2006, p. 10).

No século XIX, segundo Engels (1979), o avanço científico permitiu a reação transformadora do homem sobre a natureza que, conforme a visão do período, passou a ser considerada como produção a serviço do homem. Desse modo, a sujeição da natureza ao homem ainda se perpetuava, colaborando para a geração de uma forte dicotomia homem-natureza ainda presente nos dias atuais.

Sintetizando, a história da relação entre o homem e a natureza, na sua evolução, o homem nem sempre se preocupou com questões que estivessem ligadas à natureza. Na Idade Média o rompimento com o mito o libertou da submissão à divindade. No Iluminismo foi resgatada a sua essência de “deus” na visão antropocêntrica, usando e abusando dos recursos naturais. Ao tornar-se “deus” de todas as coisas o homem perde a capacidade de sonhar, de sentir, de observar. E, aos poucos este poder o transforma num ser insensível e destruidor, incapaz de se inserir no contexto ambiental, vendo-o apenas como meio passível de exploração e transformação. A natureza, que no início era vista como “fonte de vida”, se transformou em “fonte de lucro”, com o único objetivo de acumular riquezas.

Nesse sentido, Santos (1994, p. 5) afirma que

A história do homem sobre a Terra é a história de uma rotura progressiva entre o homem e o entorno. Esse processo se acelera quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do Planeta, armando-se de novos instrumentos para tentar dominá-lo. A natureza artificializada marca uma grande mudança na história humana da natureza. Hoje, com a tecnociência, alcançamos o estágio supremo dessa evolução.

⁵ Acreditava-se na Idade Média que as enfermidades poderiam ser transmitidas a partir de qualquer contato com o ar proveniente do meio ambiente (VELLOSO, 2008).

De acordo com Reigota (1995, p.74), “o homem contemporâneo [...] dificilmente se considera elemento da natureza, mas sim apartado dela, como observador e/ou explorador; certas vezes como ‘nota dissonante’, um componente depredador”. Todavia, com o crescimento desorganizado das cidades e o conseqüente desgaste da vida urbana, a vida no campo, onde reinava a calma de uma vida bucólica, passou a ser valorizada, motivando a partir desse momento uma apreciação das paisagens naturais (DIEGUES, 2000).

Nesse contexto, evitar a extinção dos ecossistemas naturais tem se configurado como um dos maiores desafios da humanidade neste século. Além das razões morais que conduzem este desafio, existem as de ordem estética, religiosa, cultural, científica e econômica (WALLACE, 2002). Em decorrência desta premente necessidade, diversas políticas públicas têm sido desenvolvidas com o objetivo de proteger os recursos naturais, mas até o início do presente milênio, somente cinco por cento do planeta estava inserido em áreas naturais de conservação. A partir dessa constatação, indaga-se: afinal o que é conservação?

Conservação ambiental é definida como o polo complementar à preservação ambiental. Enquanto esta desenvolve ações preventivas visando a não afetação degenerativa do meio ambiente (ou da natureza), aquela se ocupa com ações corretivas e de manutenção da integridade, da feição e do bem-estar do mesmo meio ambiente. Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a conservação da natureza consiste no manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, produzindo maiores benefícios com base sustentável (BRASIL, 2000).

Assim como se detalhou acerca da conservação, faz-se necessário discorrer acerca do conceito “sustentabilidade”. Desse modo, vale informar que, apesar de iniciativas ditas sustentáveis existirem desde a época do império romano e ter permeado o planejamento urbano de cidades europeias no fim do século XIX e início do século XX (SWARBROOKE, 2000a), a trajetória do ambientalismo teve seu desenvolvimento de fato a partir do momento em que se iniciaram os estudos científicos voltados para os recursos naturais do planeta, no pós-guerra de 1940 (PIRES, 2002). Com isto, passou-se a ter um reconhecimento crescente por parte de alguns países de que a “ênfase no materialismo e na ‘sociedade do consumo’ estava cobrando demais dos recursos mundiais” (SWARBROOKE, 2000a, p. 6). Pode-se citar o exemplo da bióloga americana Rachel Carson que em 1962 publicou o livro “Primavera Silenciosa”, publicação de grande notoriedade para o início do movimento ambientalista, que trata acerca do descaso do Estado com o controle e informação na distribuição de poluentes químicos tóxicos e seus efeitos no ambiente e na sociedade. Nele a autora diz:

A rapidez da mudança e a velocidade com que novas situações são criadas seguem o ritmo impetuoso e insensato da humanidade, e não o passo cauteloso da natureza. A radiação não é mais apenas a radiação de funda das rochas, do bombardeio dos raios cósmicos, dos raios ultravioleta do Sol que existiam mesmo antes que houvesse vida na Terra; a radiação é agora a criação não natural da manipulação do átomo pelos seres humanos. (CARSON, 2010, p. 23).

Assim, com o aumento da divulgação de estudos desta natureza, surgem na década de 1970 os movimentos ambientalistas, tendo como primeiro resultado relevante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente realizada em Estocolmo, em 1972 e, sobretudo, a publicação do relatório “Os limites do crescimento” (*The Limits to Growth*) pelo Clube de Roma, produzido por pesquisadores e autoridades envolvidos com a questão ambiental (PIRES, 2002).

Seguindo a tendência de assegurar a preservação de recursos naturais, o ambientalismo de então investiu em criação de ANPs. De acordo com Diegues (2000), as primeiras ideias a esse respeito foram geradas nos Estados Unidos, através da criação de parques ou reservas naturais desabitadas, as quais foram sendo implantadas em outros países e sociedades com características ambientais e sociais diferentes. Sendo assim, “o modelo ainda hoje dominante de conservação, estimulado por muitas organizações conservacionistas do Norte e suas associadas nos países do Sul” (op. cit., p. 5). Esse “mito da natureza intocada” reproduz a

Ideia do paraíso perdido, da beleza primitiva da natureza anterior à intervenção humana, da exuberância do mundo natural que leva o homem urbanizado a apreciar o belo, o harmonioso, a paz interior proveniente da admiração da paisagem intocada (DIEGUES, 1998, p. 59).

Em 1980, no movimento ambientalista, surgiu a necessidade de buscar alternativas de atuação e passou-se a incorporar concepções distintas da relação homem-natureza. Nesse contexto, surge o documento “Estratégias mundial para a conservação”, elaborado pela União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais Renováveis (IUCN), pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e pelo *World Wildlife Fund* (WWF). Este documento introduziu o conceito de “conservação”, como também direciona para a apresentação do conceito de “desenvolvimento sustentável”, em 1987, pelo “Relatório *Brundtland*”, intitulado “Nosso futuro comum⁶” (PIRES, 2002), que assim o define: “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem

⁶ CMMAD, 1991.

comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”.

A conservação tem sido frequentemente definida apenas sob seus aspectos técnicos e científicos, sem integrá-las às teorias mais amplas direcionadas aos estudos das relações entre o ser humano e a natureza (DIEGUES, 2000). Tendo isso em vista, mostra-se importante apresentar a origem etimológica do termo "conservação". O termo conservação, originado do termo em latim *conservatio,ónis* significa ação de conservar, preservar, manter. Isto é, o uso apropriado do meio ambiente dentro dos limites adequados e capazes de assegurar e manter sua qualidade e equilíbrio. Observa-se, então, com base na referência mencionada que, conservar pressupõe uso, desde que de modo consciente com vistas à sua manutenção em longo prazo.

Sintetizando, a IUCN/PNUMA/WWF (1980) afirma que:

Conservação é o manejo do uso humano de organismos e ecossistemas, com o fim de garantir a sustentabilidade desse uso. Além do uso sustentável, a conservação inclui proteção, manutenção, reabilitação, restauração e melhoramento de populações (naturais) e ecossistemas.

Entretanto, o modelo ainda hoje recorrente de conservação tem como pressuposto fundante o conceito de preservação, ou seja, a ação propriamente dita de proteger contra destruição e qualquer tipo de dano, degradação de um ecossistema, de uma área geográfica, espécies de animais ou vegetais que estão ameaçados de extinção, enfatizando a necessidade do afastamento das sociedades humanas da natureza que se pretender conservar.

Seguindo este pensamento surge a ciência da biologia da conservação. Esta ciência, que possui caráter multidisciplinar, foi desenvolvida como resposta à crise na qual a diversidade biológica se insere na contemporaneidade (SOULÉ, 1985). Segundo Primack e Rodrigues (2001, p. 5), a biologia da conservação tem como objetivos norteadores "entender os efeitos da atividade humana nas espécies, comunidades e ecossistemas, e, desenvolver abordagens práticas para prevenir a extinção de espécies e, se possível reintegrar as espécies ameaçadas ao seu ecossistema funcional". De acordo com os mesmos autores, esta ciência surgiu a partir da necessidade de complementação da análise biológica dos ambientes naturais com o auxílio de outras disciplinas visando abarcar a complexidade da temática.

Para tanto, a disciplina biologia da conservação fundamenta-se em pressupostos básicos que embasam as abordagens científicas e práticas dos pesquisadores que dela se utilizam, sendo elas: a diversidade de organismos é positiva; a extinção prematura de populações e espécies é negativa; a complexidade ecológica é positiva; a evolução é positiva e a diversidade biológica tem valor em si.

Especialmente este último pressuposto afirma: "As espécies tem seu próprio valor, independentemente de seu valor material para a sociedade humana. Este valor é conferido pela sua história evolucionária e funções ecológicas únicas e também pela sua própria existência" (PRIMACK; RODRIGUES, 2001, p.10). Por relevar o papel do ser humano no contexto conservacionista do meio ambiente, esta ciência tem recebido críticas de pesquisadores do meio ambiente fazendo surgir um novo modelo de conservação denominado etnoconservação.

Os pesquisadores deste último modelo afirmam que a biologia da conservação ignora a importância do uso sustentável dos recursos, concentrando-se no "tamanho e na forma das áreas protegidas, na escolha de grandes reservas, no estabelecimento de corredores ecológicos, assim como no desenvolvimento de técnicas para avaliar o risco de extinção das espécies", representando, portanto, uma visão oposta às interações entre seres humanos e natureza (DIEGUES, 2000, p. 11).

Diegues (2000) menciona os autores Fonseca e Aguiar (1995) que corroboram com o pensamento de que existe limitação na abordagem na ciência da biologia da conservação ao não integrar o homem em seus estudos acerca da natureza:

A linha de pesquisa mais enfatizada em biologia da conservação trata, primordialmente, do desenvolvimento de métodos de manejo, priorização de áreas para preservação de espécies, mas que geralmente excluem as populações humanas como uma variável importante. As técnicas de proteção e manejo, portanto, visam minimizar o problema da erosão da biodiversidade provocada pela fragmentação do habitat natural. Essa abordagem, no entanto, é limitada justamente pela incapacidade de incorporar o homem (FONSECA; AGUIAR, 1995 apud DIEGUES, 2000, p. 12).

Contrapondo-se aos métodos apregoados pela biologia da conservação, a etnoconservação busca gerir visões e interesses humanos, muitas vezes opostos, do que manejar processos naturais, considerando nesse processo as comunidades tradicionais como aliadas ideais, levando-se em consideração que são as principais interessadas na sustentabilidade dos recursos naturais, já que deles sobrevivem (DIEGUES, 2000). Segundo Diegues (idem), mostra-se primordial a valorização do conhecimento e das práticas de manejo dessas populações devendo se constituir como essência para um uma nova prática de conservação.

Em 1992, com a Conferência Rio 92, o "ideário 'preservacionista' (biocêntrico) perdeu a hegemonia, passando a dividir a orientação do movimento ambientalista com a nova concepção 'conservacionista' (antropocêntrica), pela qual se admite a utilização equilibrada dos recursos naturais em benefício do homem". Deste evento resultou o documento mais

relevante para o ambientalismo, a “Agenda 21 – Agenda de ação para atingir o desenvolvimento sustentável” (PIRES, 2002, p. 52).

Vale salientar que aqui foi descrita a trajetória do movimento ambientalista, bem como do desenvolvimento sustentável, em virtude de sua interligação com o surgimento do ecoturismo que demonstra uma cronologia praticamente comum a ambos com a afirmação das bases sobre as quais haveriam de se desenvolver. Além do uso direto da atividade ecoturística para uso e manejo das UCs, viabilizado através do retorno financeiro trazido pela visita destas, como também da adoção do ecoturismo como alternativa sustentável para a proteção dos recursos naturais e geração de benefícios para a população autóctone que nelas atuam (PIRES, 2002).

Contudo, este trabalho tem como fator norteador a crítica ao conceito “desenvolvimento sustentável” por se tratar de um discurso utilizado indiscriminadamente e permeado de ambiguidades, encerrando múltiplas interpretações e controvérsias no cenário mundial. Um termo que se consagrou para além do ambientalismo, estando presente em diversas outras áreas do conhecimento.

A sustentabilidade carrega a incumbência complexa de conciliar e tomar decisões sobre exigências que se contradizem entre si e de avançar na concretização de um desenvolvimento que seja ecologicamente racional. O conceito de desenvolvimento sustentável acolhe as advertências do ecologismo e os argumentos dos economistas a favor do desenvolvimento (UNESCO, 1997). Esta informação evidencia as múltiplas interpretações possíveis, como também de conduta.

Por isso, apesar de sua notoriedade, não se faz possível aceitar as estratégias que impulsionam os círculos dominantes como sujeitos principais da sustentabilidade, como também aceitar o otimismo tecnológico como alternativa prioritária para solucionar a crise ambiental. É mais fácil crer que, assim como na filosofia da natureza, a própria natureza se reafirme a partir de um desenvolvimento teórico-crítico que transcenda a dimensão da experiência e da simples quantificação dos fenômenos naturais das ciências ambientais (GONÇALVES, 2006). Como afirma Poles e Rabinovici (2010, p. 20):

O discurso de DS é globalizador, tem enfoque economicista neoliberal, soluções tecnológicas, racionais e cientificistas e enfatizam a sustentabilidade como produto das soluções locais, regionais, autônomas, políticas, das dinâmicas particularizadas e, se possível, transformadoras, revolucionárias e emancipadoras.

O modelo do desenvolvimento sustentável, portanto, não se sustenta dentro do

discurso ainda capitalista que o sustenta (LOUREIRO; ALBUQUERQUE; BARRETO, 2004). Incorrendo no que Santos (1994, p. 7), citando Marcuse (1966, p. 85)⁷, define como clichê, assim, “a palavra torna-se clichê e, com clichê, governa o discurso ou o texto; a comunicação, desse modo, afasta o desenvolvimento genuíno da significação”.

Quanto ao ecoturismo, é fato que na sociedade atual, o crescimento das populações, o aumento do consumo ligado às inovações tecnológicas na vida urbana contemporânea tem tornado o contato com o ambiente natural cada vez mais indireto e limitado a ocasiões especiais, e o envolvimento do homem com a natureza tem se mostrado mais relacionado ao lazer do que à rotina cotidiana. Sob este aspecto a experiência do mundo natural através do deslumbramento reverente possibilita uma identificação com atividades de lazer que vendem a “autenticidade” destes ambientes e mistificam o consumismo industrializado, propiciando a sua mercantilização (BRUHNS, 2009).

É nesse sentido que o ecoturismo, enquanto segmento do turismo iniciado com o cunho de “turismo alternativo”, segundo A. Jones (1992 apud PIRES, 2002), tem sido criticado por ser não mais do que um precursor do turismo de massas e, portanto, ensejando direcionamento quanto ao crescimento descontrolado. A partir destas exposições nota-se que, interessados em uma alta demanda, os gestores das ANPs têm relevado a importância e interesses dos autóctones e da própria natureza em função da corrida desenfreada pelo lucro. Assim, transformando o que dantes era intocado em mais um objeto da sociedade do consumo e passível de degradação pela alta pressão antrópica.

Nesse sentido, torna-se premente que a natureza seja considerada não mais como um objeto a explorar, mas inclusa em um processo de parceria, i.e., um território de experiência que permita a “religação social”, não relacionada “com um futuro a fazer, mas também com um presente a viver de uma maneira empática com todos” (MAFFESOLI, 1996). E para isto, analisar como Santos (1994, p. 44) indica:

Não pensar o lugar sem o mundo. O mundo é a natureza e é a história que dá significado à sociedade humana. A natureza é um dado permanente, que se modifica à medida que avançamos no seu conhecimento. A história é o hoje de cada atualidade, que nos fornece os conceitos, da mesma forma que a natureza, natural ou artificial, nos dá as categorias.

Desta forma, faz-se necessário pensar o ecoturismo sob a égide da sociedade do consumo e a elevada massificação dos objetos e ações, dos fixos e fluxos, como uma atividade dita alternativa e consonante com as horizontalidades existentes nos lugares.

⁷ *One-dimensional Man*. N. York, 1966.

2.3 ECOTURISMO: uma aproximação teórico-conceitual

O turismo é visto como relevante fator da valorização, como também da degradação ambiental, conforme A. B. Rodrigues (2001) que ainda afirma: “Para os mais otimistas o turismo é visto como defesa do meio físico e dos recursos históricos e culturais” (A. B. RODRIGUES, 2001, p. 94-95). Todavia, a partir da percepção do nível dos desgastes ambientais, surgiu a necessidade de um projeto que contemplasse a dimensão também ambiental objetivando conceber novos e mais eficazes métodos de gerir os recursos do ambiente (RAMPAZZO, 2002).

Desse modo, necessita-se ter clareza que os conceitos e métodos usados pela atividade turística devem levar em conta as restrições que a dimensão ambiental impõe à sociedade, pois, embora bem vista pela iniciativa pública e privada, a atividade tem desencadeado uma série de impactos em virtude de sua massificação promovida pela sociedade do consumo (RAMPAZZO, 2002; FACO; NEIMAN, 2010).

Com este intuito, surge o ecoturismo. Segundo Ferretti (2002), a prática do ecoturismo existe há mais tempo do que se imagina. Apesar de ter ressurgido em virtude do advento das preocupações ambientalistas, sua origem remonta à criação das primeiras ANPs do século XX. Todavia, em função do crescimento do turismo massificado no mesmo período, por algum tempo o interesse por estas áreas foi relevado.

Contudo, com a crescente massificação da atividade turística ocorrida no final do século XX, os riscos de um fluxo elevado de visitantes às áreas naturais tornaram-se grande preocupação. Segundo Pires (2002), vivia-se o que foi definido como “paradigma dominante”, no qual os valores materiais viabilizados pelo “progresso” e a “prosperidade” se sobressaíam às preocupações ambientais. Todavia, o autor também informa que “ao ‘paradigma social dominante’ que predominava nos anos 1950 e 1960, sobrepõe-se o ‘novo paradigma ambiental’” (p. 43), reagindo às frustrações advindas do “paradigma social dominante”.

É nesse contexto que se inserem as origens históricas do ecoturismo e estão diretamente ligadas no caldo cultural que agitava o mundo com questões ecológicas, pacifistas, feministas, dos negros no movimento *Black Power*, o movimento *Hippie*, o *Flower Power*, entre outros. Movimentos de minorias que de modo geral podem ser considerados ambientalistas, com princípios questionadores da sociedade capitalista da qual uma das características mais relevantes é o consumismo.

A origem do ecoturismo, portanto, tem suas raízes numa filosofia de vida baseada na herança filosófica adotada por movimentos ambientalistas. A palavra turismo recebeu o prefixo eco- que etimologicamente vem do grego *oikos*, que significa lar ou habitat. “O meio ambiente que nós, os humanos, habitamos é, em sua máxima essência, o nosso lar, a nossa morada, o nosso sustento” (WEARING; NEIL, 2001, p. xvii).

Assim, os conservacionistas, buscando unir o turismo à conservação da natureza geraram a seguinte conceituação: “Ecoturismo é a viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem-estar da população local” (LINDBERG; HAWKINS, 2002). Nota-se, portanto, a interligação com as diretrizes do desenvolvimento sustentável constantes no Relatório *Brundtland* e definidas em 1987 (CMMAD, 1991).

Sendo assim, a partir do novo olhar da sociedade para a conservação de áreas naturais para as futuras gerações, a natureza intocada torna-se pretexto para a descoberta, para a educação e o espírito de aventura, e passa a ser um “argumento comercial valioso” recebendo inicialmente o nome de “turismo alternativo”. E, o ecoturismo valendo-se da existência de áreas naturais protegidas para sua atuação, passa a ser então interpretado, como uma alternativa para a minimização dos impactos negativos decorrentes do turismo e para o uso do ambiente natural de forma sustentável (LIMA, 2003; PIRES, 2002).

Conforme (PIRES, 2002), deu-se então incremento na demanda que buscava o turismo de contato com a natureza, possibilitando o surgimento de operadoras de turismo que divulgava o “eco” como um diferencial de mercado para promover o turismo. Nesse contexto, sobretudo na década de 1990, acentua-se a demanda pelo ecoturismo, alcançando países da América Latina (inclusive o Brasil), África e Ásia, além dos países precursores desta prática, como o Peru, Costa Rica, Senegal e Suriname (PIRES, 2002).

Ainda nesta fase histórica, torna-se perceptível as possibilidades, aos governantes de diversos países, de incremento econômico ocasionado por intermédio do ecoturismo, além do discurso de conservação da biodiversidade. Outros benefícios decorrentes do ecoturismo, como a arrecadação de recursos financeiros para a manutenção de áreas protegidas e ambientes propícios à educação ambiental, trazem as Organizações Não Governamentais (ONGs) para o debate acerca do ecoturismo (PIRES, 2002).

O primeiro pesquisador a usar a palavra ecoturismo foi Hector Ceballos-Lascuráin no ano de 1983 (PIRES, 2002). Em seu surgimento, o ecoturismo representava uma alternativa ao turismo convencional de massas até então explorado. O ecoturismo é, segundo as “Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo”,

Um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (BRASIL, 1994, p. 19).

Todavia, segundo Pires (2002, p. 126) há “controvérsias sobre a correta utilização da terminologia e a interpretação de seu significado”. E ainda afirma que “muitas vezes, é nele que os conflitos e problemas gerados na dinâmica dos acontecimentos e na profusão de realidades que os envolve vão desembocar”.

Como consequência de uma grande diversidade de entendimentos conceituais sobre seu significado, diversos termos são utilizados em referência ao ecoturismo, como “turismo de natureza”, “turismo responsável”, “turismo verde”, “turismo ecológico”, “turismo ambiental”, “turismo sustentável”, os quais apresentam características similares e até mesmo idênticas. Além de também se subdividir em ramificações de acordo com as motivações que levam os turistas alternativos a se deslocarem, como “turismo cultural”, “turismo educacional”, “turismo científico”, “turismo de aventura” e “turismo rural” (FACO; NEIMAN, 2010). Por isso, a opção do ecoturismo pela prática em ANPs, torna-o “considerado por alguns autores um tipo especial de turismo na natureza” (PIRES, 2002, p. 126).

Todavia, apesar do ecoturismo se constituir como um termo polissêmico, três características se mostram fundantes para a prática: garantia de conservação ambiental; educação ambiental e benefícios às comunidades receptoras (FACO; NEIMAN, 2010). Como também afirma A. B. Rodrigues (2001, pp. 98-99)

O grau de participação física, social e intelectual é um dos elementos básicos para diferenciar o ecoturismo do turismo convencional. A participação numa experiência ecoturística implica criatividade e protagonismo. Há uma tendência para combinar as atividades físicas, como caminhadas, *trekking*, ciclismo, canoagem e outras, com o desenvolvimento da consciência ambiental, conduzindo à convivência com a população autóctone para, mediante participação no seu cotidiano, aprofundar-se no convívio com sua cultura. Dessa forma se propõe um novo tipo de consumo do espaço – o consumo produtivo – por meio da interação, do respeito, da aprendizagem, da conservação.

Tem-se, então, como premissa do ecoturismo a conservação, desde suas origens até o campo de atuação, portanto, vale salientar sua intrínseca relação com a crescente criação das Unidades de Conservação.

De acordo com a IUCN, a criação de UCs é a medida que melhor exemplifica, na atualidade, a tentativa de preservar os recursos naturais e a vida dos diversos ecossistemas. A

criação destas áreas protegidas tem como proposta a proteção dos espaços territoriais, as águas jurisdicionais e os recursos naturais com características relevantes, visando sua conservação (BRASIL, 2000).

Em meados do século XX, mais especificamente entre os anos de 1999 e 2002, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) definiu as áreas prioritárias para a conservação dos biomas brasileiros. As Unidades de Conservação foram inicialmente discutidas no Código Florestal (Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965) onde foi exibida a figura dos Parques, Reservas Biológicas e Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais. Logo em seguida, com o advento da Lei 6.902, de 27 de abril de 1981, surgiram as Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental. Contudo, nenhuma destas legislações chegou a preencher a lacuna existente na definição de espaços territoriais especialmente protegidos previstos na Constituição Federal, muito menos a sua forma de criação e gestão, permanecendo uma indefinição sobre o manejo destes espaços. Esta indefinição de UCs somente foi dissipada em 18 de julho de 2000, com promulgação da Lei Federal 9.985, que regulamentou o art. 225, §1º, I, II, III e IV da Constituição Federal. Tal instrumento instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação e trazendo em seu art. 2º, I, a definição de Unidades de Conservação como sendo:

O espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

O SNUC foi instituído em julho de 2000 pela Lei n. 9.985. Desde então tem sido implementado e acompanhado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e coordenado pelo MMA. E a partir de 2008 o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é responsável pela concretização do SNUC, pelo subsídio de propostas de criação e pela gestão das UCs.

De acordo com Neiman e Patricio (2010), a criação de uma UC é efetuada por meio de ato público, devendo para isso ser precedida de estudos técnicos que possibilitem a identificação de sua localização, limites e dimensões. Além disso, as UCs devem dispor de

um plano de manejo⁸ que deve ser elaborado em um prazo de até cinco anos após a criação desta.

As UCs que compõem o SNUC se dividem em dois grupos com características específicas que se subdividem em doze categorias (Quadro 5), que levam em consideração a ampla diversidade dos ecossistemas existentes no Brasil: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável (COSTA, 2002).

Proteção Integral	Uso Sustentável
Estação Ecológica (ESEC)	Área de Proteção Ambiental (APA)
Reserva Biológica (REBIO)	Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)
Parque Nacional (PARNA)	Floresta Nacional (FLONA)
Monumento Natural	Reserva Extrativista (RESEX)
Refúgio da Vida Silvestre	Reserva de Fauna
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)
	Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN)

Quadro 5 – Grupos de proteção e categorias de manejo das UCs.

Fonte: Brasil (2000); Costa (2002).

Assim, a beleza cênica natural em conjunto com os elementos culturais existentes nas UCs, atualmente, representa polos de atração e consumo para os visitantes de todo o mundo, inclusive os habitantes da região receptora (LIMA, 2003) e a partir das normatizações, tornou-se possível o incremento da visitação turística em parques e reservas ao redor do mundo, como anteriormente não ocorria, em busca de experiências que valorizam o meio ambiente (BOO, 1995). Por conseguinte, esta tendência possibilita o retorno ao paradigma que dita o movimento e o estilo de vida das pessoas na moderna sociedade do consumo, e que, oportunamente ocupam e desocupam regiões de acordo com interesses individuais em detrimento dos interesses da coletividade (SONAGLIO, 2006).

A explosão do consumo propiciou a “desordem global da biosfera” Sua imposição à sociedade trouxe uma pressão desproporcional ao ecossistema do planeta (VIOLA; LEIS, 1991). Pensando nisso, o ecoturismo foi originariamente concebido como uma forma de turismo de baixo impacto sobre os locais e comunidades nas quais se desenvolve como alternativa ao turismo convencional de massas, preconizado pela sociedade moderna

⁸ Documento que contém informações técnicas e demais disposições sobre a unidade, como por ex. zoneamento, área de amortecimento (entorno de uma unidade) e corredores ecológicos (porções de ecossistemas que ligam as unidades) (NEIMAN; PATRICIO, 2010).

globalizada. Ele está de acordo com as características do turismo alternativo, ou seja, tem como premissa a minimização do impacto ambiental e sociocultural negativo dos turistas, na “perspectiva de formar um sujeito ecológico [...] Um sujeito da ‘ruptura’ com a sociedade do consumo” (ÂNGELO FURLAN, 2003, p. 49).

Todavia, o ecoturismo se transformou em mais um dos revides do setor produtivo às pressões sociais pela conservação ambiental, inserindo em seu bojo conservacionista a ideologia que embasa o turismo de massa, pois em muitas ocasiões os gestores da atividade ao fazer referência aos benefícios decorrentes da prática ecoturística, deixa transparecer que a “proposta sob o rótulo de ecoturismo não foge muito das práticas do turismo tradicional predatório” (A. B. RODRIGUES, 1996, p. 29).

Concomitantemente, a natureza tornou-se mercadoria que vem sendo comercializada como capaz de restituir ao homem a tranquilidade mínima existente devido à rotina nas cidades. Em especial, as ANPs figuram-se como recurso turístico mais explorado pelo capitalismo a partir da segunda metade do século XX. A fuga do cotidiano, os prazeres oferecidos por outros espaços, preferencialmente “naturais”, são apelos publicitários que tem alcançado todas as classes sociais (A. B. RODRIGUES, 2001).

Em síntese: O espaço do/ou para o “turismo” constitui uma mercadoria complexa, pois ele mesmo é uma mercadoria. Trata-se da natureza, ou da produção social, incorporada em outra mercadoria, mas como parte do mesmo consumo/produção/do espaço (A. M. RODRIGUES, 1996, p. 56).

Para A. B. Rodrigues (2001, pp. 63-64), o ecoturismo não foge aos padrões de consumo urbano, pois por possuir “fortes conteúdos de ciência e informação”, surgem novos valores, novas expectativas, novos estilos de vida, homogeneizados pela ação da cultura de massa. Assim, “a mercantilização da paisagem e de imagens da natureza subjuga seu caráter anárquico e selvagem, padronizando e institucionalizando sua vivência e comportamentos perante ela” (SANDEVILLE JR., 2002, p. 141).

O ponto central dessas ações de interferências está no espaço geográfico, que por sua vez, figura-se como resultado da interação contínua e indissociável entre sistemas de objetos⁹ e sistemas de ações. Assim, a dinâmica e a transformação do espaço acontece por meio da interação entre estes sistemas, no tempo, determinado pelos sistemas de objetos e à maneira como se sucedem essas ações. Por outro lado, o sistema de ações leva à criação de novos objetos ou modificam objetos já estabelecidos. Vale salientar que a ação é própria do homem,

⁹ Os objetos são tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana (SANTOS, 2006).

pois apenas ele possui metas. Já a natureza não possui ação, não pode racionalizar para uma determinada finalidade. Em geral, os objetos isolados das ações não fornecem o conhecimento do quadro único no qual a história se dá (SANTOS, 2006).

Segundo o mesmo autor, “todas as coisas presentes no Universo formam uma unidade” (2006, p. 115). Com esta afirmação, Santos (*idem*) descreve o conceito de totalidade, que em sua visão, além de ser a união de todos os elementos do Universo, são também as relações e movimentos estabelecidos entre as coisas e os homens, entre os sistemas de objetos e sistemas de ações já dantes mencionados.

Desta feita, a dificuldade reside, sobretudo, nas relações e movimentos estabelecidos pela cultura desenvolvimentista, na “corrida” pelo lucro a qualquer custo permitindo ao ecoturismo reprimir sua ideologia conservacionista em senso estrito objetivando a busca de meios para se inserir como atividade de mercado, pois a intenção preservacionista das áreas protegidas conflita com o excessivo número de turistas que passa a visitá-las acarretando a inversão dos objetivos para os quais a área foi legalmente instituída (ÂNGELO FURLAN, 2003; SONAGLIO, 2006).

Bruhns (2009) descreve duas reportagens publicadas em revistas de circulação nacional, nas quais é evidente a evocação aos benefícios econômicos decorrentes do uso da natureza inseridas em áreas protegidas pelo/para o ecoturismo. Nelas os atores envolvidos reconhecem que a “crua racionalidade econômica” apresenta a explicação mais cabível à opção por esta atividade.

Assim, apesar de permanentemente evocarem-se os objetivos do ecoturismo, como educação ambiental e envolvimento da comunidade autóctone, já é fato o uso mercantilizado das ANPs no Brasil através de parcerias público-privadas, passando-as, segundo as palavras de Seabra e Neu (2003, p. 135), “sorratamente ao controle do setor privado”. São exemplos deste novo tipo de prática a concessão de parques nacionais pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)¹⁰ e a adaptação do manejo de parque para uso durante a Copa 2014 e Olimpíadas 2016¹¹.

Contudo, se a evolução do conceito de ecoturismo tem cada vez mais se apartado de seus principais pressupostos, em contrapartida, a busca cada vez maior do contato com a natureza também tem desempenhado um papel importante na definição de novas UCs em suas

¹⁰Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/noticias/instituto-anuncia-licitacao-de-servicos-publicos-em-11-parques-nacionais/?searchterm=licita%C3%A7%C3%A3o%20concess%C3%A3o%20parques%20nacionais>. Acesso em 12 jan 2011.

¹¹Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/editais-de-terceirizacao-de-servicos-em-abrolhos-e-noronha-saem-ate-o-fim-do-ano-diz-coordenador/?searchterm=licita%C3%A7%C3%A3o%2023%20parques%20nacionais>. Acesso em 12 jan 2011.

várias modalidades. Seguindo esta tendência, se o “frenesi consumista” por paisagens naturais existente na atualidade não representa uma novidade em si, esta busca pela natureza pode representar sinais de modificação nos rumos da deterioração acelerada do planeta (SERRANO, 2001).

Tal fato torna lícito supor que:

El turismo puede ser, en muchas situaciones, la solución para la protección de los espacios locales, porque (...) la permanencia de esos lugares constituye un recurso invaluable para la actividad (GALLERO, 1996, p. 37).

Neste sentido, a pesquisa científica relacionada ao turismo, na atualidade, procura reverter o círculo vicioso do consumo pelo consumo da sociedade moderna, buscando romper com a dicotomia sujeito-objeto, sendo este enfoque, fundante para os estudos do ecoturismo, pois determina a abdicação da perspectiva antropocêntrica e biocêntrica em prol de um enfoque de unicidade, no qual o homem é visto como uma das espécies da natureza, perfazendo nesse sentido, um resgate do elo ancestral por vezes considerado obsoleto pelo ser humano, mas presente em sua essência. Preservar a natureza, portanto, significaria preservar o ser humano (A. B. RODRIGUES, 1996; SONAGLIO, 2006).

Sendo assim, para completa compreensão da totalidade tem-se que entender que esta não é uma simples soma das partes que a compõe, pois, segundo Santos (2006, p. 115) “as partes que formam a totalidade não bastam para explicá-la”. Neste sentido, analisar a natureza isoladamente da comunidade humana e vice-versa não basta para apreensão absoluta da totalidade do Universo. Ao contrário, é a Totalidade que explica as partes, conseqüentemente, as partes podem explicar o todo, desde que analisadas nessa perspectiva, relacionadas ao todo.

Para Sartre (1968) apud Santos (2006), a totalidade está sempre em ação, num contínuo processo de totalização. Dessa forma, toda totalidade é incompleta, pois está sempre à procura de totalizar-se. Portanto, esta visão da práxis dialética de construção de novas totalidades figura-se como um componente crucial na análise das relações entre o ser humano e a natureza na atividade turística, pois “a revelação e transformação da vida de uma pessoa é a busca por possibilidades” (HALL, 2001, p. 141). Assim, o turismo torna-se instrumento de procura por estas novas possibilidades, do reencontro do homem consigo mesmo proporcionado pela interação com o ambiente natural.

Diante destes conhecimentos, as sociedades humanas não devem ser tratadas como elementos estranhos à natureza e, portanto, ao ambiente onde vivem. Ao contrário, precisam ser vistas como parte fundamental desta dinâmica. Entretanto as progressivas alterações nos

diferentes componentes naturais induzem, com frequência, a graves processos degenerativos ao ambiente e, conseqüentemente, à própria sociedade. Por isso faz-se urgente inserções humanas compatíveis com a potencialidade dos recursos e, também, com a fragilidade desses ambientes naturais.

Em todos os aspectos da prática do ecoturismo existem interesses conflitantes que podem estar relacionados aos próprios modelos de produção e consumo. Face ao exposto, torna-se evidente que este é o dilema central que deve ser percebido e abordado com premência. Neste sentido, o desafio está em conseguir fazer uma abordagem global do ecoturismo sem, porém, se afastar dos aspectos regionais e suas peculiaridades locais.

3 ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL JENIPABU E RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ESTADUAL PONTA DO TUBARÃO: um processo histórico conservacionista?

Nesta seção se propõe analisar o processo histórico de formação das UCs de uso sustentável do RN, APAJ e RDSEPT, à luz do par contraditório conservação-consumo, fundamentado, principalmente, no diagnóstico socioeconômico (NOBRE, 2005), no Plano de Manejo – consolidado ou em discussão (IDEMA, 2007; PLANO DE MANEJO DA APAJ, 2009) e nos dados levantados durante a pesquisa de campo, através das entrevistas com os atores atuantes no processo histórico de ambas UCs.

Para tanto, vale conceituar, com base no SNUC (2000), as categorias APA e RDS para melhor compreensão da formação histórica das UCs. Como já explicitado na seção anterior, as UCs foram divididas em Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável, cada grupo contendo diversas categorias. A Área de Proteção Ambiental (APA) é uma categoria que encontra-se inserida no Grupo de Unidades de Uso Sustentável, e tem como objetivo básico “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (art. 7º, II, § 2º do SNUC).

A APA está definida no art. 15 do SNUC, como:

uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Nesse sentido, as APAs definem espaços onde a alteração de ecossistemas, por ação antrópica, limita-se a um patamar compatível com a sobrevivência permanente de comunidades vegetais e animais. Além disso, também podem prestar-se à experimentação de novas técnicas e atitudes, que permitam conciliar o uso da terra com a manutenção dos processos ecológicos essenciais. Assim, são admitidas atividades turísticas, recreativas, agrícolas e industriais, usos residenciais e comerciais, bem como outras formas de ocupação e uso da área, desde que harmonizadas com os objetivos específicos de APAs, que são:

contribuir para a preservação da diversidade biológica e dos ecossistemas naturais; propiciar o manejo adequado dos recursos da fauna e flora; incentivar a pesquisa científica e estudos compatíveis com as características da área; propiciar educação ambiental; e garantir o monitoramento ambiental.

Já a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) é uma categoria de UC, também pertencente ao grupo das UCs de Uso Sustentável, cujo objetivo fundamental é tornar compatível a conservação da natureza e o manejo humano no uso da natureza, entre outras ações referentes ao relacionamento do homem com o meio ambiente.

De acordo com o SNUC (2000), a RDS foi criada visando o uso sustentável e a exploração do ambiente de maneira que garanta a perenidade dos recursos naturais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos.

Assim, a RDS

é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica (SNUC, 2000, p. 31).

Assim, uma UC deste tipo tem como objetivo a conservação da natureza e com isto garantir formalmente a manutenção dos recursos necessários para o uso pela população autóctone.

Após a apresentação dos conceitos ligados à análise desta seção, deve-se atentar para a premissa de Santos (1994, pp. 57-58) que afirma: “não basta examinar os grandes objetos [...]. É fundamental e indispensável inseri-los no movimento atual do mundo. [...] Ou enfrentamos o todo em que se incluem, ou os objetos nos escapam em seu entendimento”. Siga-se então à história das UCs (APAJ e RDSEPT).

3.1 ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL JENIPABU (APAJ)

A APA Jenipabu foi criada em 17 de maio de 1995, pelo do Decreto nº. 12.620 e abrange porções territoriais dos municípios de Extremoz (96,9%) e Natal (3,1%), incluindo as praias de Redinha Nova, Santa Rita e Jenipabu (Ver mapa 2). A área da APAJ abrange cerca de 1.739 hectares, e perímetro de 19,6 Km, entre as coordenadas 05° 40' 40''S e 05° 44' 20''S (latitudes) e 35° 12' 10''W e 35° 14' 01''W (longitudes) (PLANO DE MANEJO APAJ, 2009).

Segundo o Plano de Manejo da APAJ (2009),

Na APA Jenipabu tem-se o desafio de compatibilizar a proteção e conservação das dunas, lagoas, praias, mangues e tabuleiros, com a visitação, o uso e a ocupação do solo, proporcionando o desenvolvimento sustentável em seu território, o que, em termos regionais, representa a gestão adequada de parte do litoral potiguar.

O acesso à APAJ, partindo de Natal, pode ser realizado pela ponte Newton Navarro, saindo da Praia do Forte, atravessando o Rio Potengi e seguindo pela RN 303 ou pela RN 304. Outro trajeto pode ser realizado pela Ponte de Igapó, na Zona Norte, seguindo pela estrada da Redinha, em um percurso de 15 quilômetros.

A APAJ faz parte do bioma costeiro, formado por um mosaico de ecossistemas encontrados ao longo do litoral brasileiro. Manguezais, dunas, restingas, praias, lagoas, matas e outros ambientes importantes exemplificam a diversidade de ecossistemas encontrada (ver mapa 3).

Conforme o Plano de Manejo APAJ (2009), este mosaico se divide em unidades geoambientais individualizadas que estão englobadas em três compartimentos macro do ambiente, os quais se dividem em Frente Marinha, abrangendo as feições costeiras. Na APA Jenipabu destacam-se as unidades geoambientais representadas pelas feições modeladas pelo vento como a planície de deflação, os campos de dunas móveis e dunas fixas e a zona de praia (ver fotografias 1, 2, 3 e 4); as Terras Altas, que são porções localizadas no interior do continente e constituem superfícies de erosão. Na APAJ compreendem o tabuleiro costeiro (ver fotografia 5) e os corredores fluviais, que são as feições esculpidas pelo próprio canal do rio. Na APA Jenipabu, estão incluídas as planícies fluviais e flúvio-marinhas (ver fotografias 6 e 7).



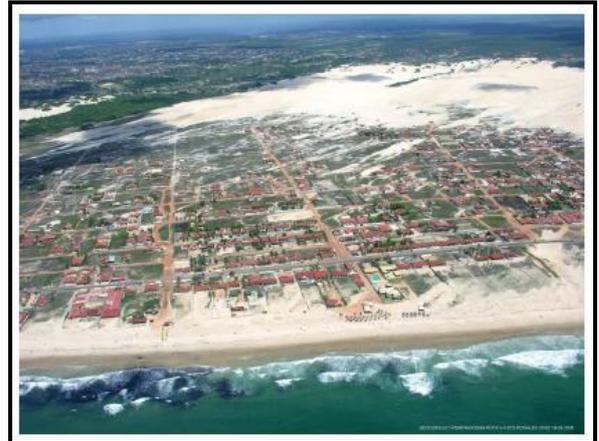
Fotografia 1 - planície de deflação em Redinha Nova, seguida de um campo de dunas.
Fonte: DINIZ (2006).



Fotografia 2 - Campo de dunas móveis de Jenipabu.
Fonte: Plano de Manejo APAJ (2009).



Fotografia 3 – Dunas fixas no entorno da Lagoa de Jenipabu.
Fonte: DINIZ (2006).



Fotografia 4 – estreita faixa de praia na APA de Jenipabu, à frente da planície de deflação.
Fonte: DINIZ (2006).



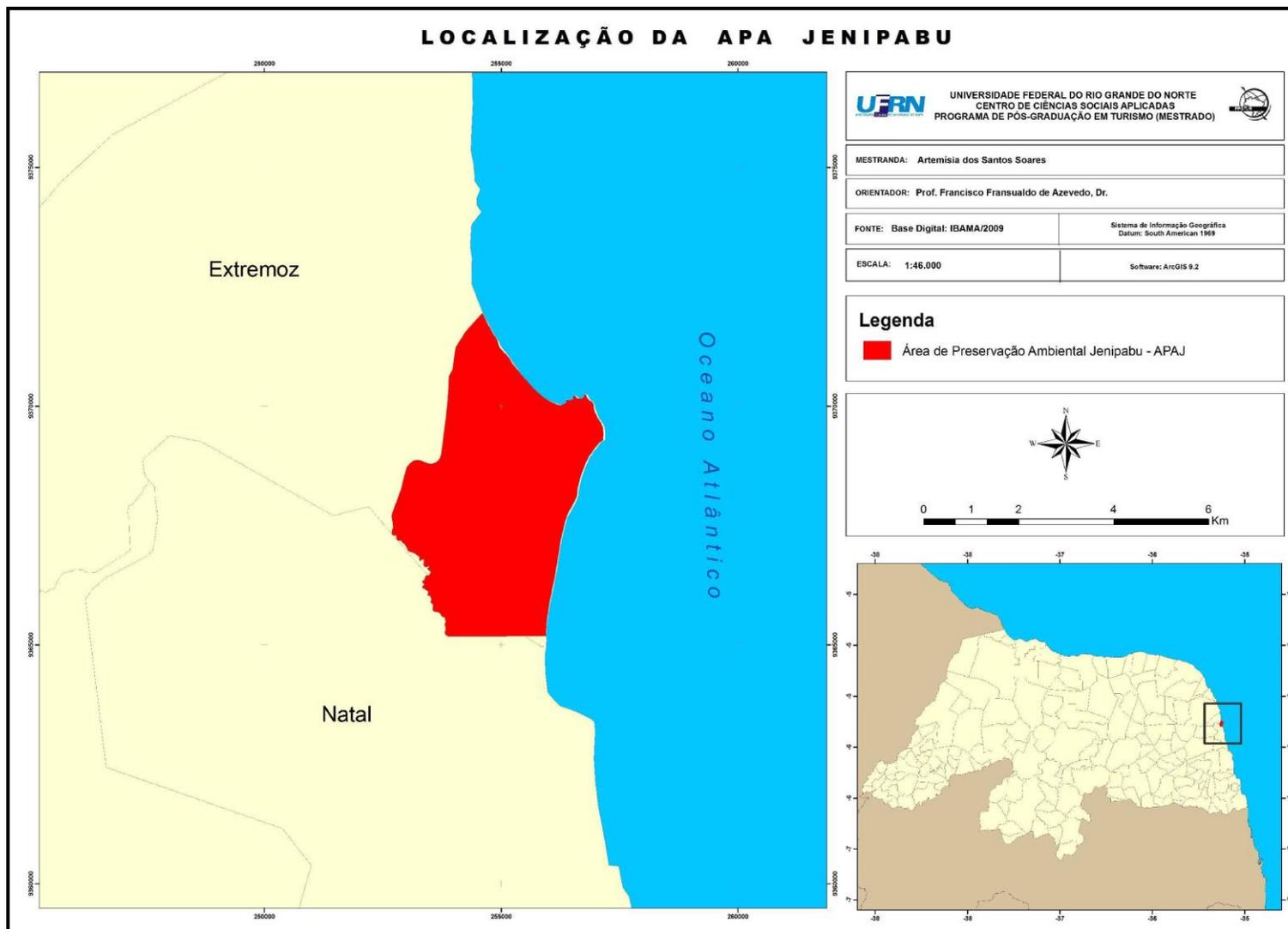
Fotografia 5 – Superfície plana do tabuleiro costeiro exposto os sedimentos avermelhados do Grupo Barreiras.
Fonte: DINIZ (2006).



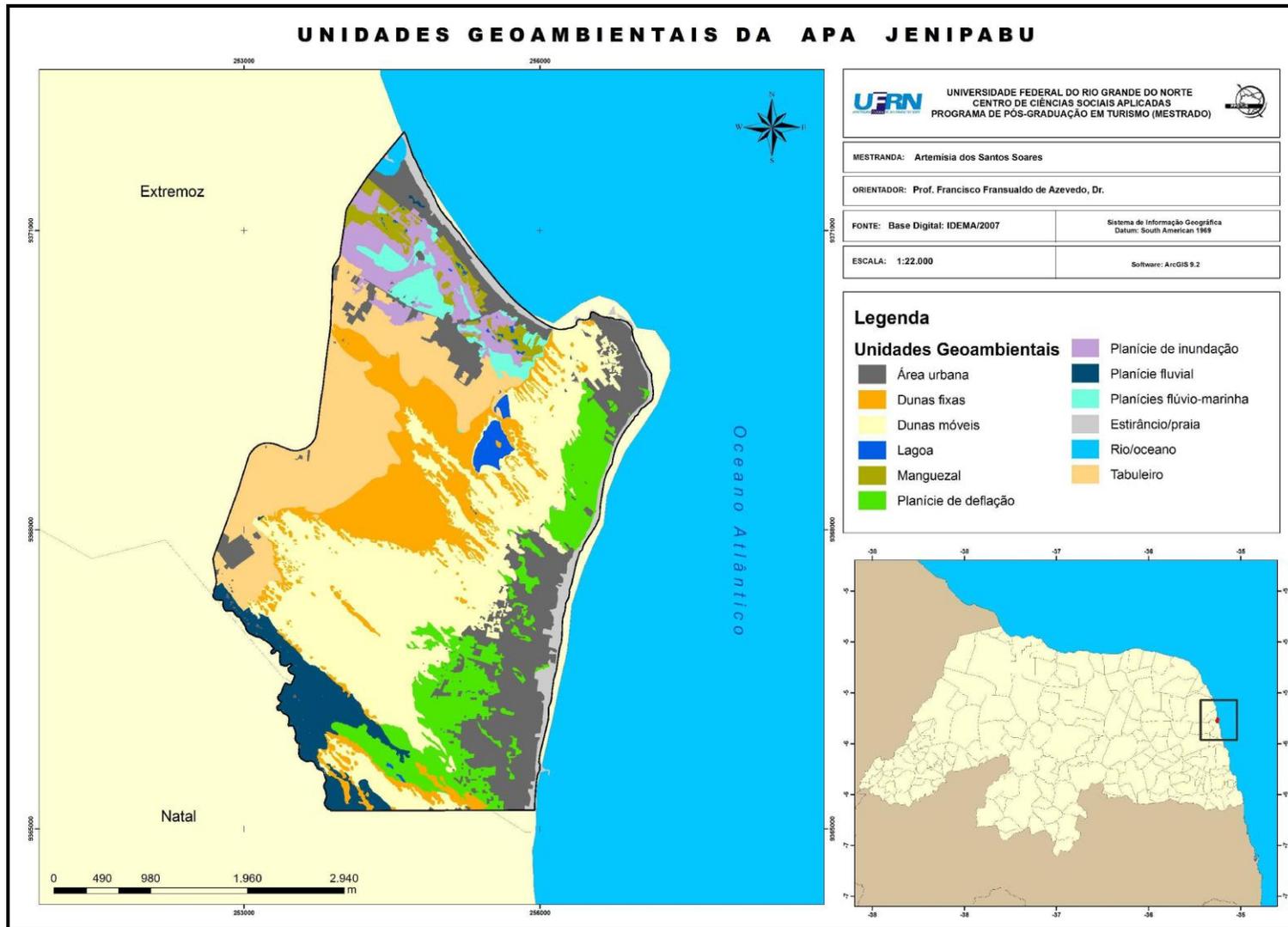
Fotografia 6 – planície fluvial do Rio Doce, vale encaixado entre o tabuleiro costeiro.
Fonte: DINIZ (2006).



Fotografia 7 - Planície flúvio-marinha associada ao Rio Ceará-Mirim na Praia de Jenipabu e o desenvolvimento da vegetação de manguezal.
Fonte: DINIZ (2006).



Mapa 2 – Localização da APA Jenipabu.
Fonte: IDEMA (2007).



Mapa 3 – Unidades Geoambientais da APAJ.
 Fonte: IDEMA (2007).

Na APA Jenipabu se encontra significativa concentração de atividades diretamente ligadas ao turismo. A paisagem dotada de uma beleza cênica propicia a prática do lazer, recreação e interpretação ambiental. Conforme um dos ambientalistas participante das primeiras ações para a criação da APAJ, esta paisagem trouxe à região, investidores e, com eles, construção de prédios de altos gabaritos como informa um dos entrevistados:

Primeiro com a construção daquele edifício, “né”? Foi o único edifício construído, foi construído no governo Geraldo Melo, isso foi em 1986 (mil novecentos e oitenta e seis), 87 (oitenta e sete), não lembro bem a data. E a gente fez um movimento contra a construção do edifício, que no final houve um produto interessante que foi um decreto governamental do governador, estabelecendo um gabarito pra ocupação litorânea, era mais ou menos em torno de 200 m (duzentos metros) a partir da linha de costa, você só poderia ter 2 (dois) andares, aí ela depois liberava. Então isso aí foi uma vitória muito grande, sabe? (TG11).

Entretanto, o passeio de *buggy* nas dunas é a prática mais divulgada. Iniciada na década de 80 tratava-se apenas de diversão para aqueles que possuíam o *buggy*. Conforme a ela foi sendo divulgada, passou a atrair o interesse dos turistas e logo se transformou em atrativo local, gerando intensa demanda. A divulgação desses passeios, por sua vez, aumentou a demanda turística e o desenvolvimento do turismo, o que exigiu uma maior organização dos bugueiros. No final da década de 80 a atividade passou a ser um dos grandes atrativos turísticos do estado, impulsionando a região e exigindo a organização de trilhas e procedimentos. Sobre a fase inicial da exploração comercial dos passeios, um dos entrevistados deu o seguinte depoimento:

Na mesma época já havia uma discussão sobre a questão do uso daquelas dunas, “tá”? Que era a questão dos bugueiros em cima das dunas e o impacto que eles tinham. Isso em 86 (oitenta e seis), 87 (oitenta e sete). E na realidade não tinha nenhum estudo desse impacto. E foram feitas várias reuniões aí envolvendo o governo do estado, as prefeituras municipais, os proprietários, no caso de entidade ambientalista só tinha a ASPOAN¹². [...] Os bugueiros naquela época eram extremamente ignorantes da questão ambiental, eu acho que hoje até já melhoraram muito, mas eram extremamente ignorantes, certo? Da questão ambiental. Eles não admitiam, por exemplo, a existência do Código Florestal e de uma lei que pudesse proibir o uso de Áreas de Preservação Permanente. E já havia uma ideia de criar um parque, um Parque Ecológico em Jenipabu, entendeu? Talvez seja a ideia matriz da questão da APA, não é? (TG11).

O passeio de *buggys* sobre as dunas de Jenipabu (ver fotografia 8) passou a gerar um fluxo de capital na área, pois, além do gasto com o próprio passeio, seu tempo de duração, que muitas vezes era de um dia inteiro, exigia dos visitantes também gastos com alimentação. O

¹² ONG ASSOCIAÇÃO POTIGUAR AMIGOS DA NATUREZA.

fluxo de visitantes na área fez surgir uma quantidade de empreendimentos, que em sua maioria são de propriedade de moradores locais que exploram a culinária de frutos do mar. Os bares e, principalmente as barracas de beira de praia aproveitam a presença dos turistas e oferecem serviços de bebidas e alimentação. Por se tratar de uma área procurada com a finalidade específica dos passeios de *buggy*, e pela proximidade com Natal, a hospedagem nunca chegou a se tornar uma necessidade local, o que justifica a pouca quantidade de hotéis e pousadas instalados na região.



Fotografia 8: buggys na APA Jenipabu.
Fonte: Dados da pesquisa (2010).

As paradas em pontos estratégicos para contemplação abriram espaço para algumas atividades complementares, como presença de vendedores ambulantes com produtos variados (*souvenir*) e bebidas. Os proprietários dos terrenos nos quais aconteciam os passeios, por exemplo, passaram a cobrar uma taxa de uso sobre as áreas utilizadas.

Este processo de valorização e inserção de infraestrutura é lembrado por um dos entrevistados:

[...] 75 (setenta e cinco), 79 (setenta e nove), que também foi a criação do Bar do Pedro, que é o nosso bar de referência. O bar do Pedro foi o primeiro bar de Genipabu. [...] Pedro foi o cara que fez Genipabu naquela época. [...] Então esse Pedro foi um dos primeiros que comprou [propriedade] do nativo, e fez um “restaurantão” bom, e começou a criar a questão do receptivo de Genipabu com essas agências de turismo. (CA2).

Este processo de criação de infraestruturas corrobora com o pensamento de Santos (1994, p. 32) quando ele afirma que:

As infraestruturas presentes em cada lugar não dependem exclusivamente do tipo e volume da produção, mas também do seu destino, o que obriga a levar em conta os

processos da circulação. Em outras palavras, as infraestruturas presentes em cada lugar encontram, em grande parte, explicação e justificativa fora do lugar.

Conforme o Plano de Manejo da APAJ (2009), foi neste contexto que se iniciou o processo de criação da APA Jenipabu, ou seja, a partir do desenvolvimento de um turismo voltado para o passeio de *buggys* nas dunas. Este processo enfrentou dois grandes obstáculos: o interesse dos proprietários das áreas em cobrar pelo uso de suas propriedades, e as potenciais alterações aos recursos ambientais disponíveis, caso a atividade não fosse realizada de maneira sustentável.

Este fato é confirmado por um dos moradores quando diz que:

[...] ela [a APAJ] surgiu no governo Vilma após pressão dos bugueiros pra criar a área de trabalho deles. Porque eles “tavam” sentindo que as pessoas, os proprietários, os reais proprietários da terra “tavam” fechando, e o quê? Eles ficavam sem espaço, ficariam sem espaço. Então fizeram pressão na governadora e a governadora foi e desapropriou uma área, que “tá” sob *judice* até hoje. (CA1)

A solução para o conflito gerado, bem como para a conservação dos recursos ambientais, à época, foi a elaboração de um Termo de Acordo Extrajudicial, com cunho de título executivo, sob a presidência da Empresa de Promoção e Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Norte – EMPROTUR, com o comprometimento de diversos setores envolvidos, e a interveniência do Ministério Público Estadual. Este Termo teve com objetivo ordenar e disciplinar o uso das dunas e conter ou reduzir a degradação ambiental, sem prejuízo da atividade turística, embora seu resultado prático fosse insignificante, uma vez que não tinha valor legal. Sobre este aspecto relatou um dos entrevistados:

Foi engraçado que em numa das reuniões ele [representante do Ministério Público do Estado – MPE] disse assim: “não, vamos propor um contrato extrajudicial, pra fazer”. Ele mesmo admitiu: “olha gente, só que não vai ter nenhum valor legal, porque nós estamos passando por cima de toda a legislação ambiental” (TG11).

Este depoimento demonstra como, impera nesses espaços da racionalidade, o mercado tirânico e a impotência do Estado. Todas as ações são dispostas para que os fluxos hegemônicos corram livremente, subordinando os demais fluxos, quer sociais, quer ambientais. Por isso, também, o Estado tende a ser enfraquecido, visando à passagem livre e desimpedida da ação soberana do mercado (SANTOS, 1994). Dinâmica confirmada pelo entrevistado TG11:

Esse que é o problema da questão ambiental, não é só a nível municipal local não. Isso é no mundo inteiro, sabe? Ela esbarra nos interesses econômicos. [...] O problema do Estado é que às vezes, a mediação dele tende “pro” setor mais forte. O problema que o nosso Estado no Brasil isso reproduz, aqui no Rio Grande do Norte mais forte, as correntes de dominação econômica é que dominam as estruturas do estado. Essas próprias correntes estabelecem o estado como uso quase privado, aí elas sempre se favorecem.

Seguindo o contínuo do processo histórico, como parte do acordo firmado estava a elaboração de um amplo estudo do local, visando o levantamento da situação e o acompanhamento da atividade, além da realização de pesquisas objetivando a preservação e conservação das Dunas de Jenipabu. Em virtude da ausência do estudo supracitado, o IBAMA interditou a área em dezembro de 1994 para a realização do referido estudo.

Visando estabelecer critérios de uso para a atividade dos “bugueiros”, para que, conseqüentemente, fosse cessada a interdição das dunas, e ainda, preocupado com os impactos negativos causados ao turismo, o Conselho Estadual de Turismo do Rio Grande do Norte (CONETUR), entidade constituída pela Secretaria de Estado de Turismo (SETUR) e principais representantes privados do setor, solicitou a imediata intervenção do Governo do Estado, através do IDEMA, para a resolução do problema.

A criação de uma APA foi a alternativa mais viável para se dar início, de forma rápida e eficiente, às atividades de preservação ambiental da área abrangida ao mesmo tempo em que se buscava a manutenção de importantes atividades econômicas existentes, como afirma um dos entrevistados:

Ela [a APAJ] surge da importância da área [...] como principal cartão postal de divulgação do turismo no Rio grande do Norte. Vinculado à questão é... Do interesse paisagístico, a paisagem da duna com a lagoa, e na questão socioeconômica também com a atividade de buggy. [...] Então, os atributos que levaram a esta área, para definir como de importância ambiental foi destacadamente a questão, foi vinculada ao turismo. [...] Então é importante a gente destacar que esse foi um movimento com o foco mesmo no turismo, e o turismo voltado pra questão paisagística. [...] Junto vem a questão do interesse mercadológico. Tanto na questão fundiária da propriedade da área, como também na comercialização dos passeios. Então, essa área ela passou a ter uma importância não só no aspecto ecológico, o disciplinamento era uma forma também de garantir uma sustentabilidade socioeconômica dos envolvidos. (TG9).

Esta informação trazida pelo Plano de Manejo da APAJ (2009) confirma o pensamento de Santos (1994, p. 50, grifo nosso) quando ele afirma que:

Os objetos que conformam os sistemas técnicos atuais são criados a partir da intenção explícita de realizar uma função precisa, específica. Essa intencionalidade se dá desde o momento de sua concepção, até o momento de sua criação e produção. **A construção e a localização dos objetos estão subordinados a uma**

intencionalidade que tanto pode ser puramente mercantil quanto simbólica, senão uma combinação das duas intencionalidades. Todos esses objetos modernos aparecem com uma enorme carga de informação, indispensável a que participem das formas de trabalho hegemônico, ao serviço do capital hegemônico, isto é, do trabalho mais produtivo economicamente.

Desse modo, foram criados os arranjos institucionais necessários para a atividade de passeio de *buggy* e a conservação da natureza. A visitação na área passou a gerar significativo fluxo de capital, envolvendo diferentes serviços e empreendimentos de apoio aos visitantes com a gestão do poder público estadual como informa um dos entrevistados:

O estado enquanto poder público, pra essa área ser especialmente protegida ela tinha que ser formalizada. E aí o estado definiu, puxou pra ele, o Rio Grande do Norte puxou pra ele essa missão, quando ele definiu o espaço como estadual. Então ele é o gestor maior dessa unidade. E aí, o poder público estadual tem que dotar pra cumprir o que “tá” no objetivo do seu decreto, ele tem que implementar várias ações. (TG9).

A partir dos incentivos ao turismo, da proximidade da capital, das condições únicas cênico-paisagísticas, e da “aventura” que os passeios de *buggys* evocam, a APA de Jenipabu tornou-se um dos mais importantes destinos turísticos no estado do Rio Grande do Norte, divulgado em todo o Brasil e no mundo.

Esta informação coaduna com a análise do espaço que Santos (1994, p. 14-15) faz quando afirma que “a exigência de fluidez manda baixar fronteiras, melhorar os transportes e comunicações, eliminar os obstáculos à circulação do dinheiro, suprimir as rugosidades hostis ao galope do capital hegemônico”.

Todavia, tal intervenção em prol da criação da APAJ, segundo morador do entorno da APAJ:

Na verdade a criação ninguém soube, foi um decreto, foi Garibaldi, esse decreto veio de cima pra baixo, ninguém nunca entendia e nem sabia o que era APA. [...] nunca vieram, nunca os órgãos gestores vieram pra gente pra orientar e explicar. [...] O ecoposto foi instalado, nós nem convidados fomos, fecharam a lagoa de Genipabu, a comunidade não foi nem avisada, pra você ter uma ideia! Esse povo tomava banho nessa lagoa há vinte, trinta anos, as “veinha”, criança, tudo. De repente disseram: “não pode mais tomar banho na lagoa”. Pergunte se chamaram alguém pra dizer isso, se dialogaram com alguém. (CA2).

Não foram atingidos, não foram atingidos [objetivos de criação da APA]. Porque o objetivo, objetivo principal é você tornar a APA, Área de Proteção Ambiental, ela sustentável, e ela, vamos dizer, orgulhosa do que ela é. E hoje ela não é nada, inclusive, muito criticada pelos próprios moradores, porque eles não, porque não entende o que não foi ensinado. [...] O Estado não chegou pra falar: “olha, vamos fazer uma salinha de aula, vamos ensinar pra vocês o que é uma APA, o que vai ser a APA, como vai se comportar a APA daqui pra frente”, num foi feito isso, foi feito o que? Foi feito um decreto de cima pra baixo, e o “Zé ninguém” lá,

não entende isso, ele não entende isso. Num foi, não deram subsídio pra ele entender (CA1).

Tais posturas por parte do poder público se configuram, portanto, como “uma ação insuflada, e por isso mesmo recusando debate; e, ao mesmo tempo, uma ação não explicada a todos e apenas ensinada aos agentes” (1994, p. 45). O autor, analisando a atual sociedade ainda afirma que esta realidade torna possível o estabelecimento de novas dinâmicas regionais, tornando aquelas áreas em apenas regiões do fazer, do fazer sem o reger.

Com isto, quanto às intencionalidades da APAJ para a prática do turismo há o questionamento se esta foi criada por causa da existência do turismo ou para que houvesse turismo após a criação. Um dos entrevistados respondeu:

Os dois tem sentido. Sabe por quê? Porque um precisava do outro. [...] Então eu passo desse pressuposto, ali o pressuposto foi, vamos vê, a questão da limitação ambiental e de preservação do bem econômico para o turismo. Porque eles viam se continuasse daquele jeito eles iam detonar, e engraçado os próprios bugueiros despertaram pra isso. Eles mesmos viram o seguinte: “perai’, vão matar a galinha dos ovos de ouro? Não, ‘vamo’ manter a galinha. Todo mundo ganha, os proprietários ganha (sic), a gente ganha e o bem fica aí”. [...] Porque esses mecanismos [o ordenamento] são de interesse do próprio. A gente analisando a partir do interesse do objeto natural, do bem natural, o bem natural sempre é o último que eles pensam. [...] [a APA] foi criada para o turismo (TG11).

Esta realidade assim se apresenta, pois o que se tem na atualidade são solidariedades organizacionais: “as regiões existem porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais, criadores de coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distantes, mas que se tornam o fundamento da existência e da definição desses subespaços” (SANTOS, 1994, p. 45).

Todavia, como já foi dito por Santos (1994), as intencionalidades podem ser mistas, tanto mercantis, como simbólicas (ibid.) e, portanto, deve-se ponderar também acerca dos benefícios decorrentes da criação da APAJ, das mudanças concreta no cotidiano da população autóctone. Nas palavras de uma moradora:

De qualquer maneira salvaguardou [os recursos naturais]. Não foi da forma correta, “né”? O modo de ser que não foi coerente com a realidade local. Mas ela veio, “né”? A gente fala muito, por exemplo, a própria lagoa que era privada e, assim, o pessoal diz muito “se a lagoa não tivesse sido fechada (eles mesmos dizem), hoje, “taria” (sic) um tráfico de drogas”, que dizem que a lagoa era muito, refúgio, “né”? De bandido, de traficante, “né”? As pessoas que iam pra lá escondido. Não tinha ordem nenhuma, as pessoas iam pra lá, entravam, saíam sem nenhuma limitação, sem nenhum ordenamento. Então assim, embora o formato não tenha sido adequado, o ideal, ele foi resolutivo. Que se não realmente nós estaríamos com muito mais construções, nós estaríamos com muito mais desordem, “né”? Queira ou não queira, a criação veio chamar atenção e veio frear o impacto. Porque se a “bicha” [a APA]

não viesse, pior seria, “né”? Dum predinho que a gente teve ali, hoje nós temos, por exemplo, daqui até o morro não tem nenhum prédio. Foi bom, não foi? Foi bom, não foi? Já pensou se tivéssemos por aqui dez prédios de dez andares? “*uh la la*”, “*uh la, la*”. Então assim, ninguém pode negar que foi bom. [...] Outro dia eu tive um depoimento que eu fiquei assim feliz, que a menina dizia: “[...], a gente mora numa APA, diz que vale ouro morar numa APA!” (CA2).

Verifica-se, portanto, que o discurso para a conservação dos recursos naturais esteve presente em todo o processo histórico para criação da APAJ resultando em benefícios como os mencionados acima. Contudo, como já dizia Santos (1994, p. 49):

[...] o espaço se redefine como um conjunto indissociável no qual os sistemas de objetos são cada vez mais artificiais e os sistemas de ações são, cada vez mais, tendentes a fins estranhos ao lugar. Em outras palavras, de um ponto de vista do lugar e seus habitantes, a remodelação espacial se constrói a partir de uma vontade distante e estranha, mas que se impõe à consciência dos que vão praticar essa vontade.

Esta vontade dita “distante e estranha” mostra-se através dos impactos gerados pela característica globalizante do turismo: o aumento das viagens em decorrência da popularização do turismo de massa. Tal modalidade de turismo vem sendo crescentemente estimulada pelo empresariado, graças, sobretudo, às facilidades tecnológicas e de informação. Todavia, incorrendo em contradição, cada vez mais se torna evidente a influência do turismo de massa para a não conservação dos ambientes naturais e sociais dos quais esta atividade sobrevive. (CACHO; AZEVEDO, 2010).

Assim, apreende-se que “os objetos que conformam os sistemas técnicos atuais são criados a partir da intenção explícita de realizar uma função precisa, específica. Essa intencionalidade se dá desde o momento de sua concepção, até o momento de sua criação e produção” (idem, p. 50). Dessa forma, nas entrelinhas dos sistemas de ações predominaram motivações subordinadas a uma intencionalidade mercantil estranha ao lugar, que impediu o pleno envolvimento da população autóctone e o desenvolvimento de uma conscientização ambiental. Uma conscientização que permitisse um sentimento de pertencimento da parte dos moradores e uma valorização dos visitantes no processo de criação da APAJ.

3.2 RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ESTADUAL PONTA DO TUBARÃO (RDSEPT)

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (RDSEPT) está situada nos municípios de Guamaré e Macau, região setentrional do estado do Rio

Grande do Norte, sendo composta por seis comunidades tradicionais: Barreiras, Diogo Lopes e Sertãozinho, pertencentes ao município de Macau, e Mangue Seco I e II e Lagoa Doce, localizadas em Guamaré. A área total da Reserva abrange um território de 12.960 ha e está inserida no polígono delimitado pelas seguintes coordenadas: latitude 5°2' S e 5°16' S e de longitude 36°23' WGr e 36°32' WGr, incluindo uma parte terrestre e outra marinha, conforme mapa 4 (IDEMA/RN, 2007).

Na área da RDSEPT pode-se encontrar uma diversidade de unidades geoambientais como o tabuleiro, campo dunar com dunas fixas e dunas móveis, manguezal, zona de praia, planície de maré/estuarina e o oceano/área da plataforma continental, conforme ilustra o mapa 5 e as fotografias 9, 10, 11, 12, 13 e 14.



Fotografia 9 – Foto aérea da comunidade de Barreiras.
Fonte: Moura (2008).



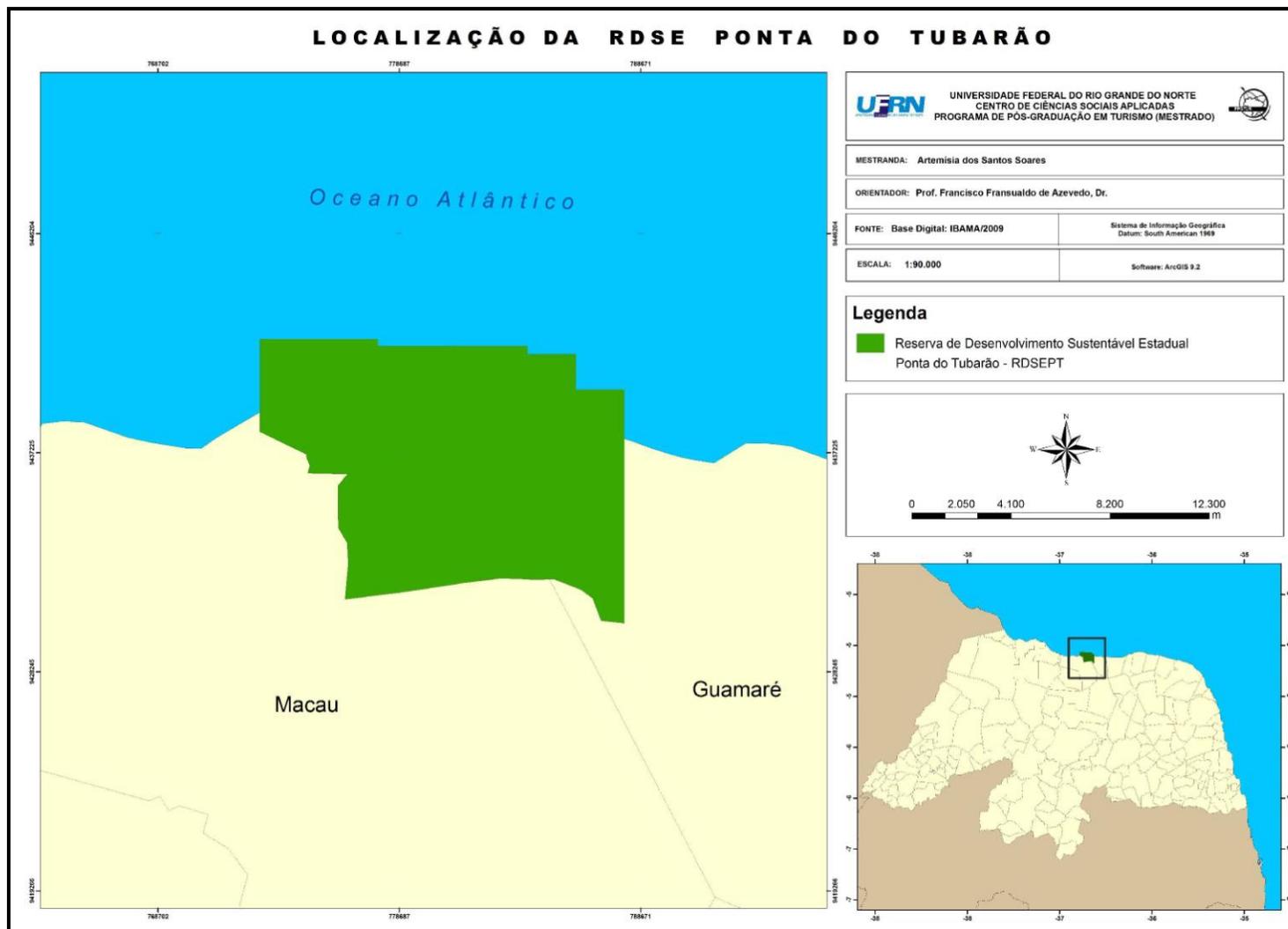
Fotografia 10 – Foto aérea da comunidade de Barreiras.
Fonte: Moura (2008).



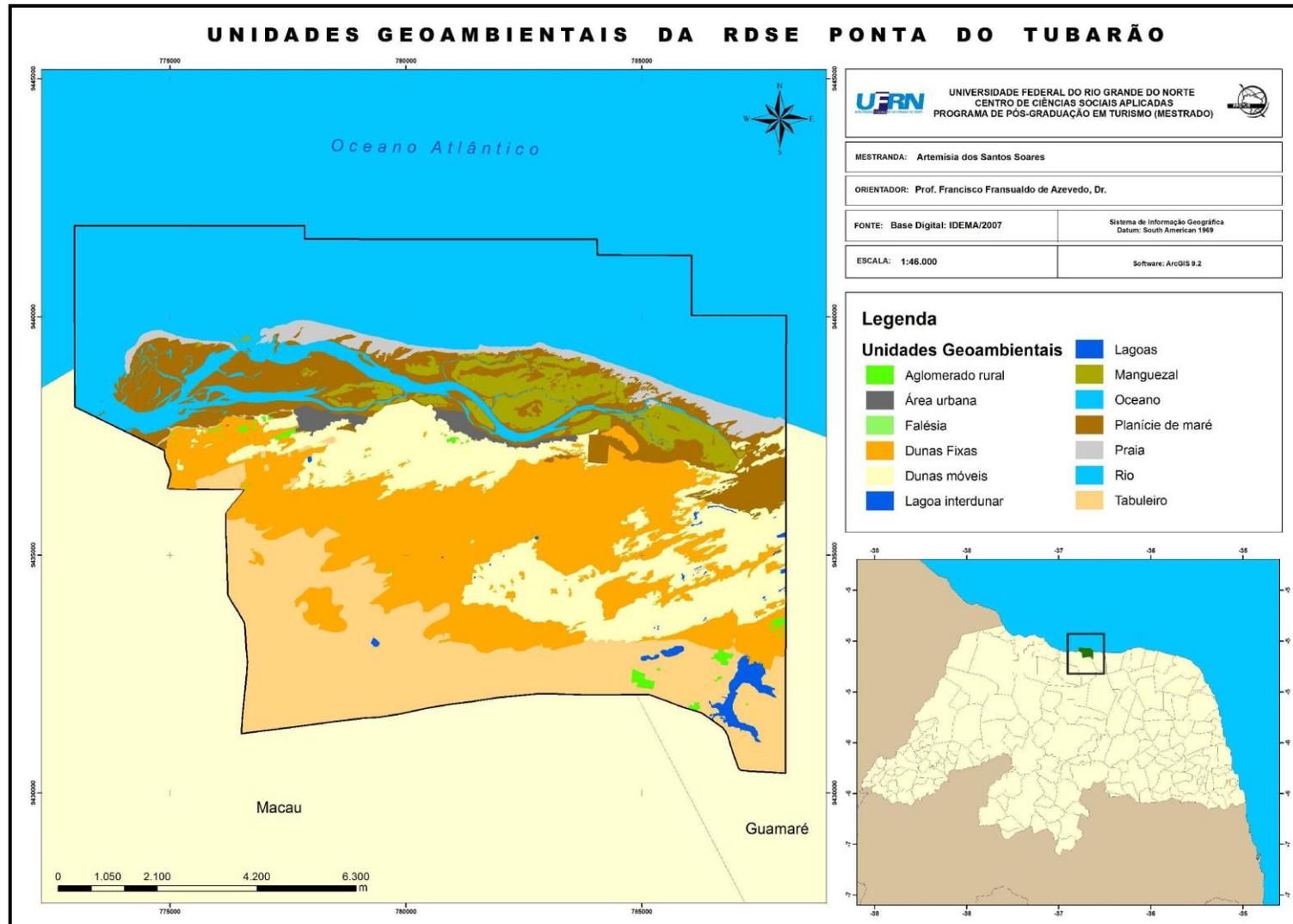
Fotografia 11 – Foto aérea da comunidade de Diogo Lopes.
Fonte: Moura (2008).



Fotografia 12 – Foto aérea da comunidade de Diogo Lopes.
Fonte: Moura (2008).



Mapa 4 – Localização da RDSEPT.
Fonte: IDEMA (2007).



Mapa 5 – Unidades Geoambientais da RDSEPT
Fonte: IDEMA (2007).



Fotografia 13 – Vista aérea do ecossistema em Diogo Lopes (mar, manguezais, estuário e dunas).
Fonte: Moura (2008).



Fotografia 14 – Paisagem presente nas comunidades de Mangue Seco, Lagoa Doce I e II.
Fonte: Nobre (2005).

A RDSEPT encontra-se em dois municípios importantes no contexto econômico do estado, tendo em Macau um destaque na produção de sal, tanto em escala regional como nacional, e em Guamaré a carcinicultura, que faz do estado o principal produtor de camarão do país. Além dessas atividades, Guamaré e Macau também são importantes produtores de petróleo e gás natural, o que teve influência fundamental na designação do perímetro da UC. Essa questão foi bastante discutida no processo de criação, quando se resolveu excluir os pontos de produção de petróleo com a finalidade de evitar conflitos diretos com a indústria petrolífera (IDEMA, 2007).

Também a pesca artesanal tem papel importante na economia da região e da RDSEPT, sendo a principal fonte de subsistência de boa parte da população local. A pesca artesanal, como fator importante de aglutinação da população, traduz a ideia de população tradicionalmente pesqueira (ver fotografias 15 e 16). No caso da RDSEPT as comunidades têm uma significativa produção e Diogo Lopes desponta como a principal delas. No âmbito do estado, Macau representa a segunda maior produção de pescado, perdendo somente para o município de Natal, que conta com expressiva pesca industrial. Guamaré também se destaca nessa atividade, que é realizada na região estuarina e na parte mais costeira do município.

A pesca é uma das principais fontes de absorção de mão de obra local, é a base alimentar da população, sendo um dos componentes mais significativos da renda familiar, imprescindível para a dinâmica da economia municipal (IDEMA, 2007, p. 12).



Fotografia 15: embarcação no estuário da Ponta do Tubarão.

Fonte: Dados da pesquisa (2010).



Fotografia 16: tradicional procissão marítima em homenagem à Nossa Sra. dos Navegantes, padroeira dos pescadores.

Fonte: Dados da pesquisa (2010).

O processo histórico de criação da RDSEPT se dá a partir do interesse da empresa Participações e Administração Ltda (PPE), em 1995, que solicitou ao Delegado do Patrimônio da União o aforamento de uma área de aproximadamente 1.300 ha, situada na restinga Ponta do Tubarão, para a compra por italianos destinados a construir um *resort*. Esse acontecimento gerou revolta na população que, através do seu alto grau de organização, passou a se mobilizar contra a ocupação da área de uso comum em que desenvolvem suas atividades tradicionais. Entidades comunitárias e lideranças religiosas levaram para os órgãos públicos, como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU), a situação em questão. Como resultado, conseguiram tanto a realização de uma audiência pública na Câmara Municipal de Macau como na comunidade de Diogo Lopes, contestando o pedido de aforamento da restinga para aquela empresa (NOBRE, 2005).

Em novembro de 2000 empresários tentaram ocupar ilegalmente o manguezal para a construção de viveiros de camarão, devastando e queimando uma área de aproximadamente 60.000 m² de manguezal na Ilha dos Cavalos. Então, novamente as comunidades afetadas com esse acontecimento se mobilizaram e perceberam que era necessário buscar apoio institucional e legal para promover a proteção dos recursos naturais e dos espaços utilizados nas práticas que garantiam sua subsistência. Um dos entrevistados descreve esta fase conflituosa da seguinte forma:

O processo de criação da reserva, foi, iniciou com um processo popular, né? Ou seja, uma iniciativa da comunidade. [...] Porque dois fatos históricos, não é? A queima dos barracos, não é? Dos ranchos dos pescadores, através desse especulador que comprou a terra, comprou a terra, tem o registro da terra, eles têm o registro da terra,

tem a cessão. [...] [para a construção de] Um *resort*, tem a cessão do patrimônio da união, também, o patrimônio da união deu a cessão, o direito de uso daquela terra pra o empreendedor. E a partir desse momento foi que, foi dois, foi dois marcos podemos dizer, a queima dos ranchos dos pescadores, por esse empreendedor, visando a questão de bloquear a ocupação do solo por parte dos pescadores, e um segundo momento foi a expansão da carcinicultura no Rio Grande do Norte. Onde começou, começou os primeiros momentos começou a ter os primeiros viveiros em Diogo Lopes. Então a partir desse momento os pescadores analisaram “vamos perder nosso espaço”, “vão degradar aquilo que a gente tem como reserva de mercado, que é a natureza”. Então eles pensaram que a reserva de mercado deles, pra continuar o trabalho dele, a produtividade dele pesqueira na sua orientação, no seu trabalho como pesca artesanal, a carcinicultura com certeza iria interferir. Porque iria diminuir o espaço pra eles pescarem, e com certeza alterar a questão ambiental, não é? Do ecossistema em função da questão da produtividade, porque todo o estuário, com certeza, tudo que “tá” no mar ele responde a questão do estuário, vem toda parte de nascimento funciona como um grande berçário. Então eles viram assim, o espaço deles sendo ocupados, então eles lutaram. Foi esses dois marcos principais que a população se uniu e garantiu através dos órgãos públicos e ao terceiro setor, não é? As ONGs principalmente, que teve esse avanço e foi criado, é, através de um projeto de lei, foi votado na Assembleia Legislativa, é a criação da reserva. (TG10).

Nota-se a partir deste depoimento que no processo histórico da RDSEPT, “o mundo da globalização doentia é contrariado no lugar”, contrariando a dimensão mundial que é o mercado. E, concretizando assim, o embate ancestral entre a necessidade e a liberdade através da luta entre uma organização coercitiva e o exercício da espontaneidade. Em suma, são duas forças contrárias, ao mesmo tempo em que o processo de globalização leva à unificação, surge a necessidade de identificação local e o desejo de diferenciação, gerando, muitas vezes, resistências e lutas contra as força globalizantes. (CACHO; AZEVEDO, 2010).

Pode-se interpretar, portanto, o processo histórico de formação da RDSEPT, como demonstração da dinâmica lugar-mundo preconizada por Santos (1994, p. 16, grifo nosso):

Desse modo, o **lugar** torna-se o mundo do veraz e da esperança; e o global, mediatizado por uma organização perversa, o lugar da falsidade e do engodo. Se o lugar nos engana, é por conta do mundo. Nestas condições, **o que globaliza separa; é o local que permite a união**. Defina-se o lugar como a *extensão* (sic) do acontecer homogêneo ou do acontecer solidário.

A partir desta dinâmica de embate entre o lugar e o mundo foi possível realizar um evento – I Encontro Ecológico - para atrair a atenção das comunidades, imprensa, ambientalistas e autoridades, assim como buscar apoio da comunidade científica, órgãos ambientais governamentais e não governamentais, poder judiciário, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Procuradoria do Direito do Cidadão. O I Encontro Ecológico aconteceu no ano de 2001 e teve como resultado a elaboração de uma moção e um abaixo-assinado contando com mais de 1.300 assinaturas solicitando ao IDEMA o estabelecimento da Reserva

de Desenvolvimento Sustentável Ilha do Tubarão, que mantinha em seu território 18 entidades da sociedade civil dos municípios de Macau e Guamaré (NOBRE, 2005). Neste I Encontro Ecológico foram discutidos e firmados os limites territoriais para criação da RDSEPT, como detalha um dos entrevistados:

Então, surgiu no I encontro ecológico, surgiu a ideia de criação de uma unidade de conservação, é municipal. Então a primeira ideia foi criar uma, uma unidade de conservação só no município de Macau. Porque a RDS compreende dois municípios: Macau e Guamaré. Aí quando veio a interferência do governo do estado, e esse, essa Unidade de Conservação, eles queriam que fosse mais abrangente, terra, o espaço, terra, mar. Concentração do espaço, terra e mar, não poderia ser municipal. E começou-se a pensar na relação estadual, chegou a um determinado momento que as Unidades de Conservação que adentra (*sic*) a parte marítima teria que ter o consentimento da federal, ou então do IBAMA, não é? Que era responsável pelas Unidades de Conservação. Então a partir do momento que foi articulado, que foi discutido, várias reuniões com os órgãos ambientais tanto a GRPU, como a área de domínio da União teria que com, foi convocado vários segmentos da sociedade, não é? Pra discutir essas questões. Sendo esse segmento o setor público, dentre os quais: o órgão ambiental estadual, a prefeitura municipal de Macau, o IBAMA e a GRPU, o patrimônio da união, porque o território é sobre a responsabilidade da União. Porque ainda “tá” naqueles, “tá” o território é acrescido de marinha, não é? É o terreno de marinha, acrescido de marinha. Foi feitas essas reuniões com os parceiros, não é? Os atores responsáveis, e a partir desse momento é como, começou-se a pensar a questão do território, como poderia ser esse território? Pensando na questão do território, se pensou na divisão, seria parte do município de Guamaré e parte do município de Macau. Onde compreenderia as comunidades, não é? De Barreiras, Diogo Lopes. Como, pra ser uma Unidade de Conservação estadual, teria que ser mais de um município aí se pensou em incorporar as comunidades de Lagoa Doce, Mangue Seco I e Mangue Seco II. (TG10).

Em 2002, de 05 a 09 de junho, foi realizado o II Encontro Ecológico com a finalidade de reforçar a luta pela proteção e conservação daquela área, obtendo como resultado a reafirmação da moção que solicitava ao IBAMA, IDEMA e GRPU agilidade no processo de criação e implantação da Reserva.

De acordo com Nobre (2005, p. 99) “após a mobilização das comunidades através deste encontro, diversas reuniões foram realizadas para a elaboração do Decreto-Lei, como proposição para criação e delimitação da área da reserva”.

Assim, em abril de 2003 a proposta do Decreto-Lei de criação da reserva foi conduzida ao Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONEMA), que a aprovou ainda no mesmo mês. Esta aprovação contou com a presença de mais de 100 pessoas das comunidades de Diogo Lopes, Barreiras e Sertãozinho, dos municípios de Macau e Guamaré, evidenciando o posicionamento da comunidade (NOBRE, 2005).

O ano de 2003 foi um marco para as comunidades que lutavam pela criação e implantação da Reserva, pois no período de 05 a 08 de junho daquele ano foi realizado o III

Encontro Ecológico de Diogo Lopes e Barreiras, contando com a participação de 23 entidades do município de Macau/RN, tendo como um dos principais resultados a assinatura do Projeto de Lei pela então governadora Vilma de Faria. Os participantes do Encontro solicitaram à Assembleia Legislativa, através da aprovação de uma moção, urgência na análise e adesão da RDS Ponta do Tubarão. Eles também redigiram uma recomendação com 14 itens, na qual se destacava a participação das comunidades no processo de criação do Conselho Gestor da Reserva (NOBRE, 2005).

No dia 26 de junho de 2003 com o comparecimento de mais de 100 ativistas das comunidades pertencentes à Reserva foi aprovado na Assembleia Legislativa o Projeto de Lei de criação da RDS Ponta do Tubarão. Na sequência, no dia 18 de julho a governadora Vilma de Faria ratificou a Lei Estadual nº 8.349 criando a Reserva, que foi publicada no Diário Oficial no dia seguinte (NOBRE, 2005).

Após este relato, percebe-se que o processo histórico da RDSEPT evidencia o pensamento de Santos (1994, p. 16) quanto à categoria de análise especial “lugar”. Pois, segundo ele o lugar é a “união de homens por suas semelhanças”, a “união dos homens pela cooperação na diferença”. E por isso, “a grande revolta se dá através do espaço, do lugar, ali onde a tribo - que é a fragmentação do mundo - descobre que não é isolada, nem pode estar só”. Este lugar, neste trabalho, é a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão.

Assim, esta dinâmica confirma o pensamento de Santos (1994, p. 27) quando diz que:

Quanto mais a globalização se aprofunda, impondo regulações verticais novas a regulações horizontais preexistentes, tanto mais forte é a tensão entre globalidade e localidade, entre o mundo e o lugar. Mas, quanto mais o mundo se afirma no lugar, tanto mais este último se torna único.

Seguindo esta premissa, após a criação da RDSEPT, foi criado em 2004 dentre outros GTs (Grupos de Trabalho), o GT de Turismo da RDSEPT, com o objetivo de reunir todas as potencialidades e serviços existentes na área da reserva, de modo solidário. Isto é, unindo o turismo às atividades econômicas já existentes, não substituindo, mas complementando a renda familiar do residente local sob uma perspectiva embasada no conceito da sustentabilidade. (NASCIMENTO; SOUZA, 2008).

A coordenação do GT Turismo organizou-se conforme cronograma que se dividiu em três fases, definidas como: Fase Embrionária, Fase de Envolvimento e Fase de Desenvolvimento. Assim inicialmente foi realizada reunião para debate das áreas de interesses com os possíveis prestadores de serviços turísticos da reserva. Em seguida foi

realizada visita técnica à Prainha do Canto Verde (CE), com intuito de verificar *in loco* os resultados do Turismo de Base Comunitária¹³ (TBC) ali implantado. Por fim, o cronograma previu oficinas assessoradas pelo Instituto Terramar (CE) para implantação do TBC na RDSEPT, proposta de turismo aprovada pelo GT, por meio da realização de eventos como o I e II Seminário de Turismo Sustentável da RDSEPT (2004 e 2006, respectivamente), bem como da participação da coordenação do GT Turismo no II Seminário Internacional de Turismo Sustentável (SITS), realizado em Fortaleza – CE, em 2008. (NASCIMENTO; SOUZA, 2008).

Assim, como no processo de criação da RDSEPT, o turismo ali praticado, mantém uma postura de participação, educação ambiental e transformação dos indivíduos. Pode-se ratificar isto através do depoimento de Nascimento e Souza (2008, p. 12), membros do GT Turismo:

Acreditamos que o turismo é uma ferramenta de crescimento da economia das comunidades da Reserva, mas a economia é apenas um dos três pilares que o Turismo sustenta. Os aspectos sociais, culturais e ambientais são os pilares restantes do desenvolvimento. Temos lutado para que este desenvolvimento e sustentabilidade aconteçam de fato.

Torna-se evidente, portanto, que o processo de criação da RDSEPT, como também a idealização e a prática do turismo, tiveram como protagonista a população autóctone, fato este possibilitado pela educação ambiental, ainda em fase inicial, que propiciou o desenvolvimento de uma consciência ambiental e de pertencimento ao lugar. Assim, empiricizando a fala de Santos (1994, p. 29) quanto este afirma que, para que uma sociedade local incorpore os vetores verticais sem recusar sua participação no mundo, esta deve “descobrir e por em prática novas racionalidades em outros níveis e regulações mais consentâneas com a ordem desejada, desejada pelos homens, lá onde eles vivem”.

3.3 UM PROCESSO HISTÓRICO CONSERVACIONISTA?

Após o relato dos processos históricos de criação da APAJ e da RDSEPT, faz-se necessária uma resposta ao questionamento levantado no subtítulo desta seção: afinal, tais processos foram embasados em fatores conservacionistas?

¹³ O TBC destaca-se pela mobilização da comunidade na luta por seus direitos contra grandes empreendedores da indústria do turismo de massa que pretendem ocupar seu território ameaçando a qualidade de vida e as tradições da população local. Este modelo de turismo através do desenvolvimento comunitário é capaz de melhorar a renda e o bem-estar dos moradores, preservando os valores culturais e as belezas naturais da de (sic) cada região. (MORAES, 2007).

Conforme análise realizada a partir das unidades e categorias de análise constante na I seção deste trabalho, é possível observar a presença constante das categorias inerentes à unidade de análise “consumo” no processo histórico de criação da APAJ e a predominância das categorias de análise pertencentes à unidade de análise “conservação” no processo histórico da RDSEPT.

A criação da APAJ foi movida por uma intencionalidade mercantil gerada por uma atividade turística massificada presente na área, gerada como um consumo de moda e vastamente midiaticado. Unido a este processo se constata uma preocupação com o desenvolvimento e observância aos instrumentos de organização territorial norteadores do uso e suas limitações em subordinação a uma intencionalidade simbólica de conservação e sustentabilidade das atividades socioeconômicas da população. Todavia, não há o devido envolvimento da população autóctone neste processo, inviabilizando o desenvolvimento de uma consciência ambiental verazmente conservacionista.

Já a criação da RDSEPT, apesar de ter também como pressuposto para criação uma pressão mercadológica de atividades econômicas que visavam ali se instalar, embasadas num sentimento de transitoriedade das coisas como no caso dos carcinicultores, tais pressões geraram reações distintas das encontradas na história da APAJ. Pode-se indicar como um dos fatores principais a atuação direta da população autóctone para a efetivação de uma educação ambiental através dos encontros ecológicos, gerando com isso uma conscientização ambiental e de pertencimento ao lugar, subordinando o desejo da criação do RDSEPT a uma intencionalidade simbólica de conservação e continuidade e, para isto, buscando o desenvolvimento e a observância aos instrumentos de organização territorial norteadores do uso e suas limitações como regra geral de convivência.

Assim, esta realidade torna compreensível a fala de Santos (1994, p. 31, grifo nosso) quando afirma que:

O estudo das técnicas ultrapassa, desse modo, largamente, o dado puramente técnico e exige uma incursão bem mais profunda na área das próprias relações sociais. São estas, finalmente, que explicam como, **em diferentes lugares, técnicas, ou conjuntos de técnicas semelhantes, atribuem resultados diferentes aos seus portadores**, segundo combinações que extrapolam o processo direto da produção e permitem pensar num verdadeiro processo político da produção.

Afinal, ambas se tratam de UCs de Uso Sustentável em territórios litorâneos do RN tendo como técnica predominante a pesca e a possibilidade de unir a esta, a atividade turística,

por suas belezas cênicas naturais. Como também, ambas sofreram pressões mercadológicas externas, contudo tendo reações e (in)formações distintas.

Por isso, deve-se analisar conforme Santos (1994, p. 31) indica:

Nunca nos devemos esquecer de que o que torna mensuráveis, ou, em todo caso, significativas, as variáveis de análise não é o seu valor absoluto, o que, de resto, aliás, elas não têm. O seu valor é sempre relativo e surge no interior do sistema em que se encontra e em relação com as demais variáveis presentes.

Seguindo esta indicação, a seguir far-se-á análise da percepção dos sujeitos envolvidos com o ecoturismo das UCs selecionadas para este estudo visando a obtenção da mensuração das variáveis de análise obtidas a partir da teoria apresentada na seção 2, quanto à discussão de conservação e consumo inerentes a esta atividade.

4 O ECOTURISMO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO APAJ E RDSEPT SEGUNDO A PERCEPÇÃO DOS ATORES QUE NELAS ATUAM

O ecoturismo surgiu como um segmento turístico preocupado com os recursos culturais e naturais, com a localidade, a participação e uma série de estratégias que tencionam aumentar os impactos positivos do turismo sobre a natureza e a conservação ambiental. Por estas características o turismo é considerado como a menos impactante das alternativas econômicas nos ambientes naturais protegidos por lei, se tornando, inclusive, justificativa para a criação de UCs, em virtude da necessidade de sobrevivência dentro do sistema capitalista (POLES; RABINOVICI, 2010).

Todavia, apesar da sustentabilidade¹⁴ ser citada nos documentos norteadores do ecoturismo, até o início do século XXI, o número de casos de sucesso existentes é inexpressivo (ibidem). Esta realidade deve-se à complexidade da atividade que requer a gestão de múltiplas variáveis como o combate ao desemprego, além da observância à conservação dos lugares. Afinal, há a necessidade de um ecoturismo real, pragmático, transformador de utopias em práticas cotidianas (IRVING et al., 2005, p. 6).

Esta realidade leva a níveis distintos de percepção acerca do que seja o ecoturismo e suas práticas trazendo questionamentos acerca do papel de atuação do ecoturismo, como por exemplo, se esta atividade de fato atua como uma contrarracionalidade às práticas hegemônicas do turismo convencional. Assim, este estudo ouviu sujeitos diretamente ligados ao ecoturismo nas Unidades de Conservação, entre eles, técnicos e gestores, comunidade local e (eco)turistas para apreensão dos níveis de percepção predominantes em ambas UCs selecionadas para o estudo. Os quadros 6 e 7, a seguir, mostram detalhadamente a frequência temática das citações referentes às unidades de análise, consumo e conservação, em análise neste estudo.

4.1 ECOTURISMO E UCS: analisando o texto para entender o contexto

No tocante à unidade de análise “consumo”, observa-se que as categorias mais frequentes na APAJ são as opiniões favoráveis às necessidades da *sociedade capitalista e de mercado* e as críticas à *transitoriedade das coisas*. Já na RDSEPT a categoria mais frequente é relativa às opiniões contrárias ao *consumo de massa*.

¹⁴ Cf. conceituação e histórico na seção 2.

CONSUMO					
	CATEGORIAS				
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	<i>Sociedade capitalista e de mercado</i>	<i>Consumo de moda</i>	<i>Consumo de massa.</i>	<i>Transitoriedade das coisas</i>	<i>Intencionalidade mercantil</i>
APAJ	Favorável (24) Contrária (11)	Crítica (6) Constatação/Defesa (5)	Favorável (5) Contrária (4) Constatação (5)	Crítica (7) Constatação (2)	Criação e uso em função da economia
RDSEPT	Favorável (4) Contrária (2)	Crítica (1) Constatação/Defesa (0)	Favorável (0) Contrária (7) Constatação (2)	Crítica (1) Constatação (0)	Turismo como possibilidade

Quadro 6 – Frequência temática da unidade de análise “consumo”.
Fonte: Dados da pesquisa (2011).

CONSERVAÇÃO							
	CATEGORIAS						
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	<i>Ordenamento e limitações</i>	<i>Envolvimento da população</i>	<i>Educação Ambiental</i>	<i>Convivência e interação</i>	<i>Autossustentabilidade de econômica</i>	<i>Participação de atores externos</i>	<i>Intencionalidade simbólica</i>
APAJ	Menções positivas (6) Menções negativas (19) Importância (2)	Existência (4) Inexistência (6)	Existência (2) Inexistência (14) Importância (6)	Existência (1) Inexistência (3)	Busca (5) Conformismo (10)	Existência (4) Inexistência (1)	Assegurar recursos naturais
RDSEPT	Menções positivas (5) Menções negativas (6) Importância (9)	Existência (4) Inexistência (1) Importância (6)	Existência (13) Inexistência (4) Importância (3)	Existência (11) Inexistência (4) Importância (2)	Busca (3) Conformismo (5)	Existência (4) Inexistência (0) Solicitações (2)	Conservação e respeito às comunidades tradicionais

Quadro 7 – Frequência temática da unidade de análise “conservação”.
Fonte: Dados da pesquisa (2011).

Esta distinção entre as UCs expressa que o ecoturismo é apropriado de várias maneiras pelo mercado, nem sempre considerando seus pressupostos fundamentais. Tal imprecisão é favorecida pela imprecisão semântica e pelo deslocamento conceitual que o ecoturismo sofre com conseqüente pulverização para utilização do mercado turístico. Muitas UCs tem se utilizado de seus recursos naturais apenas como cenário para as atividades (PIRES, 2002), tornando possível que representantes do *trade* turístico levados pelo oportunismo passem a “incorporar a ecologização, de forma superficial e não comprometida, como ingrediente ‘esverdeante’ de seus negócios ou projetos em torno do (eco)turismo” (idem, p. 163).

Assim, a influência de entidades distintas na comunidade pode interferir (positivamente e/ou negativamente) na percepção dos sujeitos ali envolvidos, acerca do ecoturismo, apesar de ambas possuírem características geográficas e econômicas similares. Conforme Poles e Rabinovici (2010, p. 18), “o ecoturismo realizado por ONGs e comunidades assume um caráter revolucionário, transformador, completamente diferente da lógica que permeia o segmento de natureza operado por agências”. Assim, enquanto os sujeitos da APAJ privilegiam a geração de emprego e renda através da inclusão de empreendimentos turísticos, os sujeitos da RDSEPT priorizam a manutenção da identidade e participação da comunidade local na atividade turística na região.

Os depoimentos a seguir ilustram esta disparidade:

A APA “tá” travando o desenvolvimento do município, principalmente Jenipabu. Ela “tá” travando, ela travou. Ela travou de um jeito que ninguém consegue destravar. Por exemplo, já tinham grupos interessados em construções de pousadas, em construções de hotéis em Jenipabu. Mas esbarra com o projeto, com esse processo do IDEMA, que nem ata e nem desata. Nem ele diz: “vai ou não vai”. Fica essa, em cima do muro, os grupos empresários correndo, e o povo de Jenipabu, aos poucos o turismo daqui também morrendo (CA4) – APAJ.

Se não tivesse essa reserva hoje é, poderia ter acontecido uma especulação imobiliária no local, “né”? Advinda de pessoas com grandes poderes aquisitivos, para implantar algum tipo de equipamento turístico (TG8B) – RDSEPT.

Em relação à unidade de análise “conservação”, nota-se que as categorias mais frequentes na APAJ são as menções negativas ao estabelecimento de *ordenamento e limitações* nesta, a inexistência de *educação ambiental* e o conformismo com a ausência de *autossustentabilidade econômica*. Quanto à RDSEPT, a categoria mais frequente é relacionada à existência de *educação ambiental*, bem como de *convivência e interação* dos turistas com a comunidade da RDSEPT.

Este quantitativo de opiniões opostas nas UCs demonstra a relevância da educação ambiental para mudança de valores, comportamentos e atitude dos envolvidos (POLES; RABINOVICI, 2010), pois a alta incidência de depoimentos relatando a inexistência desta na APAJ, certamente influenciou no posicionamento negativo dos entrevistados em relação ao ordenamento e limitações da UC que leva a não conservação do meio. Assim como, a existência da educação ambiental tornou os moradores da RDSEPT valorizadores do turismo que propicie interação e convivência com a comunidade, externando o fortalecimento de suas identidades. Esta relação se torna evidente nestes depoimentos:

Na verdade [o turismo] é uma atividade que, as pessoas no caso de unidades de uso sustentável, as comunidades envolvidas precisam entender muito bem o que é a atividade turística, e geralmente isso não acontece, fica no máximo da apropriação dos técnicos, de algumas entidades, de alguma coisa assim. E na verdade eu acho que era necessário que a população entendesse, se envolvesse e usufruísse dessa atividade de forma equilibrada, sabe? Sem maiores... Que a população sabendo e vendo, vendo, conhecendo, entendendo, o cuidado que precisa ter, e o que é a atividade turística, ela vai ser receptiva, e ela vai gritar se a coisa não tiver acontecendo como deveria, entendeu? (TG1A) – APAJ.

Porque a partir da criação da reserva, da realização dos encontros ecológicos, “né”? Existe, mesmo não havendo essa absorção totalitária pela comunidade, a consciência da preservação nas comunidades que estão é, ligadas à reserva. (TG8A) – RDSEPT.

Dessa forma, faz-se necessária o exame da ocorrência das categorias de análise dantes descritas para o entendimento das nuances que permeiam a prática do ecoturismo nas UCs deste estudo, face às dinâmicas de conservação e consumo ali existentes.

Inicialmente, observa-se que as características que evidenciam a importância da *sociedade capitalista e de mercado* para os sujeitos envolvidos na APAJ são amplamente mencionadas (trinta e cinco vezes), diferentemente da RDSEPT que a enfatizou em raros momentos (sete vezes). Nos depoimentos foi ressaltada a dependência econômica da comunidade da APAJ para com o turismo de massa através do discurso de geração de emprego e renda, do aproveitamento de oportunidades do mercado para crescimento e da necessidade da implantação de infraestrutura de meios de hospedagem e restauração, no momento, limitados pela existência da APAJ. Quanto à RDSEPT, as poucas menções feitas à necessidade de desenvolvimento econômico foram acompanhadas de termos como “equilíbrio”, “responsabilidade”, denotando preocupação com os limites deste crescimento desejado.

Os nativos daqui, “né”? Que por exemplo, eles, muitas pessoas vivem de turismo, “né”? E precisam do investimento, precisam das companhias grande pra, “né”? Pra

construir pousadas, hotéis, “né”? Pra dá emprego “pro” pessoal daqui que vive do turismo. E é bom a preservação, é muito boa, é muito bom assim, o, esse sistema de preservar e “tal”. Mas eles pararam “dum” jeito assim, o progresso daqui, não existe mais, “tá” parado cem por cento. Ninguém mais pode construir, ninguém pode construir uma pousada, ninguém pode construir um hotel. Isso seria bom porque se houvesse a construção porque ia dar emprego, “né”? (CA5) – APAJ.

Eu acho que a gente teria que mudar essa palavrinha “uso”, eu acho que a gente poderia substituir por “utilizar”. Talvez se a gente pudesse fazer essa diferenciação, “né”? A gente pudesse ter uma convivência harmoniosa dentro desse consumo de responsabilidade, “né”? Consumo equilibrado. (TG8A) – RDSEPT.

Estes depoimentos demonstram a capacidade de tornar indispensável, a participação dos objetos – das UCs – nas formas de trabalho hegemônico, a serviço do capital hegemônico, isto é, do trabalho mais produtivo economicamente (SANTOS, 1994). Esta constatação é ilustrada pelos seguintes depoimentos:

A gente observa nisso [no uso para o turismo], é uma, uma, é concentração do capital, principalmente na mão do estrangeiro, certo? Uma desterritorialização, certo? Dos *status* das unidades de uso sustentável, é uma apropriação indevida dos recursos naturais de forma degradante. [...] Apenas visando com práticas de capitalismo selvagem, ou mesmo é, de atividades predatórias achando que desenvolvimento é tijolo e cimento, e concreto e não paisagem. (TG2) – APAJ.

A comunidade, o pessoal depende muito desse turismo, assim. E vive muito assim, como, escravizado a esse sistema aí, desse turismo. Que por exemplo, o bugueiro quando chega lá em cima nas dunas, entende? Ele só, os “menino” que anda com “tauba” de morro, o pessoal que vende, é um artesanato, “né”? O que vende o coco verde alguma coisa. Então eles só compram, é apontado pelo “brugrero”, o “brugrero” fala: “olha, só compra ali, num compra ali que não é bom, “vamo” comprar em Muriú”. (CA5) – APAJ.

Vale salientar que a dependência econômica da comunidade em relação ao turismo sazonal, revelada nos depoimentos, pode acarretar incontáveis problemas e desestruturação da vida econômica do lugar. Na maioria das vezes, a dedicação exclusiva à prática do turismo pode se colocar como um dos piores impactos, pois incorre no abandono de outras práticas geradoras de renda ou de subsistência (PESSOA; RABINOVICI, 2010).

Na mesma perspectiva segue a categoria *consumo de moda*, sendo mencionada onze vezes pelos sujeitos envolvidos com a APAJ e uma única vez por um sujeito ligado à RDSEPT, sendo esta menção em forma de crítica. Os depoimentos dos sujeitos envolvidos com a APAJ são permeados de constatações como o desconhecimento do turista que o lugar se trata de uma APA, da visita apenas por modismos definidos como “eco” e pela beleza, sem, portanto, demonstrar uma postura de praticante do ecoturismo teoricamente definido. Como o depoimento em forma de crítica a seguir:

Tem muita gente que vai visitar uma reserva, e não sabe nem que é reserva, mas vai no “google” e vê a paisagem, aquela coisa linda e vai pra lá, lá descobre que é uma reserva e “tal” e “tal”, entendeu? (TG1A) – RDSEPT.

Assim, “a contradição existe e pelo simples fato de viajar para alcançar *status* na sociedade à qual pertencem, esses ecoturistas põem em risco os ecossistemas mais frágeis. O ecoturista autêntico não deveria viajar por *status*, para ter vantagem sobre amigos” (RAMALHO; SILVA; RABINOVICI, 2010). Como os turistas/turismo mencionados nos depoimentos a seguir:

Assim, 90% das pessoas que vão conhecer a APA [Jenipabu], não sabem que é uma unidade de conservação. (...) Então eles não veem com aquela visão de ser uma unidade de conservação. (TG1A) – APAJ.

Existem outros, outros tipos, “né”, de turismo que podem ser realizados. Que venham a auxiliar a, na conservação. Mas esse tipo de passeio, esse tipo de visita que vem sendo na APA Jenipabu, eu acredito que não. (...) O tipo de passeio que é utilizado, é realizado, hoje na APA Jenipabu, eu não vejo nenhum vínculo dele com a preservação da natureza. (TG5) – APAJ.

É a moda. Porque não há o espírito ainda de consciência ambiental necessária pra, aqui pelo menos a gente não vê. (...) Grande parte não tem a formação necessária pra conduzir aquelas pessoas naquele espaço, na maioria dos espaços (TG7) – APAJ.

Em razão de situações como estas descritas nos depoimentos, Swarbrooke (2000b, p. 37) sugere uma classificação dos turistas em gradações de verde (ver quadro 8), pois, como constatado, os turistas, em sua grande parte, optam por meios pelos quais seu conforto não seja totalmente “desperdiçado com ações ecologicamente corretas e socialmente responsáveis”. Esse comportamento contribui para a inserção do ecoturismo apenas como mais um tipo de consumo a ser usufruído desde que se pague.

Não verdes	Verdes claros	Verdes escuros	Totalmente verdes
Leem o que as brochuras dizem sobre questões verdes e turismo sustentável	Pensam sobre as questões verdes e tentam reduzir o consumo normal de água nas localidades turísticas onde ela é escassa, por exemplo	Procuram conscientemente descobrir mais sobre uma questão específica e envolvem-se de modo mais ativo, unindo-se a grupos de pressão, por exemplo	Usam transporte público para chegar à destinação e para se deslocarem para região durante as férias
Nenhum sacrifício é feito em	Alguns sacrifícios menores são	Grandes sacrifícios são feitos em função de suas ideias	Não viajam nas férias, de modo algum, a fim de não agredir o meio ambiente como turistas

função de suas ideias	feitos em função de suas ideias
Interesse superficial por todas as questões verdes	Profundo interesse por todas as questões verdes Interesse muito profundo por uma questão, especificamente
Grande parcela da população	Pequena parcela da população

Quadro 8 – O turista “em gradações de verde”

Fonte: Swarbrooke (2000b, p. 38).

Quanto à categoria *consumo de massa*, novamente nota-se que esteve mais presente nos depoimentos dos sujeitos envolvidos com a APAJ, de forma favorável ou contrária, ou apenas constatando. Na RDSEPT, as poucas menções ocorrentes foram de forma contrária. Conforme Poles e Rabonovici (2010, p. 27), têm-se como características do turismo de massa a:

sazonalidade; contribuição para o desgaste dos recursos naturais; especulação de imóveis e terrenos; elevação do preço de produtos; pressão de corporações turísticas e corporações internacionais sobre as terras e a população; segmentação territorial; incentivo à prostituição; desrespeito à cultura local; desrespeito a locais sagrados; inchamento de trânsito nos destinos turísticos; desequilíbrio econômico; aumento da presença de corporações internacionais, neocolonialismo; espetacularização da cultura; interesses estritamente econômicos; e evasão de divisas.

Estas características estão presentes nos depoimentos dos sujeitos inseridos nas UCs como ilustrado a seguir:

[A APA] Jenipabu, cada vez que tem uma demanda, a questão, principalmente, por conta dos bugueiros que querem, foi feito um limite de números de carros que podia subir, eles ficam querendo sempre aumentar, aumentar, e aumentam por conta própria, essa coisa toda. Aí vem essa grita... Aí se discute um pouco, como é que vai ser o traçado, tem o decreto, vai ser refeito. Mas não tem controle, entendeu? Até por ser uma unidade de conservação que “tá” aberta. Então a única coisa que se pode fazer é um controle na entrada e na saída dos buggys, e nem sempre eles obedecem. Então, é, é, é torto. (TG1A).

[a APAJ] chega a receber é, diários, trezentos e cinquenta buggys diários em cima das dunas de Jenipabu, “né”? Isso é o máximo permitido pelo decreto hoje. Mas, existem empresas que fecham pacotes, um pacote de cerca de cinquenta buggys. Então, um pacote vem um pessoal, vem de avião, desce, já “tá” com um pacote comprado. A empresa, cinquenta buggys fazendo passeio na mesma hora, no mesmo local. Isso é um turismo que de certa forma, não está sendo realizado da maneira como que deve ser realizado. Entendeu? Então a gente tem que trabalhar em cima de um turismo sustentável. Dá certo? Dá. Desde que seja feito de maneira sustentável. De uma maneira bem pensada e racional. Da maneira que está sendo feito e vem sendo feito eu acredito que não vá durar muito tempo. (TG5).

Mas quando a gente sai dessa possibilidade de turismo de base comunitária e entra nessa outra forma de turismo, é muito complicado. Porque o empreendedor da área de turismo “tá” muito pouco interessado em reduzir. [...] Então, fica difícil a gente afirmar que [o turismo] é uma ferramenta de conservação (TG1A) – RDSEPT.

Tais características permitem, “em áreas cada vez menos extensas, a produção de um mesmo produto em quantidades maiores e em tempo menor, rompendo os equilíbrios preexistentes e impondo outros, do ponto de vista da quantidade e da qualidade da população, dos capitais empregados, das formas de organização, das relações sociais etc.” (SANTOS, 1994, p. 62). Assim, “os destinos de massa são vistos, fotografados com lentes cor-de-rosa” (BOYER, 2003, p. 25), e nunca são pensados para uma mudança no modo de realizar as atividades turísticas.

Do mesmo modo ocorre em relação à categoria *transitoriedade das coisas*, recebendo crítica por parte da maioria dos entrevistados da APAJ e apenas uma menção, também em forma de crítica, da parte do entrevistado da RDSEPT. Os depoimentos evidenciam a ausência de cuidados dos turistas, bem como dos moradores e gestores em relação aos possíveis impactos culturais e ambientais decorrentes da massificação do turismo nas UCs. Tornando compreensível a preocupação de Seabra (2001, p. 32) quando ele afirma:

É preocupante a velocidade com que as Unidades de Conservação e as demais áreas protegidas estão sendo ocupadas por diversos empreendimentos econômicos vinculados ao turismo e, ao mesmo tempo, incentivados pelos órgãos ambientais federais, estaduais e municipais.

Os depoimentos a seguir ilustram esta preocupante realidade:

Nem todo visitante que vai pra, pra fazer uma visita a uma atração turística numa área protecional, ele tá muito interessado, nem tem o conhecimento, de que aquilo tem que ser preservado, “né”? [...] Além da degradação ambiental mesmo, típica, tem a questão cultural também. Eu me lembro que os pescadores ficavam chocados que as meninas tudo de *top less*. Então, pra eles aquilo ali, tinha pescadores que parava de pescar e iam pra casa com vergonha, sabe? Era uma vergonha. Eu sei que isso é uma invasão, assim, até uma violência. E nem todo o turista “tá”... Interessado em... “eu venho vou embora, não interessa o que fiz”. [...] “eu posso fazer tudo... Eu sou turista... É,é, nem vim pra ficar”, então tem que, aí é isso, que, “num sei” se, [o turismo] é uma ferramenta boa ou não, certo? (TG1B) – APAJ.

Soube quando Xuxa veio aqui nas dunas? Se você visse a duna no outro dia fazia pena de “troço”, porcaria, saco de plástico, era, era pedaço de cadeira, um “bucado” de porcaria espalhado nas dunas muita coisa. [...] Eu já vi muitos turistas passar ali e jogar um coco ali, jogar uma aguinha mineral, entende? Não são todos, mas vi isso (CA5) – APAJ.

A gente percebe que não já está pitoresco como da outra vez que a gente veio, a gente nota mais agressiva as coisas, “né”? Vai evoluindo, não vai ficando lá tão bom quanto era antigamente. [...] Achei “tão” diferente, filha. Da outra vez, essa cidade primava pela limpeza, pela, por tudo que eu achava. Eu achava “tão” linda, “tão” bem cuidada, mas dessa vez, não encontrei. Eu vi muito lixo, vi muita coisa suja. Vi coisa que eu não via. [...] Isso me surpreendeu, foi uma decepção pra mim. (TA1) – APAJ.

Assim, a UC torna-se “um campo que acolhe o capital novo e o difunde rapidamente com tudo o que ele acarreta, isto é, novas formas tecnológicas, novas formas organizacionais, novas formas ocupacionais, que aí rapidamente se instalam” (SANTOS, 1994, p. 72), como também seus impactos positivos e negativos.

A última categoria da unidade de análise “consumo”, a *intencionalidade mercantil*, diz respeito à afirmação de Santos (1994, p. 50) quando este diz: “Os objetos que conformam os sistemas técnicos atuais são criados a partir da intenção explícita de realizar uma função precisa, específica. Essa intencionalidade se dá desde o momento de sua concepção, até o momento de sua criação e produção”.

Em relação à intencionalidade para criação, esta categoria já foi analisada na seção 3 e, portanto, os depoimentos a seguir exemplificam a intencionalidade de “produção”, neste caso, de uso da UC e do ecoturismo ali existente.

Os ecossistemas são base da economia, todos eles, “né”? Todos os recursos naturais são base para, para, a economia. Então é necessário criar unidade de conservação para que esse uso não seja tão... Intenso, que aqueles ecossistemas deixem de existir, ou... Sofram agressão que não tenham retorno, “né”? Reposição. Esse é o... O... Principal motivo. Mas se cria unidade de conservação. (...) O que chama mesmo a ação do estado, pra criar uma unidade de conservação, é a proteção dos ecossistemas em função de uma atividade que esteja ocorrendo, por exemplo, a... A... Jenipabu, turismo sobre as dunas, então foi necessário criar uma unidade de conservação, pra poder o estado controlar aquela... Atividade que estava acontecendo ali intensamente e tendia a crescer cada vez mais. A reserva teve a proteção do, das dunas, do manguezal, e da atividade tradicional da pesca, que era a atividade principal lá. Então, sempre tem um... Uma... O... Primeiro até pra ação do estado, é a questão de proteger o ecossistema em função de... De... De se obter um desenvolvimento é... É... Equilibrado, “né”? Sustentável, daquela região, “né”? [...] No de uso sustentável pode acontecer, a... A... As ações, as atividades econômicas lá dentro. (TG1A) – APAJ.

Agora o que a gente tenta buscar é minimizar esses impactos, “né”? Então, de certa forma tentar buscar uma compensação a esse impacto, ou uma mitigação a esse impacto. Acho que devem ser mantidos, devem ser bem trabalhados, porque [a RDSEPT] têm grande potencial “pro” turismo. (TG5) – RDSEPT.

Após a exposição desses depoimentos notam-se distinções entre o primeiro e o último. Portanto, como exposto no quadro 6, observa-se que enquanto na APAJ a intencionalidade mercantil é evidentemente de preservação para uso econômico, na RDSEPT, o uso econômico

de bens naturais consta como possibilidade limitada à conservação da UC. Todavia, vale salientar que ambas UCs inspiram cuidados, pois, “na medida em que uma informação concebida cientificamente para mover objetos criados deliberadamente com intenção mercantil, através de um sistema de ações subordinado a uma mais-valia mundial, possibilita a criação de uma enorme cópia de fluxos, extremamente diversos uns dos outros, tornando o espaço mais complexo” (SANTOS, 1994, p. 50).

Passando à unidade de análise “conservação”, observam-se também diferenças significativas entre os depoimentos dos sujeitos ligados à APAJ e os sujeitos ligados à RDSEPT, gerando, portanto, resultados distintos. Quanto à categoria *ordenamento e limitações*, nota-se frequência expressiva de menções negativas às limitações impostas por vias legais entre os entrevistados da APAJ, enquanto que entre os entrevistados da RDSEPT, além do baixo índice de menções, houve também equilíbrio de opiniões.

Em relação à APAJ os depoimentos expressam o descontentamento de uns pela abertura concedida no momento da criação, ao se optar pela categoria de “Uso Sustentável”, e de outros por exercer forte limitação às atividades econômicas no lugar, inclusive, o turismo. Os depoimentos evidenciam também, a existência de conflitos entre poder público, privado e comunidade, bem como a ausência de fiscalização, apesar de APAJ ter avançado legalmente com a aprovação do zoneamento econômico-ecológico e do Plano de Manejo da área, fatos também mencionados nos depoimentos exemplificados a seguir:

Então a vida dessas pessoas está sendo mexida. Isso por quê? Porque muitas casas invadiram as dunas, “né” [da APAJ]? Com construções irregulares em áreas de preservação permanente, dentro de uma unidade de conservação. Levando a justiça a uma intervenção mais forte. Isso não foi observado pelo órgão ambiental em momentos anteriores, e deveria ter sido impedido que essa ocupação irregular fosse realizada. Mas não foi, infelizmente, o órgão não se pronunciou a com tempo, a tempo, “né”? E a situação hoje a gente “tá” tentando ver como media essa situação, que gerou um conflito social. (TG2)

Assim do jeito que “tá” é impossível. Você não pode hoje, eu sou morador daqui vinte e cinco anos, eu não posso rebocar meu muro, porque o IDEMA não deixa rebocar o muro, isso não existe. Se eu não reboco meu muro, um empresário não constrói uma pousada, porque isso vai gerar fonte de renda “pro” município, porque o IDEMA diz: “não aqui só é proteção ambiental”. “*lascou*”, é o que acabou “com nós”. (CA4) – APAJ.

Esses dias agora, um outro aí, houve uma polêmica muito grande. Que na verdade quem acaba essas dunas é os “buggres”, sabe? Os “buggres” que quando anda é quem, é diferente de uma pessoa andando, não tira areia nenhuma, num remove areia nenhuma. Mas um “buggre”, uma máquina lá em cima toda hora, toda hora, aí sim, “né”? (CA5) – APAJ.

Já na RDSEPT, como já mencionado, há equilíbrio de opiniões, muitos preferindo se referir à importância do ordenamento e das limitações do ecoturismo como nas demais atividades do que, simplesmente emitir opiniões positivas ou negativas a respeito. Todavia, também há a existência de conflitos de interesses, pois a população se divide entre àqueles que priorizam a conservação do ambiente e valorização das identidades e àqueles que anseiam pela chegada do progresso e do desenvolvimento, como mostrado nos depoimentos a seguir:

Então existe assim a premissa, porque não foi aprovado ainda o zoneamento, “né”? É, existe a minuta de lei, “tá” sendo assim a cada ano se prevê que vai aprovar aquilo, é o plano de manejo. Plano de manejo da unidade de conservação, não foi aprovado. Mas é praticado o turismo familiar, o turismo familiar. Então isso dentro dessa perspectiva de preservação mesmo, ele atende... [uma forma] de ordenamento, porque não se permite a entrada de resorts, pousadas... [...] Mesmo grandes grupos, é, mais, mesmo pequenos grupos com, ou mesmo uma pessoa que queira estar lá com uma pousada com um número de determinados de unidades habitacionais, não é permitido. Tem aquele, aquela capacidade “x”. Uma família só pode ter cinco unidades habitacionais por residência. Entendeu? Ela só atende aquele número. Aí tem as famílias cadastradas que podem receber essas pessoas e... É como se fosse é, um guia turístico com os hotéis disponíveis, só que esses hotéis são as residências da própria comunidade. (TG6B) – RDSEPT.

Hoje em dia é assim, muita gente acha a reserva boa, outras não acham. Questão assim, vamos supor, porque a gente mora há muitos anos na comunidade, e tem local que hoje em dia a gente não pode construir porque “somos proibido”, “tá” entendendo? (CR5A) – RDSEPT.

Segundo Seabra e Neu (2003, p. 134), estão entre as estratégias básicas para a conservação: “Definir conceitualmente a unidade de conservação e os objetivos de sua criação; Realizar inventário físico, socioeconômico e zoneamento ecológico da área; Promover a integração dos interesses ecológicos, científicos, sociais, econômicos e políticos, na ordem hierárquica proposta”, dentre outras. Entretanto, observa-se que a efetivação destas ações não tem sido acompanhada pela integração mencionada na terceira estratégia anteriormente citada, e configurando em mais um ambiente onde predomina o poder econômico, em detrimento do fator humano que envolve os aspectos sociais e ambientais.

Vale ressaltar, todavia, que os interesses da comunidade são diretamente influenciados pelo nível de percepção da importância da UC para seu cotidiano, desta feita, nota-se que os conflitos entre comunidade e poder público e/ou privado podem ter motivações distintas nas duas UCs, sendo na APAJ predominante a busca pelo desenvolvimento/crescimento, e na RDSEPT, pela conservação ambiental e cultural da área.

A categoria *envolvimento da população* segue a mesma perspectiva da anterior e, portanto, evidenciando diferenças de resultados entre as UCs. Na APAJ a quantidade de

menções à inexistência de participação da comunidade é superior aos que afirmam haver participação. Já na RDSEPT, há uma única menção à inexistência e a maioria opinou acerca da importância deste envolvimento.

Na APAJ àqueles que afirmam haver participação da comunidade nos interesses e atividades da UC, em sua totalidade, são técnicos e/ou gestores que também afirmam, como ilustrado a seguir, que a inclusão da comunidade faz parte da dinâmica da criação e gerenciamento de todas UCs:

É obrigatório que esse processo de criação, de planejamento, de elaboração de plano de manejo, e tudo isso seja um processo participativo, “né”? E a gente busca sempre a participação da comunidade, não só da comunidade, mas de todos os agentes que a gente julga importante, “né”? [...] A gente leva a conhecimento da comunidade, prefeitura, secretaria e tudo mais, dados de uma possível criação de uma unidade de conservação naquela, naquela área, “né”? E o que é, e pergunta ao pessoal, o que é que eles acham daquilo? Normalmente são debatidos audiências, essas coisas, toda comunidade, com a sociedade civil, com ONGs, prefeituras, com secretarias e órgãos e tudo mais. [...] Depois disso a gente tem todo um processo da criação de um conselho gestor, conselho gestor nada mais é do que a, a cara da comunidade, e, sendo representada ali, “né”? (TG5)

Todavia, apesar da participação comunitária se configurar como quesito imprescindível para a sustentabilidade do turismo (POLES; RABINOVICI, 2010), a participação da comunidade na APAJ se mostra somente através dos representantes da comunidade no Conselho Gestor periodicamente eleitos, como informado nos seguintes depoimentos:

[O envolvimento da comunidade] através dos seus representantes do conselho gestor, principalmente. Porque assim, a comunidade no geral as pessoas que não são representadas, que não fazem parte de entidades, não é de associações. Não tem o hábito de participar das reuniões. [...] A não ser que seja um tema [...] Que afete diretamente minha casa, meu quintal, meu bolso, ou alguma coisa, se não for assim, o pessoal não vai, não. Num tem essa consciência, entendeu? (TG1A)

Na APAJ muitas vezes eles [os moradores] não sabem nem que estão numa unidade de conservação da natureza. Só descobrem isso quando querem montar uma barraca na beira da praia, e chega a intervenção do órgão dizendo que ali não é possível, que vai degradar o ambiente, “tal”. Então tem todo um zoneamento pra área que a população ainda não se apropriou dele. [...] Foi apresentado, mas eles não se apropriaram ainda. Saber, muitos sabem que tem, mas não tiveram ainda interesse em de se apropriar disso. (TG2)

Vale explicar que as categorias de análise ligadas à conservação são interdependentes, assim sendo, o baixo índice de educação ambiental leva a um envolvimento menor da comunidade, redundando na ausência de compreensão do ordenamento e suas limitações, gerando, portanto, os conflitos sociais e a busca pelo desenvolvimento econômico como

“tábua de salvação”, em detrimento da valorização das identidades locais e do patrimônio natural.

Isto se dá porque, a participação das comunidades na criação, implantação e gestão das UCs ocorre, na maioria das vezes, apenas para que se possa realizar a transferência do conhecimento delas aos novos gestores, quase sempre técnicos indicados pelos órgãos públicos responsáveis pelas áreas. Assim, raramente as populações autóctones são envolvidas para compartilhar as decisões em todas as etapas de um projeto de intervenção (GIRALDELLA; NEIMAN, 2010).

Na RDSEPT, como exposto na seção 3, o envolvimento da população existe desde os momentos anteriores à criação da UC. Após a institucionalização da RDS com a criação do Conselho Gestor, a participação tem se limitado ao âmbito da representatividade no conselho desta, todavia, contando com a fiscalização da comunidade como informado nos depoimentos dos entrevistados:

Às vezes acontece de chegarem alguns, é, empresários lá [na RDSEPT], querendo devastar manguezal. E a própria ação do conselho gestor da RDS, impede que isso aconteça, avisa a fiscalização e o IDEMA é obrigado a ir lá pra intervir com mais vigor do que em outro momento. [...] A população lá [na RDSEPT] é bem mais mobilizada e tem mais consciência do que é estar numa Unidade de Conservação da natureza (TG2)

Antigamente o *cara* (sic) chegava lá tinha uma areazinha, uma areazinha lá e tal, aí... “Ah, eu vou cercar aqui”. Hoje já num, você já percebe que as coisas não acontecem como antigamente, “né”? Hoje a população é muito envolvida, muito participativa, e o grupo gestor também. Quando isso acontece, os órgãos públicos já são acionados mais rapidamente, mais eficaz, mais eficazmente. Isso realmente, é uma mudança. (TG8B) – RDSEPT.

Assim, na RDSEPT, os projetos de turismo consideram o momento, o ritmo e os aspectos culturais das comunidades em sua busca por autonomia, liberdade, participação e uso dos recursos. Todavia, a comunidade tem dificuldade em entender o tempo dos projetos e, como muitos demoram para ser implementados ou mesmo negociados com a comunidade de forma realmente participativa, estas tendem a desiludir-se e a desacreditar do projeto e de seus proponentes, realidade que pode acirrar disputas preexistentes entre os atores sociais locais.

Outro fator amplamente comentado durante as entrevistas foi a necessidade de repartição igualitária dos benefícios decorrentes do turismo, assim unindo à atividade pesqueira outra possibilidade de atividade econômica condizente com as limitações da UC. Desta forma, evitando-se o incremento na renda de alguns em detrimento de outros não

interessados no turismo e, portanto, evitando-se também novas desigualdades e conflitos (PESSOA; RABINOVICI, 2010).

Outra coisa que eu colocando junto ao ecoturismo, é a questão de, no caso, de envolvendo comunidade esse benefício ser repartido pra comunidade, “né”? Porque aí sim, aí entrava a questão econômica e social, “né”? Ambiental, econômica e social (TG1B).

Então eu, eu gosto muito do turismo de base comunitária. Porque o turismo de base comunitária traz nele muito explicitamente todos esses cuidados. E é a partir da comunidade que as devem acontecer, sabe? Então, os cuidados ambientais, tudo é a partir da comunidade, “né”? (TG1A)

Quanto à categoria *educação ambiental*, observa-se significativa distinção entre as duas UCs. Enquanto na APAJ a incidência de opiniões afirmando a inexistência de educação ambiental configura-se como maioria, na RDSEPT, grande parte dos entrevistados afirma existir educação ambiental na área.

Os depoimentos dos entrevistados ligados à APAJ têm como afirmação predominante a importância e/ou necessidade de uma Educação Ambiental (EA) na área, mencionam a ausência de palestras educativas, de sensibilização dos envolvidos, da construção da conscientização de cada sujeito e do real ecoturismo como instrumento para a EA. Os poucos entrevistados que mencionam atividades ligadas à EA, informam que as atividades educativas são realizadas raramente por iniciativa de instituições de ensino e pelo centro comunitário do lugar.

Os depoimentos a seguir retratam esta realidade:

Teve alguma coisa de, teve sim. De coisa de plantar, não. Mas de limpeza já saíram com as crianças, já “tá” melhorando que não tinha isso. Já. [...] Já fizeram vários “mutirão” já com as crianças de colégio, já. Isso eu já vi... Mutirão pra limpeza pra essa coisa. Mutirão pra limpeza pra essa coisa... É porque até tinha uns educadores aí que as escolinhas levam. Eles fazem um mutirão, vão a Jenipabu, passam o dia todinho, juntando saquinho, coisa e “tal”. Entendeu? Isso aí já tem sido feito, já. [...] Às vezes os adultos faz os “mutirão”, é os “bugueiro”. Às vezes. Tem uns *cara* lá que eles fazem um dia todinho pra eles limparem também as “praia”. Eles já fizeram isso. Eu sou testemunha disso, eu já vi, já. (CA6) – APAJ.

Acredito inclusive, que o ecoturismo deveria se preocupar, os fomentadores, não é? Os... Do ecoturismo, deveria ser preocupar em também usar as áreas de conservação, as unidades de conservação como um espaço para a educação ambiental. Que o próprio ecoturismo tivesse, não é? Na sua, no seu conteúdo é, é, dinâmicas, ou na sua atividade um espaço específico para as palestras educativas, para que fossem apresentados por exemplo, peças temáticas diante da fragilidade ambiental daquela área [a APAJ]. (TG4)

Sente-se, portanto, a ausência de um processo permanente de EA, que desencadeie atitudes relacionadas ao equilíbrio do indivíduo, da sociedade e do meio ambiente. Por isso, torna-se compreensível a carência de reflexão acerca dos comportamentos relacionados ao cotidiano frenético instituído pela lógica de consumo da atual sociedade. Afinal,

A educação ambiental é considerada um processo permanente pelo qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimento, os valores, as habilidades, as experiências e a determinação que os tornam aptos a agir – individual e coletivamente – e resolver problemas ambientais presentes e futuros (DIAS, 2004. p. 148).

Na RDSEPT o discurso predominante trata acerca do trabalho das diversas instituições a ela ligadas para a construção de uma consciência ambiental, como também, trata do diferencial do visitante da RDSEPT, como informa um dos entrevistados: “o ecoturista ele vem com um cuidado com a natureza. Ele quer conhecer o que ele não conhece, ele quer saber que aquilo ali vai ficar no futuro pra os filhos dele” (TG6B) A existência de EA também está presente na importância que é dada à criação da reserva para a conservação do ambiente e do próprio morador, como declara um dos entrevistados:

Se não tivesse essa reserva, acho que o mangue da gente já tinha acabado, a mata já não existia mais... Não existia mais nada... Acabava mesmo, e essa reserva foi bom, graças a Deus essa reserva foi ótima mesmo! (CR4B) – RDSEPT.

E assim ocorre a EA, “a partir da criação da reserva, da realização dos encontros ecológicos, “né”? Existe, mesmo não havendo essa absorção totalitária pela comunidade, a consciência da preservação nas comunidades que estão é, ligadas à reserva” (TG8A).

Dessa forma, minimizando a influência da sociedade do consumo do modo de vida da população autóctone, como declara este entrevistado:

Assim, hotéis e “tal”. Pode ser bom pra surgir emprego, mas pode prejudicar a nossa pesca, o meio ambiente também que vai ser devastado dunas, essas coisas assim, etc. [...] A reserva, na minha opinião, foi criada justamente pra isso, pra não acontecer esse tipo de devastação a natureza... Porque no tempo que foi criada essa reserva, os italianos disseram que tinham comprado... A nossa costa. Aí eles estavam planejando construir hotel, fazer, “né”? Que nem o turismo... Grandes negócios. Aí só sei que foi, na época da reserva, então ninguém podia mais nem pescar lá, porque eles queriam passar. (CR5A) – RDSEPT.

Este depoimento corrobora com o pensamento de que as questões abordadas pela EA não são todas estritamente de cunho ambiental, mas sim de uma transformação nos conceitos

que cada indivíduo constrói, sendo consideradas questões fundamentais de cada ser humano e seu papel na sociedade e no ambiente (MENDONÇA, 2005).

Quanto à categoria *convivência e interação*, percebe-se a mesma diferenciação entre as UCs, das categorias analisadas anteriormente da unidade de análise “conservação”. Desta feita, os entrevistados da APAJ mencionaram este quesito poucas vezes, em comparação aos entrevistados da RDSEPT e, negativamente, somente um entrevistado afirmou existir convivência e interação no ecoturismo praticado na área. Já os entrevistados da RDSEPT, dentre dezessete menções, onze afirmaram a existência de convivência e interação no ecoturismo realizado na área.

Assim, os depoimentos dos entrevistados revelam que na APAJ as práticas de convivência e interação com o ambiente e a comunidade são realizadas com fins pedagógicos por entidades como o grupo de escoteiros e fins científicos por pesquisadores das áreas naturais e sociais. Sendo abordada também a necessidade de uma integração do ecoturismo ao turismo convencional e seus atrativos, como a culinária e o artesanato, como citado abaixo:

E um turismo ele pode juntar o ecoturismo com uma visitação controlada, se buscando desenvolver ações de educação, mas ao mesmo tempo vê... Você tem uma cultura local, nós temos o artesanato local, nós temos a culinária local. (TG9) – APAJ.

Tal necessidade defendida por um dos entrevistados traz um fator preocupante, pois se estes atrativos foram potencializados junto ao turismo convencional, poderá potencializar também as alterações que sobrepõem a valores e riquezas tradicionais locais, tornando as manifestações culturais um espetáculo em atendimento às necessidades do mercado turístico e dos turistas. Esta situação pode atingir também o valor da autenticidade dos patrimônios materiais e imateriais, como o artesanato que é reproduzido somente para atender a demanda, perdendo suas características originais para atender as reproduções em série.

Na RDSEPT, a convivência e a interação presentes no discurso dos entrevistados estão relacionadas à inserção do turista no cotidiano dos moradores da reserva, através de trilhas ecológicas, pescarias, pernoites em casas de pescadores e o mútuo aprendizado cultural. Assim, demonstram os depoimentos abaixo:

Na RDS, eu fiquei sabendo de um tipo de estratégia turística, que os visitantes de fora eles, eles pagam pra, e passam dois ou três dias na casa do pescador, pra viver a vida do pescador. Então, ele pra casa do pescador, ele dorme na casa do pescador, acorda, e toma o café do pescador, vai pra jangada com o pescador, ele vive a vida do pescador. Então de certa forma ele “tá” trazendo, ele “tá” vindo que, pra conhecer a cultura, “né”? A região e tudo mais. E de certa forma “tá” trazendo dinheiro, pra

aquela comunidade, não vejo nenhum impacto negativo nisso, muito pelo contrário, um impacto positivo (TG5)

É. Fica mais a vontade, que nem na [pousada] de Elinho, “né”? A gente fica mais a vontade, é simples mas, fica aí na praia toma banho, conversa com as pessoas, faz amizade por aí, tira foto. (CR4A) - RDSEPT

[Ecoturismo é visitação] adequada, de convivência com o meio ambiente, de respeitar a comunidade local, o jeito de vida, a cultura local. [...] A “gente vai” (sic) nas comunidades pra ver como é que é, e respeitar aquilo lá. Vai tentar replicar aquilo que é bom em outras comunidades. [...] As pessoas vêm, ficam na comunidade, convivem com a comunidade depois “volta”, tanto leva coisa da comunidade na cultura, mas como também deixa”, “né”? [...] A gente vem também pra trabalhar com os pescadores pra conhecer como é que eles “tão” desenvolvendo o processo da RDS daqui. (TR1) - RDSEPT

Tais depoimentos comprovam que o ecoturismo pode ajudar a rever os paradigmas da sociedade contemporânea e a compreender que, sendo uma atividade educativa, deve estar embasada numa postura participativa de integração, com alto envolvimento afetivo, proporcionando vivências únicas aos visitantes, assim, influenciando o seu processo de mudança. Esta possibilidade é passível de se realizar, sobretudo, porque o contato com a natureza traz uma meditação acerca do próprio sentido existencial do ser humano, como também de sua relação com a sociedade, através do aguçamento das percepções (GEERDINK; NEIMAN, 2010).

Diferentemente das categorias anteriores, a busca por autossustentabilidade econômica obteve depoimentos similares dos sujeitos entrevistados de ambas UCs. Isto se dá pela presença humana e a existência de atividades econômicas inerentes à tipologia das UCs deste estudo (SNUC, 2000), tornando o controle de entradas e saídas um pouco mais complexo. Tal realidade é explicada por um dos entrevistados:

Em unidades de uso sustentável é muito difícil você [cobrar pela entrada]... Porque elas não são cercadas, elas não têm um espaço territorial delimitado, claramente que você, eu “tô” entrando e pra entrar eu pago. Entendeu? Num existe. (TG1A)

E por causa desta complexidade, há acentuado conformismo em relação à dependência financeira do poder público, como descreve um dos entrevistados:

O IDEMA é responsável por isso [manutenção financeira], “né”? Como o executor da política do meio ambiente, ele é responsável pela manutenção. Se é construído um ecoposto, é com os recursos do IDEMA, se é pra se construir uma cerca ao redor da unidade é o IDEMA que custeia, a mão de obra que fica no ecoposto, é paga pelo IDEMA, é, um convênio com a polícia ambiental, é paga pelo IDEMA, fiscalização, é paga pelo IDEMA, tudo é pago pelo IDEMA. Alguns, alguns recursos, vindos de compensação ambiental, de alguns empreendimentos de grande impacto, “né”?

Quando se não tem, existe empreendimentos de grande impacto pra o meio ambiente, que o IDEMA adota uma medida de compensação ambiental pra investir nele. Então ele cobra daquele empreendimento é, cerca de, varia de zero cinco por cento a meio por cento, do valor total que será gasto naquele empreendimento, cobra uma compensação ambiental. Então esse empreendimento, é, repassa esse dinheiro “pro” IDEMA, e o IDEMA utiliza, é obrigado a utilizar esse dinheiro em uma Unidade de Conservação, seguindo uma lista prioritária predestinada a isso, “né”? Então a gente pode utilizar desses recursos também, de compensação ambiental pra construção de alguns ecopostos, pra manutenção, pra pagar alguns funcionários, “né”? Pra realização de estudos, pra elaboração de plano de manejo. Então, mas, dessa forma o IDEMA é que, que “banca” tudo isso. (TG5)

Todavia, já observa-se entre os entrevistados algumas posturas que sinalizam para possibilidades de autossustentabilidade quanto à manutenção financeira das UCs através de cobrança pelas trilhas ecológicas, passeios de barco, cobrança de taxas ambientais, isto é, cobrança por atividades de ecoturismo dentro das UCs. Tais iniciativas são consideradas estratégicas para a conservação, desde que com os devidos cuidados. Assim torna-se possível encontrar na prática do ecoturismo, que respeite a capacidade de carga da região, um notável aliado para a consolidação das UCs (NEIMAN; PATRICIO, 2010).

Afinal, embora a gestão destas não deva estar sujeita às dinâmicas do mercado, a inserção do ecoturismo nessas áreas é conveniente para a geração da renda necessária para contornar as dificuldades financeiras para sua manutenção (FENNELL, 2002).

Vale atentar também para o desconhecimento da população acerca da manutenção financeira das UCs como revelam os depoimentos a seguir:

O governo não mantém nada. O governo aqui, só é bom no turismo. Isso aí... Quando passa a temporada aqui, aqui, não tem policiamento, aqui não tem nada. (CA6) – APAJ.

Tem três opção, que eu não sei explicar se, qual das três, se é as três. Que tem o IDEMA, o IBAMA e a PETROBRÁS, pra mim é a PETROBRÁS. Porque ajudou lá no rancho, ajudou em muita coisa aqui foi a PETROBRÁS. O IDEMA, o IBAMA faz muita reunião as “vez”, “né”? Pra poder, sobre a reserva. (CR4A) – RDSEPT.

Quanto à categoria *participação de atores externos*, como no quesito anterior, este também apresentou equilíbrio de resultados entre as duas UCs. Havendo maioria nas afirmações de que há existência da participação de atores externos, como pesquisadores e ONGs no processo de planejamento do ecoturismo e demais atividades inseridas nas UCs.

Normalmente há [participação de atores externos], é, devido a deficiência do corpo técnico do IDEMA, “né”? Pra construção desses aparatos normativos, plano de manejo, decretos e tudo mais. Normalmente se dá através de convênios, “né”? De apoio técnico e científico, convênios com universidades, fundações e universidades, inclusive ONGS também, na elaboração desses, desses documentos. Então,

praticamente, todos os documentos são elaborados com auxílio de consultorias. Seja ela da fundação da Universidade Federal, da CEFET, da UnP, é, de ONGS, “né”? Então a gente elabora um, firma um convênio de cooperação técnica e científica com essas fundações e universidades, e eles dão um aporte de professores, doutores, pessoas que tem uma carga maior e melhor de conhecimento, “né”? Pra elaboração desses documentos (TG5) – APAJ e RDSEPT.

As universidades, com seus trabalhos de pesquisa e extensão, pesquisar lá, ali [a APAJ] é... É um laboratório, então, de vários campos das ciências, naturais e sociais. (TG9) – APAJ.

Porque existe a, a, universidade ela tem cadeira no conselho [da RDSEPT]. A universidade federal. [...] Hoje é a UERN. (TG6A)

A participação de atores externos está prevista no Plano de Manejo da APAJ (2009), como também na Lei de criação da RDSEPT (2003), em observância ao SNUC (2000), visando através desta parceria “incentivar a realização de pesquisas científicas para o conhecimento dos ecossistemas existentes visando o uso sustentável da área” (RN, 2003, Art. 2º, II). E, portanto, se configurando como mais uma estratégia para a conservação.

Assim, é possível inferir que este quesito tem sido observado em ambas UCs. Todavia, esta participação recebeu críticas e solicitações da parte dos entrevistados que vale citar para futuras agendas de pesquisa objetivando a consolidação da conservação das UCs.

Lá [a APAJ] é uma unidade que há uma necessidade que a produção acadêmica, em termos de pesquisa, seja desenvolvida lá. Até pra poder funcionar como subsídio a gestão. Então pra gente proteger a gente precisa conhecer. Então as pesquisas das universidades, sejam aspectos socioeconômico ou natural. Há uma necessidade pra que as pesquisas venham pra que a gente aperfeiçoe a gestão, não é (TG9).

Que na reserva, pelo menos, as pesquisas respondam. [...] A população “tá” ficando cansada. Eu escutei um pescador dizer: “já “tô” cheio de pesquisa aqui, as pessoas vem perguntar as coisas a gente, depois vão embora e eu quero é coisa concreta acontecendo, a gente precisa”. É que as coisas concretas, as ações concretas. [...] Recebem muito bem as pessoas, mas “tá” chegando um ponto que “tá” ficando saturado. [...] Que os pesquisadores tenham conhecimento da questão da elaboração do plano de manejo, certo? E se integre nessa elaboração e daí pode... Que existe as diretrizes do plano de manejo pra se trabalhar na pesquisa, “né”? Inserir a pesquisa nessas diretrizes do plano, e aí ter a possibilidade de dá continuidade a trabalho de pesquisa, “né”? A pesquisa acabou, mas dar uma contribuição, continuidade a, contribuindo com a gestão da unidade de conservação. [...] Ninguém pergunta o que é que realmente a reserva “tá” precisando pra eu ver se encaixa na, no meu departamento, no meu programa, pra poder eu desenvolver um projeto. [...] Então, se começar, as universidades chegarem aqui e perguntarem, aqui ou na reserva em qualquer lugar, quais são as necessidades que realmente existem, para que a minha pesquisa contribua. [...] Esses casos principais que a gente “tá” precisando, sabe? Que a reserva “tá” precisando, e aí se fossem desenvolvidas pesquisas pra isso, eu acho que “era” uma contribuição muito grande. (TG1A)

Vale ressaltar, todavia, que o dilema mais importante oriundo do pensamento voltado para a sustentabilidade e, portanto, da maioria dos pesquisadores e estudiosos, é o fato dele se tornar em alternativa para o poder hegemônico e o risco de contradizer os pressupostos ideológicos de base político-social, atuando como reforço ao capital, retirando a autonomia dos indivíduos à resistência, ou seja, a ciência como promotora de imposições hegemônicas à sociedade (SANTOS, 1994; POLES; RABINOVICI, 2010).

A última categoria da unidade de análise “conservação” *intencionalidade simbólica* trata da afirmação de Santos (1994, p. 50) quando ele afirma: “os objetos que conformam os sistemas técnicos atuais são criados a partir da intenção explícita de realizar uma função precisa, específica. Essa intencionalidade se dá desde o momento de sua concepção, até o momento de sua criação e produção”.

Em relação à intencionalidade para criação, esta categoria já foi analisada na seção 3 e, assim sendo, os depoimentos a seguir exemplificam a intencionalidade de “produção”, neste caso, de uso da UC e do ecoturismo ali existente.

Ao afirmar que a intencionalidade é simbólica, significa dizer que os fins e usos das UCs possuem intencionalidades voltadas para a conservação do meio natural e qualidade de vida da população autóctone, diferentemente da intencionalidade mercantil, que prioriza o fator econômico em detrimento dos demais fatores.

Desta feita, explica-se a síntese dos depoimentos constante no quadro 7: na APAJ tem-se como intencionalidade simbólica assegurar a permanência dos recursos naturais e na RDSEPT a preservação e o respeito às comunidades tradicionais. Apesar de sutil, certamente existe distinção entre essas duas afirmações, pois a garantia da manutenção dos recursos está diretamente ligada à intencionalidade mercantil antes analisada, isto é, assegurar para consumir economicamente. Já na RDSEPT, prioriza-se o local, a conservação dos valores coletivos, tendo-se o ecoturismo e demais atividades econômicas como possibilidade, desde que em observância às limitações da reserva e que seus benefícios sejam partilhados com todos os envolvidos.

Os depoimentos a seguir revelam esta análise:

Ele [o turismo] pressiona e qualifica determinados espaços pra que não sejam utilizados como depósito de lixo ou é, ocupações irregulares. Ele qualifica como espaços que são mantidos de forma ordenada, porque o turista quando vem, não vem pra ver lixo, não vem pra ver miséria, não vem pra ver desgraça, vem pra ver coisa bonita, conservada, preservada. Não é? E também pressiona os órgãos das três instâncias, esferas públicas como federal, estadual e municipal. Pra que trabalhem de forma qualificada também esses locais. (TG2) – APAJ.

[Ecoturismo] é um turismo é, focado para uma abordagem dos sistemas naturais. Sistemas naturais. [...] Então, o ecoturismo na hora que você tem o turismo voltado pras, pra utilização de um potencial, um sistema natural, eu associo ao ecoturismo. [...] É uma forma de que a gente mantenha uma conservação, mas que você agrega uma possibilidade de uso sustentável, “né”? [...] Ecoturismo, na minha percepção, é um campo de atuação, que a gente conjuga o aspecto natural ecológico com o aspecto social, com um olhar pra o turismo. E gerando renda sem degradar. (TG9) – APAJ.

A [criação da] RDS foi o respeito àquelas populações que tem lá. Reconhecidas como comunidades tradicionais. E que essas populações têm que ser mantidas, em equilíbrio, certo? Na sua vida, nas suas práticas tradicionais. São comunidades de pescadores, “né”? Que usam os recursos naturais de forma, de forma sustentável, “né”? (TG2)

[Ecoturismo] é o turismo ligado à ecologia visando a preservação e o conhecimento. [...] Ele geralmente não retira, quer dizer ele não retira, não é? Ele não retira, geralmente ele não retira. Ele vem com o objetivo de conhecer, de preservar... Porque o conhecimento que você tem, você participando do ecoturismo, é muito diferente do turismo de massa. (TG6B) – RDSEPT.

O objetivo principal é manter e conservar, “né”? Os recursos naturais ali existentes, “né”? Fazer com o que a população daquela área é, se conscientize da importância daquele ecossistema, daquele ambiente pra a sustentabilidade da própria comunidade. [...] Que as pessoas saibam que aquilo ali “tá” completamente, direcionadamente ligado ao seu convívio, e que é importante que aquilo ali seja preservado. (TG8B)

Pode-se, portanto, concluir que é possível pensar o ecoturismo localmente, não o inserindo nos projetos acrílicos que mantêm intactos os valores neoliberais imbutidos no conceito de desenvolvimento sustentável. Assim, também não coadunando com a atribuição de valores monetários à natureza para que seja mais uma mercadoria em negociação na atual sociedade do consumo.

5 ECOTURISMO: uma conservação possível na sociedade contemporânea?

Ao longo da presente pesquisa foram discutidas as relações entre conservação e consumo e suas influências no ecoturismo realizado nas Unidades de Conservação de uso sustentável do Rio Grande do Norte selecionadas para este estudo, i.e., a APAJ e a RDSEPT. Diante disso, foi realizada uma reflexão crítica acerca da relação conservação *versus* consumo constante na prática do ecoturismo em UCs no contexto da atual sociedade. Isso permitiu a análise do processo histórico de formação da APAJ e da RDSEPT, à luz do par contraditório conservação-consumo e a apreensão da percepção acerca do ecoturismo dos atores envolvidos com o ecoturismo nas referidas UCs de uso sustentável do RN. Sendo assim, entende-se que os objetivos traçados para a pesquisa foram alcançados.

Neste estudo o ecoturismo foi interpretado como uma atividade e/ou prática que carrega em si um conceito contraditório, no qual propõe conservar ao mesmo tempo em que consome. Para tanto, levou-se em consideração o atual contexto histórico de proeminência da sociedade capitalista e de mercado, bem como as necessidades de conservação do meio natural e social para o bem-estar comum.

Assim, se por um lado, procurou-se abordar criticamente a dinâmica destes elementos contraditórios inerentes ao ecoturismo, por outro se buscou, através das entrevistas e documentos analisados, apreender a empiricização de tal dinâmica no processo histórico de criação e até mesmo de funcionamento das UCs – APAJ e RDSEPT, como também na percepção acerca do ecoturismo dos sujeitos diretamente ligados à sua prática nelas. Deste modo, demonstrou-se pragmaticamente como se dá a realização da sociedade humana em sua dinâmica, tratando, portanto, do espaço e seu uso, da materialidade e suas formas, das ações e suas diversas feições na prática do ecoturismo.

Os resultados apontam que se deve reconhecer a sociedade do consumo e seus desdobramentos como fato, nisto inserindo-se também o ecoturismo e suas contradições. Nessa perspectiva, o meio natural conforma-se como mercadoria para a atividade ecoturística, necessitando do mercado para sua mediação, transformando-se, por vezes, em alternativa para o desenvolvimento do poder hegemônico, contradizendo os pressupostos ideológicos de conservação nos quais se baseia e até mesmo reforçando, muitas vezes, a importância de uma prática dirigida ao capital, modificando a essência de sua existência.

Nesse contexto, tornou-se relevante a análise crítica desta dinâmica, ensejando através desta, o apontamento de caminhos condizentes ou mais próximos do que se conhece por ecoturismo nas UCs, por meio da captação da dimensão histórica deste. Este posicionamento

contraria a razão que hoje se manifesta na ciência e na técnica, isto é, uma razão instrumental, repressiva que leva ao “controle totalitário da natureza e a dominação incondicional dos homens” (HOKHEIMER, 1980). Dominação esta, protagonizada por ações e objetos do poder hegemônico ou hegemônizante do mercado.

Assim, a pesquisa indicou que o conceito polissêmico do ecoturismo é um dos mais discutidos no estudo do turismo. Alguns autores o definem como “guarda-chuva” (PIRES, 2002), pois envolve múltiplas atividades como as de *trekking*, escaladas, espeleologia, cavalgada, mergulho, *rafting*, rapel, além de incursões na natureza para pesquisa, observação da fauna e flora, turismo rural e o envolvimento com a comunidade autóctone (FACO; NEIMAN, 2010).

Desde sua concepção inicial até as variadas práticas mercadológicas na atual sociedade, o conceito de ecoturismo passou a ter diversos significados, propiciando que cada segmento da sociedade que se envolve com a prática leve em consideração seus interesses. Por isso, cada sujeito - gestores, técnicos, comunidade local, turistas, acadêmicos e o *trade* turístico - atribui distintas significações e critérios para sua prática.

Esta realidade leva a uma abordagem superficial do tema, dificultando um questionamento crítico, situação esta, aproveitada pelo mercado, como fuga dos pressupostos fundantes que o criaram e fazendo-o se entregar ao grande objetivo da sociedade do consumo: a busca do lucro a todo custo. Deste modo, a pesquisa mostrou que o uso mercadológico do prefixo “eco” tem atuado como uma nova roupagem para o que na realidade ainda se revela antigo, ou seja, usa-se a conservação como justificativa para mais um novo tipo de consumo.

O ecoturismo busca ser uma alternativa ao turismo convencional, todavia, não será tal alternativa apenas por ser realizado em um ambiente natural protegido ou por viabilizar o contato com a cultura local, mas primordialmente pelo caráter influenciador e condutor de aprendizado a que se propõe. Desta feita, não podendo desconsiderar o atual contexto de consumo, torna-se premente um novo posicionamento do ecoturismo na sociedade contemporânea, levando em consideração as raízes teóricas e ideológicas que o criaram, priorizando, portanto, a conservação em sua totalidade, em detrimento do poder hegemônico do consumo.

Considerando o referencial teórico fundamental da pesquisa, nota-se na análise relevantes distinções na dinâmica de conservação *versus* consumo no contexto do processo histórico das UCs (APAJ e RDSEPT), todavia em ambas o poder hegemônico do mercado teve forte influência tanto para criação, como para o uso através do ecoturismo e outras atividades econômicas, ocasionando, entretanto, reações distintas nos sujeitos envolvidos.

Assim, foi possível constatar que as discussões para criação da APAJ se deram em torno da manutenção de um recurso natural para proveito da atividade turística, a qual já havia se instalado no lugar e se realizava de forma não planejada. Atualmente ainda é possível observar a dominação do mercado sobre a área. É notória a valorização do turismo de massa para o “desenvolvimento”, isso na fala dos gestores e, por conseguinte, da comunidade que ali vive que o enxerga como “tábua da salvação” e sobrevivência da população.

Tal posicionamento influencia diretamente no fluxo de turistas que visita a área, pois a pesquisa indica a ausência de informação acerca da existência da APAJ, como também de postura conservacionista por parte daqueles que a visitam.

De modo contrário ocorreu na RDSEPT, pois com a chegada de investidores da atividade turística, trazendo consigo o mercado especulatório e a expulsão dos pescadores nativos, a comunidade se organizou e lutou para salvaguardar os recursos naturais e culturais da exploração do poder hegemônico por intermédio da criação da reserva. O estudo aponta que esta atitude influenciou nas políticas e ações públicas para a região, evitando a busca pelo volume na demanda turística e a inserção de verticalidades, na forma de empreendimentos turísticos, contrárias às diretrizes do TBC, adotado pela comunidade local.

Estes resultados demonstram que, apesar da coexistência de intencionalidades mercantis e simbólicas em ambas UCs, é possível observar a predominância de características da sociedade do consumo no processo de criação e nas atividades produtivas da APAJ, realidade esta, oposta àquela existente na RDSEPT, isto é, naquela área há a predominância das características conservacionistas apregoadas pelo ecoturismo.

Esta constatação também se comprova na percepção dos atores entrevistados, os quais estão envolvidos com o ecoturismo nas UCs pesquisadas. Ou seja, as diferenças presentes no processo de criação também estão presentes no cotidiano e discurso dos envolvidos.

Assim, os sujeitos ligados à APAJ têm como tônica da fala, a procura do crescimento econômico e o incremento da demanda turística, justificada pelo discurso de geração de emprego e renda inerente às práticas do mercado. Nota-se também a ausência de informação e formação através da educação ambiental que proporcione o aprendizado para resistência ao poder hegemônico e a busca pelo desenvolvimento local, em detrimento da sobrevivência sob o jugo do mercado. Esta realidade mostra-se presente também entre os gestores, pois alguns demonstraram desconhecimento acerca das atividades, normas e desdobramentos dos conflitos na área durante as entrevistas, mesmo estando em sua gestão há algum tempo.

A partir de tais constatações pode-se inferir, portanto, que o turismo realizado nesta UC (APAJ) não pode ser denominado de ecoturismo, corroborando com a parte inicial destas

considerações e, sobretudo, com a teoria apresentada. Assim, apesar de esta atividade ser realizada em uma ANP, ela não ocorre com observância às diretrizes conservacionistas, tais como: a ativa participação da comunidade no planejamento e na realização das atividades na natureza, a aplicação da educação ambiental entre os moradores e visitantes, a inserção de um turismo de impacto mínimo com controle de visitação turística e, sobretudo, a divulgação da área como lugar protegido e promotor da cultura local visando à mudança do perfil do turista que a visita. Tais inferências demonstram que o turismo que ocorre na APAJ se configura como reafirmação do turismo convencional, isto é, o turismo massivo.

Quanto à RDSEPT apreende-se um posicionamento contrário ao constatado na prática do ecoturismo da APAJ. Assim, percebe-se no discurso dos sujeitos entrevistados um entendimento acerca da importância da criação da reserva, bem como da necessidade de limites e ordenamento para a inclusão do turismo como atividade econômica na área. Tais posturas podem ser resultantes dos periódicos encontros ecológicos realizados nesta, como também da ativa participação de ONGs em sua gestão, propiciando a concretização da educação ambiental, e auxiliando-os na construção de um sentimento de pertencimento e valorização dos recursos ali existentes.

Estas características evidenciam um alinhamento entre as diretrizes do ecoturismo e as práticas observadas na RDSEPT. Espera-se, portanto, que se torne um modelo de ecoturismo com ênfase no Turismo de Base Comunitária. Todavia, há necessidade de atenção às atitudes preservacionistas extremadas que busquem tão somente respostas imediatas ou se fechem a novas possibilidades de atuação, possibilitando, assim, um equilíbrio no desenvolvimento local por intermédio da parceria com pesquisadores e/ou instituições que proponham resultados em longo prazo com base conservacionista.

Sugere-se para estudos futuros a análise das dinâmicas de conflitividades sociais decorrentes da prática do ecoturismo e seus desdobramentos enquanto promotor de inclusão social.

Por fim, a presente pesquisa pretende ser fonte inspiradora para que o modo de desenvolvimento do ecoturismo em Unidades de Conservação, especialmente na APAJ e na RDSEPT, seja resultado de ampla reflexão sobre o futuro dos recursos existentes, movida pelo anseio da comunidade, unida aos gestores/técnicos e ecoturistas, na busca por atuações inovadoras que agreguem os saberes locais. Desse modo, propicia-se uma melhor observância aos princípios da conservação em meio a sociedade do consumo em sua dinâmica.

REFERÊNCIAS

ÂNGELO FURLAN, S. Ecoturismo: do sujeito ecológico ao consumidor da natureza. In RODRIGUES, A. B. *Ecoturismo no Brasil, Possibilidades e Limites*. São Paulo: Contexto, 2003. pp. 47-58.

BARBOSA, L. *Sociedade de consumo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa. 5. ed. Edições 70. 2010.

BOULLÓN, R. *Ecoturismo: sistemas naturales y urbanos*. 2. ed. Buenos Aires: Librerías Turísticas, 2000.

BOYER, M. *História do turismo de massa*. Bauru: EDUSC, 2003 (Coleção Turis).

BRASIL. Grupo de Trabalho Interministerial MICT/MMA. *Diretrizes para uma política nacional de Ecoturismo*. Brasília: EMBRATUR, 1994.

_____. [MMA] Ministério do Meio Ambiente. *SNUC: Sistema Nacional de Unidades de Conservação*– SNUC: lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto n. 4.340, de 22 de agosto de 2002. Brasília: MMA, 2000.

_____. [MTUR – Secretaria de Políticas do Turismo] *Programa de qualificação à distância para o desenvolvimento do turismo: roteirização turística, promoção e apoio à comercialização*. 2. ed. Florianópolis: SEaD/UFSC, 2010.

BRUHNS, H. T. *A busca pela natureza: turismo e aventura*. Barueri, SP: Manole, 2009.

BOO, E. O planejamento ecoturístico para áreas protegidas. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. *Ecoturismo: um guia de planejamento e gestão*. São Paulo: SENAC, 2002. pp. 31-57.

CACHO, A. N. B.; AZEVEDO, F. F. O turismo no contexto da sociedade informacional. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. v.4, n.2, p.31-48, ago. 2010.

CARSON, R. *Primavera silenciosa*. São Paulo: Gaia, 2010.

CARLOS, A. F. A. In: YÁZIGI, E.; _____.; CRUZ, R. de C. de A. (org), *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. pp. 25-37.

CASTELLS, M. *Sociedade em rede*. 11. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

CATAIA, M. A alienação do território. In: SOUZA, M. A. (org). *Território Brasileiro: usos e abusos*. pp. 397-407. Campinas: Edições Territorial, 2003.

CAVALCANTI, C. Breve introdução à economia da sustentabilidade. In: _____. (Org.) *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez, 1995.

CMMAD – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

COSTA, P. C. *Unidades de conservação: matéria-prima do ecoturismo*. São Paulo: Aleph, 2002. (Série Turismo).

CRUZ, R. de C. de A. As paisagens artificiais criadas pelo turismo. In: YÁZIGI, E. (org) *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002 (Turismo Contexto). pp. 107-119.

_____. *Geografias do turismo: de lugares a pseudo-lugares*. São Paulo: Roca, 2007.

DALE, P. Definindo o ecoturismo... Pra quê? Pra quem?. In: NEIMAN Z.; MENDONÇA. R. (Orgs.) *Ecoturismo no Brasil*. Barueri: Manole, 2005, pp. 2-16.

DENCKER, A. de F. M. *Hospitalidade e turismo*. Palestra realizada no Congresso de Turismo Rural e Ecológico. Cachoeira do Itapemirim, Espírito Santo – ES, 21 set 2007.

DIAS, G. F. *Educação ambiental: princípios e práticas*. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DIEGUES, A. C. *O mito na da natureza intocada*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

_____. (org.) *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo, SP: Hucitec, 2000.

DINIZ. R. *Planície de deflação em Redinha Nova, seguida de um campo de dunas*. Geoconsult: PEMFAA – IDEMA, 2006. il. color.

_____. *Dunas fixas no entorno da Lagoa de Jenipabu*. Geoconsult: PEMFAA – IDEMA, 2006. il. color.

_____. *Estreita faixa de praia na APA de Jenipabu, à frente da planície de deflação*. Geoconsult: PEMFAA – IDEMA, 2006. il. color.

_____. *Superfície plana do tabuleiro costeiro expondo os sedimentos avermelhados do grupo barreiras*. Geoconsult: PEMFAA – IDEMA, 2006. il. color.

_____. *Planície fluvial do Rio Doce, vale encaixado entre o tabuleiro costeiro*. Geoconsult: PEMFAA – IDEMA, 2006. il. color.

_____. *Planície flúvio-marinha associada ao Rio Ceará-Mirim na Praia de Jenipabu e o desenvolvimento da vegetação de manguezal*. Geoconsult: PEMFAA – IDEMA, 2006. il. color.

ENGELS, F. *A dialética da natureza*. 3. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

FACO, R. A.; NEIMAN, Z. A natureza do ecoturismo: conceitos e segmentação. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (orgs.) *Turismo e meio ambiente no Brasil*. Barueri, SP: Manole, 2010.

FENNELL, D. A. *Ecoturismo: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2002 (Coleção Turismo Contexto).

FERRETTI, E. R. *Turismo e meio ambiente*. São Paulo: Roca, 2002.

GALLERO, A. L. El impacto de la globalizacion sobre el turismo. In: RODRIGUES, A. B. (org) *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996. pp. 33-38.

GALVÃO, M. L. de M. *Rio Grande do Norte: Geografia*. Natal, Edição do Autor, 2005.

GEERDINK, E.; NEIMAN, Z. A educação ambiental pelo turismo. In.: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (orgs.) *Turismo e meio ambiente no Brasil*. Barueri, SP: Manole, 2010. pp. 63 – 83.

GIL, A. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIRANDELLA, H.; NEIMAN, Z. Planejamento e gestão em áreas protegidas. In.: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (orgs.) *Turismo e meio ambiente no Brasil*. Barueri, SP: Manole, 2010. pp. 124 – 148.

GONÇALVES, M. C. F. *Filosofia da natureza*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GUERREIRO RAMOS, A. *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989

HALL, C. Michael. *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto, 2001.

HAYMAN, J. *Investigacion y educacion*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1973.

HORKHEIMER, M. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: BENJAMIN, Walter et al. *Textos escolhidos*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

HOUAISS, A; VILLAR, M. de S. FRANCO, F. M. de M. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HINTZE, H. *Ecoturismo na cultura de consumo: possibilidade de educação ambiental ou espetáculo?* 2008. Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Universidade de São Paulo.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE (IDEMA/RN). *Plano de manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (RN)*: documento síntese. Natal, 2007.

IRVING, M. de A.; BURSZTYN, I.; SANCHO A. P. et al. *Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico*. Caderno Virtual de Turismo, v.5, n.4, pp. 1- 8, 2005.

LIMA, M. L. C. (Eco) turismo em Unidades de Conservação. In: RODRIGUES, A. B.; *Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites*. São Paulo: Contexto, 2003. pp. 71-87.

LINDBERG, K.; HAWKINS, D. (orgs.) *Ecoturismo: um guia para o planejamento e gestão*. São Paulo: SENAC, 2002.

LOPES JR., E. Urbanização turística, cultura e meio ambiente no Nordeste brasileiro. In: In: SERRANO, C. A.; BRUHNS, H. T. (org.) *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*. 4. ed. Campinas: Ed. Papirus, 2001. pp. 43-58.

LOUREIRO, C. F. B.; ALBUQUERQUE, E. C. P. T. de; BARRETO, B. M. V. B. *Sustentabilidade, exclusão e transformação social: contribuições à reflexão crítica da Educação Ambiental e da Comunicação no Brasil*. n. 9. Rio Grande : Ambiente e Educação, 2004. pp. 123–138.

MAFFESOLI, M. *No fundo das aparências*. Petrópolis: Vozes, 1996.

MARINHO, A. *Do bambi ao rambo ou vice-versa? As relações humanas com a natureza*. Revista Conexões: Campinas, FEF/Unicamp, n 3, dez, 1999.

MENDONÇA, R. Educação ambiental e ecoturismo. In.: MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. (Orgs.). *Ecoturismo no Brasil*. Barueri: Manole, 2005.

MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 6. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.

MORAES, W. O turismo comunitário como instrumento de desenvolvimento sustentável. Revista Ecotour, Mai. 2007. Disponível em: <http://www.revistaecotour.com.br/novo/home/default.asp?tipo=noticia&id=1759>> Acesso em: 09 de mai 2011.

MOREIRA, I. V. D. (org.) *Vocabulário básico de meio ambiente*. Rio de Janeiro: Serviço de Comunicação Social da Petrobrás, 1990.

MOURA, G. *Um Rio Grande e Macau: cronologia da história geral*. Natal: G. Moura, 2003.

NASCIMENTO, A. O.; SOUZA, J. E. S. GT de Turismo da RDSEPT: trajetória. *Revista do VIII Encontro Ecológico da RDS Estadual Ponta do Tubarão*. Ano VI. v.1, série 1, p. 11-12. nov. 2008.

NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (orgs.) *Turismo e meio ambiente no Brasil*. Barueri, SP: Manole, 2010.

NOBRE, I. M. *Revelando os modos de vida da Ponta do Tubarão*. 2005. 260f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

OLIVEIRA, I. Turismo gera 140 mil empregos na grande Natal. *Revista RN em Foco*. Natal/RN, ano VII, nº. 104, p. 24-26, fev. 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Guia de desenvolvimento do turismo sustentável*. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PATRICIO, R. F.; NEIMAN, Z. Ecoturismo e conservação dos recursos naturais. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (orgs.) *Turismo e meio ambiente no Brasil*. Barueri, SP: Manole, 2010. pp. 84 – 104.

PESSOA, M. A.; RABINOVICI, A. Inserção comunitária e as atividades do turismo. In.: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (orgs.) *Turismo e meio ambiente no Brasil*. Barueri, SP: Manole, 2010. pp. 105 – 123.

PIRES, P. dos S. *Dimensões do ecoturismo*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

POLES G.; RABINOVICI, A. O ambientalismo, o turismo e os dilemas do desenvolvimento sustentável. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (orgs.) *Turismo e meio ambiente no Brasil*. Barueri, SP: Manole, 2010. pp. 1 – 24.

PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. *Biologia da conservação*. Londrina, PR: Ed. Planta, 2001.

RAMALHO, A. L.; SILVA P. B.; RABINOVICI, A. O turismo no contexto da sustentabilidade. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (orgs.) *Turismo e meio ambiente no Brasil*. Barueri, SP: Manole, 2010. pp. 25 – 42.

RAMPAZZO, S. E. A questão ambiental no contexto do desenvolvimento econômico. In: BECKER, D. (Org.) *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?* 4. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

REIGOTA, M. *Meio ambiente e representação social*. São Paulo: Cortez, 1995.

RIBEIRO, G. L.; BARROS; F. L. de. A corrida por paisagens autênticas: turismo, meio ambiente e subjetividade no mundo contemporâneo. In: SERRANO, C. A.; BRUHNS, H. T.

(org.) *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*. 4. ed. Campinas: Ed. Papirus. 2001. pp. 27-42.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RIO GRANDE DO NORTE [ESTADO]. *Lei nº 8.349 de julho de 2003*. Cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão, na região de Diogo Lopes e Barreiras e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, Natal, 2003.

_____. [IDEMA] Núcleo de Unidades de Conservação. *Plano de manejo da área de proteção ambiental – APA Jenipabu*. Relatório de consolidação. Natal, 2009.

_____. [SETUR]. Secretaria Estadual de Turismo. *Pesquisa de demanda turística*. Natal: Perfil, 2009.

_____. [IDEMA] Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN. Disponível em:

<http://www.idema.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/idema/unidades_de_conservacao/gereados/unidades_de_conservacao.asp>. Acesso em: 07 fev 2010.

RN avança nos indicadores econômicos e sociais. PSB – Partido Socialista Brasileiro. Disponível em:

<http://www.psbrn.org.br/noticias/rn_avanca_nos_indicadores_economicos_e_sociais_/188/>. Acesso em: 27 de fev 2008.

RODRIGUES, A. B. Desafios para os estudiosos do turismo. In: RODRIGUES, A. B. *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996. pp. 17-31.

_____. *Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

_____. *Ecoturismo – limites do eco e da ética*. In: RODRIGUES, A. B.; *Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites*. São Paulo: Contexto, 2003. pp. 29-45.

RODRIGUES, A. M. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. de A. (org), *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. pp. 55-62.

SAMPAIO, C. A. C. *Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia e sua prática sob a denominação turismo comunitário*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SANDEVILLE JR, E. A paisagem natural tropical e sua apropriação para o turismo. In: YÁZIGI, E. (org) *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002 (Turismo Contexto). pp. 141-159.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: formação espacial como teoria e como método.: In SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade: Ensaios*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987. (Coleção Espaços).

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos).

_____; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SEABRA, G. F. *Ecos do turismo: o turismo ecológico em áreas protegidas*. Campinas: Papyrus, 2001.

_____. NEU, C. A face social do ecoturismo no Parque Nacional da Chapada Diamantina. In: CORIOLANO, L. N. M. T.; LIMA, L. C. (Orgs.). *Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental*. Fortaleza: EDUECE, 2003. pp. 132 – 142.

SERRANO, C. M. T. A vida e os parques: proteção ambiental, turismo e conflitos de legitimidade em unidades de conservação. In: SERRANO, C. A.; BRUHNS, H. T. (org.) *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*. 4. ed. Campinas: Ed. Papyrus. 2001a. pp. 103-124.

SONAGLIO, K. E. *A transdisciplinaridade no processo de planejamento e gestão do ecoturismo em unidades de conservação*. 2006. Tese (Doutorado em Engenharia Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SOULÉ, M. *What is conservation biology?* n 35. *Bioscience*, 1985. pp. 727 – 734.

SOUSA SANTOS, B. de. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SWARBROOKE, J. *Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental*. v. 1. São Paulo: Aleph, 2000a.

_____. *Turismo sustentável: meio ambiente e economia*. v. 2. São Paulo: Aleph, 2000b.

TEIXEIRA COELHO N., J. Um decálogo, dois teoremas e uma nova abordagem para o lazer. In: *Lazer numa sociedade globalizada: Leisure in a globalized society*. São Paulo: SESC/WLRA, 2000. pp. 141-164.

TUAN, Yu-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

UICN/PNUMA/WWF. *Estratégia mundial para a conservação*, CESP: São Paulo, 1980.

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - UNESCO. Educación para um futuro sostenible: una visión transdisciplinaria para una acción concertada. Paris: UNESCO, 1997.

VELLOSO, M. P. Os restos na história: percepções sobre estudos. *Ciênc. Saúde coletiva*. Rio de Janeiro. V.13, n.6, Dez.2008. Disponível em:
<<http://www.scielo.org/scielo.php?script=sciarttext&pid=S14138123200800600031&Ing=en&nrm=iso>> Acesso em: 22 mai 2009.

VIOLA, E. J.; LEIS, H. R. Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo. In: LEIS, H. R. (Org.) *Ecologia e política mundial*. Rio de Janeiro: Vozes, 1991. pp. 23–50.

WALLACE, G. N. A administração do visitante: lições do Parque Nacional de Galápagos. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. (Orgs.) *Ecoturismo: planejamento e gestão*. 4. ed. São Paulo: SENAC, 2002. pp. 193–139.

WEARING, S.; NEIL J. *Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades*. São Paulo: Manole, 2001.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA GESTORES E TÉCNICOS (TG)

1. Para o Sr. (a) o que quer dizer ecoturismo?
2. O Sr. (a) vê diferenças entre ecoturismo e turismo ‘convencional’?
3. Porque as pessoas visitam as unidades de conservação?
4. Quais os objetivos da criação desta UC?
5. Esses objetivos estão sendo alcançados?
6. A criação da UC contribuiu para salvaguardar os recursos naturais desta área? Como?
7. Qual sua opinião quanto uso da UC pelo/para o turismo?
8. Há ordenamento da prática do turismo nesta UC?
9. O Sr. (a) considera o turismo como estratégia para a conservação da natureza? Por quê?
10. Quais as consequências do uso da UC pelo/para o turismo?
11. Há o uso de medidas de controle no planejamento das visitas à UC?
12. Há a participação atores externos no processo de planejamento do uso da UC pelo/para o turismo?
13. Há envolvimento da comunidade no processo de gestão desta UC?
14. Como se dá a manutenção financeira da UC?
15. A criação da UC influenciou na vida financeira dos moradores do entorno? Como?

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA COMUNIDADE (CA E CR)

1. O que é ecoturismo para você?
2. Você vê diferenças entre ecoturismo e turismo ‘convencional’?
3. Por que foi criada a UC?
4. A UC é usada pelo/para o turismo?
5. Caso a resposta anterior seja positiva, o que você acha do uso da UC pelo/para o turismo?
6. Caso haja turismo na UC, há influências deste na vida da comunidade? Quais?
7. Há fluxo constante de turistas nesta UC?
8. Você tem conhecimento se há cobrança de taxas para acesso à UC?
9. Caso haja pagamento de taxas, qual é o valor destas? Como é usado este dinheiro?
10. Quem custeia a UC?
11. Na UC, há algum tipo de projeto de educação ambiental, como trilhas interpretativas, plantio de mudas, oficinas de reciclagem de lixo?
12. Há envolvimento/participação da comunidade na prática do ecoturismo na UC?
13. Em que resultou/influenciou a criação da UC na vida da comunidade? Como?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA TURISTAS (TA E TR)

1. O que é ecoturismo para você?
2. O que o ecoturismo tem a ver com seu modo de viver? Considera-se um ecoturista?
3. Como você vê a relação entre turismo e natureza?
4. Qual a motivação de sua visita a esta UC?
5. O que você acha do uso desta UC pelo/para o turismo?
6. Você acredita que o turismo nesta UC possibilita a conservação do meio ambiente?
7. Por que você escolheu visitar esta UC ao invés de outro lugar?
8. Que impressões/experiências esta visita lhe proporcionou?
9. Você pagou algum tipo de taxa para ter acesso à UC?
10. O que você achou da conservação/manutenção da área? Há algum tipo de projeto de educação ambiental, como trilhas interpretativas, plantio de mudas, oficinas de reciclagem de lixo?

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA – PROCESSO HISTÓRICO

1. Como e por que se iniciou o processo para criação desta UC?
2. Quais grupos sociais participaram dos primeiros movimentos para a criação da UC?
(entidades, instituições, sociedade civil, etc.)
3. Quais os objetivos da criação desta UC?
4. A criação da UC contribuiu para salvaguardar os recursos naturais desta área? Como?
5. Se há prática do turismo na UC, de que forma se iniciou este processo?
6. Existe a preocupação com o ordenamento da prática do turismo na UC? ()sim ()não
Em caso afirmativo, qual?
7. A UC encontrou algum entrave no processo de sua criação? ()sim ()não Em caso afirmativo, qual?
8. Qual o papel do Estado (união, estados e municípios) na criação desta UC?

APÊNDICE E– TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre Esclarecido

Fui informado (a) de que será realizada uma pesquisa intitulada “O ecoturismo sob a égide da sociedade do consumo: um estudo das Unidades de Conservação de Uso Sustentável do RN”, sob a responsabilidade do Professor Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo (Orientador) e da mestrandia Artemísia dos Santos Soares (Pesquisadora), respectivamente docente e discente do Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Caso eu aceite participar desta pesquisa, serei entrevistado (a) por meio de um roteiro semi-estruturado e durante a entrevista serão realizadas perguntas de caráter pessoal e profissional. Tenho ciência de que a entrevista será gravada para facilitar sua posterior transcrição.

O meu nome jamais será mencionado quando forem apresentados os resultados da pesquisa, mas autorizo que mencione o nome da instituição ou da Unidade de Conservação. Não recebi qualquer pagamento para participar desta pesquisa. Não sofrerei nenhum prejuízo ou punição se, mesmo depois de iniciar a entrevista, eu resolver parar ou não me dispuser a responder alguma ou algumas questões.

Se eu estiver de acordo em participar da pesquisa, ser-me-á solicitado, para assinar, junto com o pesquisador, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Caso eu prefira não assinar, minha decisão será respeitada e isso não me impedirá de participar da pesquisa.

Após ter recebido as informações acima, este Termo de Consentimento foi lido e eu decidi participar desta pesquisa de forma livre e esclarecida.

Natal, ____ de _____ de 2010.

Entrevistado (a)

Pesquisadora